

# ***Alemanha:Portugal***

*Aspectos em Revista*

***Fernando Ribeiro*** [org.]



Título desta edição: *Alemanha:Portugal – Aspectos em Revista*

Organização: Fernando Ribeiro

Tradução da Introdução e Notas Biográficas: Vanessa Boutefeu

Colecção: *Cadernos de Cultura* – n.º 5 (2.ª série)

Colecção coordenada por João Luís Lisboa e Luís Manuel A. V. Bernardo

Referees: Teresa Rodrigues; Maria José Roxo

Capa: Edições Húmus

Imagem da capa: © Paulo A. M. Oliveira e CHC

Editor: Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

© Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013 e AA. VV. : Adriano Moreira, Ana Mónica Fonseca, José Félix Ribeiro, José Lúcio, Bruno Pereira Marques e Fernando Ribeiro

Edições Húmus, Lda., 2013

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2013

Depósito legal n.º 367926/13

ISBN: 978-989-755-025-6

Correspondência relativa a colaboração de permutas

e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Centro de História da Cultura

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 C – 1069-061 LISBOA

Fax: 217 939 228 E-mail: chc@fcsh.unl.pt

Para referência de números anteriores consultar: [www.fcsh.unl.pt/chc](http://www.fcsh.unl.pt/chc)

*Publicação subsidiada ao abrigo do PEst-OE/HIS/UI0015/2011 da FCT  
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)*

# *Alemanha:Portugal*

## *Aspectos em Revista*

**Organização**

*Fernando Ribeiro*



# Introdução

Fernando Ribeiro

CHC-FCSH/UNL

## 0.

A presente obra «Alemanha-Portugal: Aspectos em revista» versando aspectos, através dos quais se realiza a interacção entre Alemanha e Portugal, tem por escopo contribuir para a compreensão desse entendimento que persiste apesar das vicissitudes económicas, políticas, históricas entre outras.

Acolhendo contribuições de várias origens – Ciência Política: Adriano Moreira, Ana Mónica Fonseca; Geografia: José Lúcio, Bruno Pereira Marques; Economia: J. Félix Ribeiro; História da Cultura e Diplomacia : Fernando Ribeiro –, contempla todos os que perseguem o melhor modo, pelo qual os povos podem continuar a edificar futuro, uma vez que somente quando vencedores – e vencidos, igualmente – souberem transformar em sabedoria o «sacrifício brutal da guerra» como, logo a princípio, refere o Professor Adriano Moreira, poderá a humanidade, ao encontro de si própria, trabalhar para a paz duradoura. Gizando modos de, em interacção, se conseguir forma de aglutinar energias dos povos carentes de união e de visão prospectiva e assim fazer o sonho baixar à realidade aferida pela prosperidade, global.

## 1.

Ana Mónica Fonseca destaca o papel preponderante da República Federal da Alemanha na transição e consolidação do regime democrático em Portugal e consequente pedido formal de adesão à CEE (1974-1977). Apresenta a RFA que, mantendo relações privilegiadas a Leste e sempre almejando a sua unificação, não descurava «a estabilidade, o reforço e o futuro alargamento da CEE», procurando assim ajudar à credibilização do regime democrático que sucedeu ao derrube do Estado Novo e que promoveu o processo de descolonização em Portugal.

Mostrando a importância de Mário Soares nas relações com Willy Brandt e o SPD – fundamentais desde logo na fundação do Partido Socialista (Abril '73) –,

AMF prossegue apontando a acção decisiva de partido e fundação Friedrich Ebert da Social-democracia alemã para com PS bem como a influência da diplomacia germânica sobre os restantes membros da CEE, e também dos EUA, para que o apoio ocidental à democracia portuguesa ajudasse esta quer a evitar mudar de rumo e perder-se pelos entusiasmos revolucionários quer a conquistar tanto a «legitimidade eleitoral» como o respeito da comunidade internacional. AMF anota igualmente a visão estratégica da RFA: estimular a entrada da Europa em novo ciclo político por via da consolidação de bloco ocidental democrático e resistir ao bloco de Leste; aos estados do Sul potenciar-se-ia a passagem da via do acordo comercial na relação com a CEE para patamar superior de união política. A RFA pretendia em suma a consolidação da democracia portuguesa, tendo em vista o apoio económico – tido como muito oneroso tal qual «correcta avaliação dos custos deixava antever» –, vital à modernização e progresso económico de Portugal que, pelas palavras de W.Brandt (14,Março,1976), aconteceria por «actos de solidariedade em diferentes níveis das instituições europeias.» Devido ao compromisso do MNE alemão e à determinação do governo português, Portugal assinava em Bruxelas os acordos que lhe permitiriam manter auxílio financeiro da Comunidade (20 Setembro 1976). Apresenta-se também a concertação do Chanceler H.Schmidt, enquanto passo determinante para o pedido formal de adesão de Portugal à CEE (28 Março 1977) e posterior anuência ao mesmo lavrada pela Comissão Europeia (Maio 1978), o que permitiria a condição de Portugal como membro de pleno direito da CEE em Janeiro de 1986.

## 2.

José Lúcio e Bruno Pereira Marques centrando-se no investimento alemão constatável nos anos 2008 e 2010 mostram o respectivo perfil territorial. Observando primeiramente a importância de autores germânicos clássicos como J.H.von Thünen(1783-1850), Alfred Weber (1868-1958), W.Christaller (1893-1969), A.Lösch (1906-1945) adentro das «teorias sobre localização em geografia económica», os autores reflectem sobre Espaço e Economia iniciando o leitor à inclusão das variáveis tempo e transporte na organização espacial de sociedade pretendendo gestão profícua do valor económico a conquistar. Porquanto os custos de transporte e mão de obra seriam factores tão pouco despreciados como «as vantagens associadas à aglomeração» (A.Weber), sendo igualmente de importância capital o respeito pelo «princípio da centralidade geográfica» (W.Christaller) ou o de «sistemas de produção industrial» (A.Lösch) com vista à potenciação dos lucros; por último, não deixam de defender quanto a ponderação da aplicação dos princípios terá sempre de assimilar a especificidade de cada território(W.Isard).

Os autores, baseando-se em inquéritos de 2008 e 2010 realizados às «Empresas Alemãs em Portugal», consideram dedicar-se a maior parte destas à indústria automóvel, metalúrgica, de máquinas, química e farmacêutica.(60%) dirigindo-se a sua produção tanto mais à exportação (mínimo 25%) quanto mais a produção for industrial (máximo:> 90%). As empresas alemãs em Portugal, comprovam os autores, contribuem afinal em elevada percentagem para o PIB português ao venderem os seus produtos para mercados alemão e/ou outros. Registam igualmente ser a participação de capital social alemão nas respectivas empresas em Portugal tanto mais alta quanto maior for a unidade de produção industrial; mostram, com dados estatísticos, o esforço do investimento alemão em Portugal, apesar da ineficácia da administração pública, das más condições de pagamento, dos altos impostos e contribuições, dos altos custos energéticos entre outros, quer pela relativa estabilidade financeira, quer pelas infraestruturas, quer pelas condições de vida à disposição das administrações alemãs a acrescentar a factores de sucesso como «compreensão da mentalidade do cliente e dos colaboradores, flexibilidade e adaptação, inovação de produtos e serviços, preços competitivos, qualidade de produtos e serviços» entre outros. Apontando para a concentração das empresa alemãs em cerca de 40% no distrito de Lisboa e 17% no do Porto, registam os autores «lógica de descontinuidade urbano-funcional» face àqueles distritos, por empresas alemãs também operarem em distritos próximos daqueles como os de Braga e Setúbal – a proximidade a centros de expedição, como os principais aeroportos e portos de mar, e a afluência de mão de obra qualificada tornam ímpares estes distritos. Quadros estatísticos e mapas da distribuição das empresas alemãs em Portugal continuam a ajudar a perceber de forma proficiente a variação negativa (de 2000 a 2013) do investimento directo estrangeiro alemão em Portugal e a ilustrar o grau de atractividade de 2,5 em 5 com que Portugal conta junto do empresariado alemão.

### 3.

J.Félix Ribeiro apresenta, sob luz de pensamento estratégico, visão para Portugal. Começa por estruturar as vagas de investimento estrangeiro de acordo com os «processos geoeconómicos», os factores propiciadores e as «políticas macroeconómicas» em «quatro grandes vagas» de investimento estrangeiro ocorridas a partir dos anos sessenta do século XX:

- 1-«Vaga EFTA»
- 2-«Vaga "Rota do Cabo"»
- 3-«Vaga "EFTA na CEE"»
- 4-«Vaga Alemã»

Prossegue enunciando os choques de que a economia portuguesa foi vítima desde os finais do mesmo século e continua esclarecendo as dificuldades experimentadas pela economia portuguesa ao destacar os «quatro choques externos»:

1-«Dinamismo exportador das economias emergentes»

2-«Alargamento da EU» a Leste

3-«Adesão à União Económica e Monetária»

4-Significativo aumento das «importações energéticas de Portugal»

potenciadores do «agravamento das contas externas» devido à inexistência de «volume» e «variedade» nos investimentos ocorridos em Portugal a partir de 2000 o bastante para obviar às dificuldades presentemente vividas.

Relembra-nos o forte empenho de grandes empresas portuguesas como Telecom, EDP, Galp Energia, Cimpor, e grandes Construtoras que souberam multiplicar as facilidades do financiamento externo *post* adesão à UEM e ultrapassar o impasse pretérito, criando a designada «Vaga Brasil».

Aprofundando o seu pensamento estratégico, J. Félix Ribeiro aponta a necessidade de Portugal não se focar exclusivamente em «expedição colectiva à globalização», i.e. internacionalização das empresas portuguesas, sem ponderar o desenho da nova-vaga exportadora de «bens e serviços, conteúdos e conceitos», sem explorar «a atracção de rendimento vindo do exterior», sem procurar explorar nichos de mercado tanto menos exigentes em capital intensivo quanto mais diferenciados em «competências e conhecimento», sem aceitar a concentração do investimento directo estrangeiro na actividade industrial, por mais-valia geoestratégica.

Sublinhando as capacidades de actual geração de quadros técnicos portuguesa, reconhecida internacionalmente, refresca a memória colectiva ao enunciar as boas práticas cultivadas em vários laboratórios públicos e privados, na área técnico-científica como as da engenharia, da saúde, da computação, da automação-robótica, das biotecnologias bem avaliadas por júris internacionais oriundos de centros de excelência estrangeiros e por isso mesmo objecto de sedução estrangeira.

Propõe consequentemente com base nas vantagens geopolíticas, geoeconómicas,geohistóricas que Portugal, tirando partido dos seus factores de atractividade, gira Vaga de Investimento XXI e assim atente englobar nesta:

- serviços e conceitos mais elaborados quer de «Acolhimento, Saúde, Entretenimento» quer de «Desenvolvimento, Edificação, Mobilidade, Comunicação e Energia»,

- a proficiente ciência e técnica alemãs flectidas em prática centenária germânica assente em respectiva política exportadora, simultaneamente contribuindo



quer para o crescimento quer para a coesão europeus em nova era de Livre Troca Transatlântica.

#### 4.

Com base em dados objectivos publicados pelo AICEP relativos às dez maiores empresas exportadoras alemãs em Portugal e pelo semanário «Expresso» relativos às 1000 maiores empresas em actividade em Portugal e às que se distinguem por produzirem os quarenta produtos de excelência para exportação eleitas pela A. Mateus e Associados, Fernando Ribeiro destaca as empresas alemãs em Portugal satélites ou não de *clusters* alemães, para deixar igualmente em registo outras de concepção, tecnologia e gestão também nacional que ombreiam com as primeiras. Citando, quando possível, idade, localização e quota de exportação, o autor deixa entrever quanto estes dados contribuem para perceber as origens destas preocupações alemãs com as potencialidades nacionais. Reportando-se a relatos de viajantes alemães, esclarece-nos terem dois destes, logo em finais de XVIII, como declaram o também botânico Link ou o diplomata Lichnowsky (meados do XIX), denunciado não unicamente as fraquezas do reino, mas igualmente as medidas económicas, comerciais e políticas a serem perfilhadas por Portugal para aceder a patamar profícuo que lhe permitissem potenciar recursos internos – e externos, pois não esquece a poderosa quase universalidade da língua portuguesa. Pelas palavras do economista F.List, constatam-se as lições por si extraídas do desenvolvimento económico inglês e a serem seguidas por Portugal, o qual via as vantagens quer do comércio livre e da livre concorrência quer da união estratégica de Portugal com os estados, nos quais valores como «amor ao trabalho», «ordem», eficiência económica e moderação fossem observados. Valores algo semelhantes aos constatados nos prussianos pelo Barão de Renduffe enquanto plenipotenciário português em Berlim: ordem, regularidade, equilíbrio, austeridade, visão presbita.

Recorrendo a Eça de Queiroz, quer como escritor quer como jornalista, prolonga-se a crítica à falta de ambição de Portugal, porque nação por si respeitada de país que tem potencialidades para futuro auspicioso seguindo a luz do «génio português», caso, como a Europa, não esquecesse o seu mais valioso património: as «ciências históricas», as «ciências sociais», único lastro para equilibrar a competitividade desenfreada cerceadora da fraternia fundadora de «Estados Unidos da Europa», ninho de justiça, liberdade e direito como além Atlântico. Na senda desta subjacência, retomam-se propostas de economistas e CEO's portugueses, e estrangeiros coevos que, tal como Eça, já à distância de um século, desvendam os valores da «sociedade civil forte» ou da «austeridade inteligente» a serem consoli-

dados por elite disposta a fazer embarcar Portugal, com mérito e papel relevante, na nau-Europa como forma de sobreviver no oceano da globalização.

Por fim, após situar a questão portuguesa em contexto europeu, retoma-se, à luz de pensadores e políticos alemães como U.Beck, H. G. Gadamer ou Helmut Schmidt, o cerne da, e a solução para a, problemática actual: a união da Europa e a forma de consolidar a União Europeia. Destaca-se por isso a solidariedade entre centro e periferia da Europa como via autêntica para fomentar a vivificação de toda a soberania dos povos: cidadão consciente da inscrição no Outro da Cultura de/a Humanidade/s, da qual qualquer se sente regionalmente património vivo, enquanto condição *sine qua non* de gestão institucional efectivamente vantajosa em interacção com qualquer bloco comercial ou político global, a fim de a Europa continuar sendo «a parte mais interessante do mundo» (Eça de Queiroz).

## 5.

Esta a questão: como tornar a Europa «a parte mais interessante do mundo» para viver em Paz e na qual o mundo se possa rever em e reflectindo a paz?

Poderá a Europa sobreviver sem o domínio das matérias primas ou sem o mercado dos produtos acabados, sem o garantido regime de trabalho das populações? Servir-lhe-á o avanço científico – cujo controlo lhe escapa pelos canais globais – para cativar essa paz assente no «credo do mercado» e no Estado social que não sabe como continuar a sustentar?

De pertinência atroz, estas questões confrontam-nos com a nossa (sobre) vivência do futuro; brotam da ponderação do Professor Adriano Moreira, que denuncia o «neoriquismo» (p. ), também evidente na « falta de real governança europeia» (p. ), adutor da crise actual. Trazem consigo igualmente o conselho da idade cuja experiência advoga que se convoquem as instituições internacionais, como o Conselho Económico e Social da ONU, a fim de activar paradigmas de humanidade, e se evitar a penhora da soberania nacional por gerações e a desagração da Europa cuja voz se perderá com a ausência de um «plano estratégico para chegar à governança da unidade» (p. ).

Retomando tema e palavras em conferência sua proferida em IDN, 2012 Outubro, o Professor Adriano Moreira reforça importância da consciência do poder dos fracos e pobres da Europa do Sul, como Portugal, cuja voz com bastantes séculos de idade, saber e fazer poderá contribuir para o desengano de outros, a Norte, assim saibam persistir no poder da sua melhor palavra contra a palavra do poder de outrem.

## 6.

A presente obra, centrando-se embora, em aspectos relativos à interacção vantajosa para Portugal e para a Alemanha, não deixa de suscitar as atenções para a questão premente vivida no seio da Europa que estes dois países, respectivos estados e suas nações, integram: a crise. A crise oportuna, a qual só poderá ser superada se, quer Portugal quer a Europa, não perderem a esperança e contribuírem para a reforma urgente.

Importará afinal formar novas elites que consigam, utilizando os meios de comunicação global hodiernos, cultivar a comunicação entre cidadão e instituição comunitárias e assim debelar a indiferença e desinteresse manifestos entre os povos e os seus legítimos representantes comunitários. Porquanto só assim aos primeiros se proporcionaria consequente e mais naturalmente o acesso quer à compreensão de um trajecto comum futuro quer ao indispensável empenhamento no exercício dos seus direitos cívico-comunitários. Estariam, as novas elites, deste modo dando prova de acompanharem, à mesma velocidade, a mudança que os meios de comunicação e de deslocação potenciam e cujos resultados estarão à vista de todos na assimilação de novos hábitos de viver – pensar, comportar-se. Hoje em dia, privados de um móbil-de-sacrifício – outrora sob forma de catástrofe artificial e identificável como a guerra – gerador de consciência solidária colectiva, ser-nos-ia difícil estruturar e cativar solidariedades colectivas para resistir a catástrofe tão artificial quanto abstracta, mas de consequências tão funestas, como a especulação financeira.

Impor-se-ão novas elites, novas reformas ostentando novas formas de fazer a transformação transferir-se da consciência do cidadão nacional para o transnacional sem que as instituições percam em carácter quer democrático quer igualitário. A soberania manter-se-á, mais do que sob os Estados, sob a consciência dos povos – tão distante da insatisfação quanto do usufruto apático – atentos à orientação política resistente e sob competência transnacional.

Da natureza do Sul, a «pobreza»; da natureza do Norte, a «riqueza». Ambas se recolhendo à solidariedade que em ambas faz renascer a Cultura. Ou como J.Habermas, que, ao vir-nos acompanhando com «Um Ensaio sobre a Constituição da Europa», disse:

A União tem de garantir aquilo que a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha apelida de «homogeneidade das condições de vida» (artigo 106º,nº3). Esta «homogeneidade» só se aplica à variedade de condições de vida *sociais* aceitável do ponto de vista da justiça distributiva, e não à eliminação de diferenças *culturais*. (J.Habermas, *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Ed.70, p.114)

## 7.

A Europa, a UE, inscrever-se-á em quadrante regional em pleno mundo global, no qual a dimensão: Estado-Nacional terá o estatuto tanto mas valioso quanto contribuinte de mais-valor para quer uma nova Ordem mundial quer a efectividade da justiça global em seu seio – não é cerne deste volume, embora pare sobre este aura de reflexão relativa ao espaço global.

E a comunidade internacional ganharia caso se transplantasse para patamar, no qual a, desde há muito, comunicação de acessibilidade global, se tornasse disponível à ponderação do melhor juízo fundamento das melhores decisões a que a comunidade internacional não se poderia eximir enquanto instituição sede de competência e performance ética. O seu Conselho de Segurança «tomaria as decisões de fundo» – a serem controladas por tribunais –, ficando com «Parlamento mundial» a reflexão sobre a justiça global de uma nova ONU, na qual, segundo Habermas, ao defesa dos direitos humanos e a abolição da violência constituiriam o coração da missão (id.ibid.p.126).

A reflexão exclusiva em tal sede, em demanda de um «ethos comum», e em defesa exclusiva dos direitos humanos justificaria não só a emanção de normas de direito coercivo como sobremodo compeliaria a empenhamento decidido e decisivo de «opinião pública global» qual reflexo de civilização – cujas nações se passariam a entender como fratria –, de comunidade internacional solidária cuja nova mentalidade se exprimiria por voz de cidadãos-do-mundo, representantes cosmopolitas dos povos de Estados em Parlamento supra-estatal composto também por estes eleitos. Face ao mercado da finança incontrolável por Estado-Nacional, só por mão da «juridicização» democrática em sede de instituição transnacional proficiente, poderia a comunidade global entregar-se e fazer o ritmo da civilização acompanhar as condições de vida do cidadão global (id. ibid.p.121-5).

A Europa destinar-se-ia decerto, ainda J.Habermas, a união para, nessa condição, eleger os seus cidadãos-cosmopolitas ao futuro Parlamento Global.

Santa Cruz de Benfca, 30 Julho 2013

# Introduction

Fernando Ribeiro

CHC-FCSH/UNL

## 0.

The present work “Alemanha-Portugal: Aspectos em revista” or “Germany–Portugal: A review of aspects” deals with aspects through which Germany and Portugal interact and seeks to contribute to a better appreciation of this understanding which persists despite various economic, political and historical vicissitudes.

It draws on contributions from a variety of sources – Political Science: Adriano Moreira and Ana Mónica Fonseca; Geography: José Lúcio and Bruno Pereira Marques; Economics: J. Félix Ribeiro; Cultural Studies and Diplomacy: Fernando Ribeiro – and takes into account all those who pursue the best way in which people can continue to build the future, since only when the winners – and the defeated too – have discovered how to transform the “brutal sacrifice of war” into wisdom, as Professor Adriano Moreira points out right at the start, can humanity, having made this self-discovery, work towards a lasting peace. It traces ways to succeed through interaction in finding a way to bring together the energies of those people who lack union and forward-looking vision and thus make the dream, measured by global prosperity, become reality.

## 1.

Ana Mónica Fonseca focuses on the important role played by the Federal Republic of Germany (FRG) in the transition to and consolidation of the democratic regime in Portugal and its consequent formal application to join the EEC (1974-1977). She discusses West Germany which, while enjoying special relations with East Germany and with a constant longing for reunification, did not neglect “the stability, strengthening and future expansion of the EEC”, and thereby sought to

boost the credibility of the democratic regime that followed the collapse of the *Estado Novo*, and which also supported Portugal's decolonisation process.

Fonseca demonstrates the importance of Mário Soares' relations with Willy Brandt and the SPD – which right from the outset were key in the founding of the Socialist Party (PS) in April 1973. She then goes on to talk about the decisive action taken by the Friedrich Ebert Foundation (with its links to the German Social Democratic Party) and the SDP in favour of the Socialist Party as well as the influence of German diplomacy and that of the USA on the other members of the EEC so that western support for Portuguese democracy might help it avoid changing direction or getting lost through revolutionary enthusiasm and might also help it gain “electoral legitimacy” and the respect of the international community. She comments further on West Germany's strategic vision: to stimulate Europe's entry into a new political cycle through consolidating the democratic Western bloc and resisting the Eastern bloc. As for the southern states, the FRG would encourage moving trade agreements with the EEC up to the higher level of political union. In short, what the FRG sought was consolidation of Portuguese democracy, all the while bearing in mind the economic support – viewed as being very onerous when “foreseen by an accurate evaluation of the cost” – that was essential for Portugal's modernisation and economic development, which, in the words of Willy Brandt (14 March 1976), would come about through “acts of solidarity at different levels of European institutions”. As a result of the German Foreign Ministry's commitment and the Portuguese government's determination, Portugal signed agreements in Brussels on 20 September 1976 that would allow it to continue to receive the Community's financial support. She also mentions that consultations with Chancellor Helmut Schmidt were a decisive step towards Portugal's formal application to become a member of the EEC on 28 March 1977 and later for the agreement enacted by the European Commission in May 1978 which would allow Portugal to take its place as a full member of the EEC in January 1986.

## 2.

José Lúcio and Bruno Pereira Marques focus on German investment in the years 2008 and 2010 as shown by the territorial profile. First of all, acknowledging the importance of classical German authors such as J. H. von Thünen (1783-1850), Alfred Weber (1868-1958), W. Christaller (1893-1969) and A. Lösch (1906-1945) with regard to “theories of localization in economic geography”, Lúcio and Marques reflect upon Space and Economy and introduce the reader to the idea of including time and transport variables in the spatial organisation of society while seeking profitable management of the economic value to be gained. They consider that

transport and labour costs may be factors as significant as “the advantages associated to agglomeration” (A. Weber), with respect for the “principle of geographical centrality” (W. Christaller) and of “systems of industrial production” (A. Lösch) with a view to increasing profit being also of key importance. Finally, they argue that due consideration of the application of these principles must always take into account the specificities of each territory (W. Isard).

Basing their results on surveys completed in 2008 and 2010 by “German companies in Portugal”, the authors consider that the majority of these (60%) are dedicated to the automobile, metallurgical, machine, chemical and pharmaceutical industries. They found that the more industrial their production is (maximum >90%) the more it is directed towards export (minimum 25%). At the end of the day, German companies in Portugal, according to the authors, contribute a high percentage of the Portuguese GDP by selling their products to Germany and/or other markets. They also found that in these companies in Portugal the larger the industrial production unit, the higher the German share of equity capital. Using statistical data they show how much German investment there is in Portugal despite an inefficient public administration, poor payment conditions, high energy costs, and high taxes and welfare contributions among other negative factors.

However, Portugal’s relative financial stability and infrastructure together with the high standard of living available for local German managers and directors can be added to other factors for success such as “an understanding of the mentality of the customer and the employees, flexibility and adaptability, innovation of products and services, competitive prices, and quality of products and services”. Pointing to the concentration of German companies in the districts of Lisbon (around 40%) and Porto (17%), the authors note a “logic of urban-functional discontinuity” in these areas since German companies also operate in districts adjoining these such as Setúbal and Braga – the proximity to dispatch centres such as main airports and sea ports, and the existence of a sizeable skilled workforce make these districts unequalled. Statistical tables and maps showing the distribution of German companies in Portugal further help the reader to quickly and clearly understand the negative trend of German foreign direct investment in Portugal from 2000 to 2013 and to illustrate the degree of attractiveness that Portugal enjoys with the German business sector (2.5 out of 5).

### 3.

José Manuel Félix Ribeiro presents a vision for Portugal in the light of strategic thought. He begins by structuring the different waves of foreign investment

according to “geo-economic processes”, favourable factors and “macroeconomic policies” into “four main waves” that occurred from the 1960s onwards:

- 1 – the “EFTA Wave”
- 2 – the “Cape Route Wave”
- 3 – the “EFTA in the EEC Wave”
- 4 – the “German Wave”

He then goes on to list the shocks which the Portuguese economy has been a victim of since the end of the 20th century and continues by explaining the difficulties experienced by the Portuguese economy while highlighting the “four external shocks”:

- “Export-oriented dynamism of the emerging economies”
- “Expansion of the EU to the East”
- “Adherence to the Economic and Monetary Union (EMU)”
- “Significant increase in Portugal’s energy imports”

All of these led to a “worsening of external accounts” owing to the non-existence of “volume” and “variety” in the investments that have been made in Portugal since the year 2000 which have not been sufficient to obviate the difficulties that are currently being experienced.

This reminds us of the strong commitment made by major Portuguese companies such as Telecom, EDP, Galp Energia, Cimpor and large construction firms which knew how to multiply their post-EMU adherence external financing facilities and overcome the former impasse. This created the so-called “Brazil Wave”.

Taking his strategic thinking further, Félix Ribeiro points out the need for Portugal to not focus exclusively on a “collective expediency to globalisation”, i.e. the internationalisation of Portuguese companies, without considering the design of the new wave exporting “goods and services, contents and concepts”, without exploiting “the attraction of income coming from the outside”, without seeking to exploit market niches as less demanding of intensive capital as they are more differentiated in “competences and knowledge”, and without accepting the concentration of direct foreign investment in industrial activity for geostrategic added value.

Emphasising the internationally recognised capacities of the current generation of Portuguese technical personnel, he refreshes our collective memory when he enumerates the good practices that are cultivated in various public and private laboratories in the technical-scientific area, which includes engineering,



healthcare, computing, automation-robotics and biotechnologies, which has been positively evaluated by international juries from foreign centres of excellence and is for this very reason the object of foreign seduction.

He therefore proposes that Portugal, making use of its attractiveness factors and based on its geo-political, geo-economic and geo-historical advantages, should generate an Investment Wave XXI and try to incorporate within this: better developed services and concepts of “Reception, Health and Entertainment” and “Development, Construction, Mobility, Communication and Energy” and efficient German science and technology that has been tried and tested in the hundred-year-old, export-policy-based German practice, thus simultaneously contributing to growth and to European cohesion in a new era of Transatlantic Free Trade.

#### 4.

Based on objective data published by AICEP (Portugal Global – Trade & Investment Agency) on the ten biggest German export companies in Portugal and by the weekly newspaper “Expresso” on the 1000 biggest companies in Portugal and on those that produce the forty top export products elected by A. Mateus & Associados, Fernando Ribeiro’s paper focuses on German companies in Portugal, whether satellites of German clusters or not, in order to place on record other companies, but here of a national conception using national technology and management, that operate alongside the former. Whenever possible quoting age, location and export share, Ribeiro points out how much this data can contribute to an understanding of the cause of German concerns with our national potential. Making reference to accounts written by German travellers, he explains that two of them, one written at the very end of the 18th century by the botanist Link and the other in the mid 19th century by the diplomat Lichnowsky, denounced not only the weaknesses of the kingdom but also the economic, commercial and political measures being advocated by Portugal in an attempt to reach a level that would enable it to boost its domestic resources – and external resources too since the powerful, almost universal reach of the Portuguese language is not forgotten either. The economist F. List argued in favour of the lessons to be learnt from England’s economic development. These were followed by Portugal, which understood the advantages of both free trade and competitive trade and the strategic union of Portugal with those states where such values as “love of work”, “order”, economic efficiency and moderation were observed. These values are somewhat similar to those Baron Renduffe claimed for the Prussians when he was the Portuguese plenipotentiary in Berlin: order, regularity, balance, austerity and far-sighted vision.

Turning to Eça de Queiroz, as both writer and journalist, Ribeiro goes on to develop criticism of Portugal's lack of ambition since the nation used to be respected as a country with the potential for an auspicious future in the light of the "Portuguese genius" were it not to forget, as Europe did, its most valuable patrimony: "historical sciences" and "social sciences", the sole counterweight to balance the unrestrained competitiveness that restricted the fraternal spirit underlying the founding of the "United States of Europe", a place of refuge for justice, freedom and law as on the other side of the Atlantic. Following this line of argument, proposals by Portuguese economists and CEO's are again taken up together with those of their contemporary foreign counterparts who, just like Eça did over a hundred years ago, demonstrate the values of a "strong civil society" and "intelligent austerity". This should be consolidated by an elite who are ready to help Portugal disembark with merit and a relevant role on the European ship as a way to survive the ocean of globalisation.

Finally, after placing the Portuguese question within the European context, and in the light of German thinkers and politicians such as U. Beck, H. G. Gadamer or Helmut Schmidt, the crux of, and the solution to, the current problem is once again discussed: the union of Europe and how to consolidate the European Union. Thus, solidarity between the centre of Europe and the periphery is highlighted as being the true path to bring all peoples to full sovereignty: to create citizens aware of the existence of the Culture of Humanity(ies) in the Other, a culture of which each one feels they are the regional living heritage, as a *sine qua non* condition for institutional management that is in effect advantageous when interacting with any commercial bloc or global policy so that Europe might continue to be "the most interesting part of the world" (Eça de Queiroz).

## 5.

The question is therefore: how to make Europe "the most interesting part of the world" in which to live in peace and in which the world might see itself at peace and as reflecting peace?

Could Europe survive without its dominance of raw materials, without its market of finished products, without the guaranteed work regime of its inhabitants? Will scientific advances – the control over which escapes it through global channels – enable it to capture this peace based on the "creed of the market" and on the Welfare State which it does not know how to sustain?

Unpleasantly pertinent, these questions bring us face-to-face with our future survival or future experience; they spring from the considerations of Professor

Adriano Moreira, who denounces the “neo-wealth” evident in the “lack of any real European governance”, the cause of the current crisis. The questions bring with them the counsel of age where experience advocates that international institutions like the UN Economic and Social Council be convened so as to activate paradigms of humanity and to avoid national sovereignty being pledged for generations to come and the disaggregation of Europe whose voice will become lost in the absence of any “strategic plan to achieve the governance of its unity”.

Professor Moreira returns to the theme and words of a lecture he gave at the Portuguese National Defence Institute (IDN) in October 2012. He stresses the importance of being aware of the power of the weak and the poor of Southern Europe, in countries such as Portugal, whose voices could contribute with their many centuries of experience, knowledge and action to enlightening others further to the North. In this way they might discover how to persist in using the power of the word against another’s word of power.

## 6.

The present work, although focusing on aspects relating to interaction that is advantageous for both Portugal and Germany, does not fail to call attention to the urgent problem currently being experienced within the heart of Europe of which these two countries, their respective states and nations, form part: the crisis. This opportune crisis can only be overcome if neither Europe nor Portugal lose hope but instead help to undertake urgent reforms.

Ultimately, it will be important to form new elites who, using present-day means of global communication, will be able to promote communication between Community citizens and institutions thereby overcoming the indifference and lack of interest that are clearly visible among the peoples and their legitimate Community representatives. Only thus would the former be provided with a consequent and more natural access to an understanding of a future shared trajectory and to the requisite commitment to exercise their civic and Community rights. In this way the new elites would be providing proof that they could keep up with the change enabled by the different means of communication and travel, the results of which will be visible to all through the assimilation of new ways of living – thinking and behaving. Nowadays, deprived of a reason for sacrifice – provided in the past in the form of an identifiable artificial catastrophe such as war – which generates a collective conscience of solidarity, it will be difficult for us to structure and engage any collective solidarity to resist a catastrophe such as financial speculation which is as artificial as it is abstract but with such dire consequences.

New elites will be imposed along with new reforms featuring new ways of enabling this transformation to transfer itself from the conscience of the national citizen to the transnational one without the institutions losing either their democratic or their egalitarian nature. Sovereignty will be maintained, but more so than under the States, within the conscience of the people – as far removed from dissatisfaction as they are from apathy – who will be mindful of any resistant political orientation and under transnational authority.

“Poverty” – the nature of the South; “wealth” – the nature of the North. Both of these resort to solidarity which in both cases leads to the rebirth of Culture. Or, as J. Habermas said in his *An Essay on the Constitution for Europe*:

The Union must guarantee what the Basic Law of the German Federal Republic calls the ‘uniformity of living standards’ (Art. 106, para. 3). This ‘uniformity’ refers only to a range of variation in *social* living conditions which is still acceptable from the perspective of distributive justice, not to the levelling of *cultural* differences. (J. Habermas, *An Essay on the Constitution for Europe*, Cambridge: Polity Press, 2012, p. 53)

## 7.

Europe, the European Union, will join together in a regional quarter fully within the global world where the ‘National-State’ dimension will enjoy a status that is much valued as a contributor of added value to both a new World Order and to the effectiveness of global justice within it – although not the focus of this volume, an aura of reflection with regard to the global space does hover over it.

The international community would gain if it could be transferred to the level where global accessibility communication long ago became available to consider the best judgement that underpins all the best decisions. The international community could not recoil from this as it is the head institution for competence and ethical performance. Its Security Council “would take the key decisions”, which would in turn be controlled by tribunals, with the “World Parliament” maintaining a reflective role on the global justice of a new UN where, according to Habermas, the defence of human rights and the abolition of violence would constitute the heart of its mission (id. *ibid.* p.126).

Reflection exclusively in such a place, in search of a “common ethos” and in the exclusive defence of human rights, would justify not only the issuing of norms of coercive law but above all would compel “global public opinion” to a determined and decisive commitment. This would be the reflection of the civilisa-

tion of an international community – whose nations would then start to perceive themselves as phratries – showing solidarity and whose new mentality would be expressed by the voice of citizens-of-the-world, cosmopolitan representatives of the peoples from different States in a supra-national Parliament that would be composed of those elected to it. Confronted with a financial market uncontrollable by the 'National-State', only by the hand of democratic "juridification" within a proficient transnational institution could the global community surrender and make the rhythm of civilisation accompany the living conditions of the global citizen (id. *ibid.* pp.121-5).

Again according to J. Habermas, Europe would certainly be destined to be, in these terms, the union to elect its 'cosmopolitan-citizens' to the future Global Parliament.

[translation: Vanessa Boutefeu]  
Santa Cruz de Benfica, 30 July 2013



# O CONCEITO ESTRATÉGICO DA UNIDADE EUROPEIA

Adriano Moreira

UL – ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

A ideia da Europa como unidade cultural, ou como, no dizer de Toynbee, referindo o Ocidente, o maior agressor dos tempos modernos, aqueles em que construiu o Império Euromundista, com a frente marítima atlântica – Holanda, Inglaterra, Bélgica, França, Portugal, Espanha, (a Alemanha tendo perdido antes a parte que lhes cabia) a dominar o resto do mundo, ficando os EUA com o projeto nacional de regular, com o Big Stick, o continente americano, foi o objeto secular de projetos destinados a organiza-la politicamente em Paz.

O escritor que sempre ocupa os estudiosos deste sistema é Kant, com o seu Projeto de Paz Perpétua, mas as tentativas organizadas por tratado responderam aos desastres maiores que foram a guerra de 1914-1918, seguida da fundação da efémera Sociedade das Nações, e a guerra de 1939-1945, coroada pela criação da ONU, hoje em evidente crise de autoridade.

Todavia, a Carta da ONU, e o seu complemento que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, foram documentos apoiados num equívoco comum que foi o de supor que vencer a guerra é de facto uma vitória. Este equívoco, que a tradição chama vitórias de Pirro, leva as potências a manterem a convicção de superioridade estratégica para além da realidade que entretanto desenvolve um muito diferente consequencialismo do imaginado no fim das hostilidades.

Antes desta guerra dos que ficaram chamados *aliados*, os ocidentais dominaram, com designações e até definições variadas, em que a mais expressiva era a de potência colonial, não apenas o saber e o saber fazer técnico, mas também as fontes de matérias primas, as energias não renováveis, o regime e custo do trabalho, tudo hegemonias perdidas com a descolonização comandada formalmente

pela Carta da ONU, e realmente determinada pelo esgotamento das capacidades destruídas pela guerra.

Talvez seja aceitável admitir que o poder hegemónico, que com menos cortesia dá pela designação de superpotência, inclui necessariamente o poder militar mais o poder económico e financeiro, tudo articulado pela superioridade científica e técnica, mas não necessariamente ética.

O equívoco levou a que o princípio da igualdade dos Estados membros da ONU, e a salvaguarda da jurisdição interna, fossem considerados compatíveis com o *direito de veto*, que, no que respeita à Europa, foi concedido à Inglaterra e à França, o que não significa considerar a Europa como unidade, mas significou que cada uma delas continuava a deter os poderes que, juntos, justificam a qualificação superlativa.

Todavia, e ao contrário dessa expressão formal da Carta, os povos europeus, articulados em Estados que ambicionavam desde 1918 a coincidência com Nações, tendo sofrido as devastações de guerras sucessivas durante dois mil anos, e saindo agora de um conflito pago com cinquenta milhões de mortos, viam crescer a ambição de uma unidade política que finalmente tornasse realidade os sonhos dos projetistas da paz.

O facto de no Conselho de Segurança, naquela data, existirem apenas duas superpotências, EUA e a URSS, ideologicamente em conflito insanável, ajudou a que tal espírito de unidade europeia prosperasse, em grande parte por exigências da Ordem dos Pactos Militares que rapidamente viria substituir as ilusões da Carta.

Curiosamente, como notou Alain Liptetz, foram guerreiros americanos, Mac Arthur para o Japão, e Marshall para a Europa, que dirigiram o fortalecimento de parceiros, ainda que antigos adversários, na Europa a Alemanha dividida em metades, e na Ásia o Japão castigado pelo vencedor com o primeiro bombardeamento atómico.

Para seguir o *American way of life*, que encontrara na lucidez de estadista de Roosevelt, na crise dos anos 30, a capacidade de afrontar o liberalismo com o New Deal, foi fundamental a capacidade das lideranças europeias de transformarem o sacrifício brutal da guerra finda em sabedoria, iniciando a chamada "petite Europe" dos seis, que cresceu até aos descuidos do Tratado de Lisboa.

Com os Estados a verem substituir as diferenças ideológicas da Ordem dos Pactos Militares pelo *neoriquismo* que tem expressão nas dívidas soberanas asfixiantes, e agora de novo vê substituir a ordem prevista do Tratado de Lisboa pela desordem evidente em que afloram extremismos nacionalistas do passado que se pretenderam dar por esgotados, centros de decisão não cobertos por lei como o conhecido G20, desconhecidos centros de decisão financeira, com as sociedades



civis desamparadas dos Estados-providência, com a confiança nos governos abalada, com a circunstância mundial que a rodeia a finalmente fazer compreender que ganhar as guerras não corresponde necessariamente a vitórias.

A intervenção dos EUA, com expressão no Plano Marshall, correspondeu ao entendimento de que tinham eles próprios interesse em fortalecer os aliados, incluindo a vencida Alemanha parcialmente livre, apoiados no legado de Roosevelt, de Keynes, e de Ford, este partidário do estímulo ao consumo das massas.

Por outro lado, a compreensão de que a Ordem dos Pactos Militares se sobreporia à arquitetura da ONU, devendo adotar-se a proclamação de Churchill, avisando que uma cortina de ferro descera sobre a Europa, incitava à estabilização dos Estados europeus, e do seu relacionamento, a caminho de uma unidade estruturada.

A *guerra fria*, que durante meio século manteve a ameaça do inimigo a desempenhar a sua função tradicional de unir os ameaçados, ajudou a assumir um conceito do Ocidente, em que, no Atlântico Norte, e depois nas relações desse todo com o resto do mundo, os interesses e valores eram um património comum da estratégia.

Do ponto de vista europeu, conseguindo ultrapassar as dificuldades que derivaram do perfil gaulista de governo, a unidade em vista não se afastou muito dos ideais dos projetistas da paz, dos quais destaquei o Plano do Século XV do Rei Jorge da Boémia, nem sempre em boas relações com a Santa Sé, o qual desenvolveu intensas relações diplomáticas para a sua constituição entre 1462 e 1464, conseguindo o apoio da Polónia e da Hungria, e depois da França e de Veneza, num tempo em que na Europa, segundo o historiador do projeto, Václav Vaněček, se consideravam o Imperador e o Papa como *ficta nomina, picta capita*, nem respeitados nem obedecidos (*nulla reverentia, nulla obdientia*): estava-se numa época em que os Turcos tinham conquistado Constantinopla, o Islão parecia em conflito insanável com o mundo cristão em geral; característica do projeto foi a rejeição do Diretório que na Idade Média se concentraria no Imperador e no Papa, a defesa da igualdade dos Estados, uma defesa comum, um tribunal internacional de justiça, e uma espécie de parlamento (*generale consistorium*). É geralmente notado que no texto nunca são mencionados, nem turcos nem muçulmanos, como que a tornar claro que a paz também seria possível com os adversários.

O ponto em que nos encontramos, nesta entrada no terceiro milénio, exige meditação sobre o fracionamento possível da unidade ocidental de que a NATO é o expoente sobrevivente, do fracionamento da projetada unidade que tem o Tratado de Lisboa como que em suspenso, e da ordem mundial que a ONU prometeu: a NATO porque desde a queda do Muro de Berlim em 1989 os EUA escutaram

as vozes que lhe anunciavam o *fim da história* (Fukuiama), o que significava que, desaparecido o soviétismo, restava apenas o modelo democrático americano como ideologia a universalizar, ideia que o autor parece rever no seu último livro sobre as origens do poder; do ponto de vista económico, arquivado o legado de Roosevelt, e chegados ao governo dos EUA o Presidente Reagan, e à chefia do governo britânico a senhora Thatcher, adotaram o *credo de mercado*, sendo que a última, europeísta relutante, não omitiu nas Memórias que a salvaguarda da proeminência anglo-saxónica estava nas suas preocupações.

Os desafios em que se envolveu militarmente os EUA – segundo Iraque e Afeganistão –, e dos quais está ameaçado de retirar sem honra nem glória, não apenas enfraqueceram a sua dimensão de superpotência apoiada simultaneamente no poder militar e financeiro, como o facto voltou a dar relevo à sua convicção histórica de que o seu Mar de destino é o Pacífico, e o Atlântico portanto a retaguarda, o que implica avaliar se perceberam bem porque é que por duas vezes, na mesma geração, tiveram de empenhar-se no Atlântico. Visível é que a consciência de que é o Ocidente que está em decadência não parece suficientemente informada.

Quanto à Europa, que passou por duas guerras mundiais na mesma geração, talvez encontre no Conde de Coudenhove Kalergi o principal doutrinador sobre a unidade a alcançar, tornando popular a *ideia da federação*, que anima ainda a Associação que lhe perpetua a memória.

Mas a *palavra* não incluía a defesa de uma construção que tivesse por modelo os EUA, que são federação e não se chamam, nem a Suíça que parece ter uma dimensão pouco exemplificativa. De facto era com pequenos passos, que a interdependência tomaria forma, sem um desastre intermédio como foi a guerra civil dos EUA, e sem Diretório de lamentável memória europeia.

Quando portanto hoje enfrentamos a crise do conceito estratégico europeu, não se pode facilmente entender se tem em vista uma *forma sabida*, mas atacada por uma atitude crescente que sonha regressos impossíveis a um passado complexo de independência, de soberanias absolutas, que enfim ameaça o *processo* e a *ideia*.

O tratado de Lisboa foi precedido de um pretendido Tratado Constitucional, o que suscitou controvérsias que ajudam a compreender a crise atual, e por isso devem ser recordadas.

Em primeiro lugar, como lembrei, a Europa perdeu, com a descolonização, o domínio das matérias primas, das energias não renováveis, do mercado dos produtos acabados, do regime de trabalho das populações.

Assumir que a superioridade científica e técnica era o poder a conseguir, um fator estimulante para enfrentar a crise do petróleo de 1974, apontou para o *credo* do mercado e a crítica do Estado social, tendência crescente a partir de 1980.

Uns países procuraram estimular as exportações com a flexibilidade dos salários, como também fizeram a Inglaterra, a França, e, depois de 1981, a Grécia, a Espanha e Portugal entrados na União em 1986, e outros orientando-se para a qualificação dos trabalhadores, para a qualidade dos produtos e da técnica, como fizeram os escandinavos e a Alemanha, investindo na educação: a desatenção foi para o facto de que o saber e o saber fazer circulam sem defesa dos serviços de informação, infelizmente também na área dominada pelos complexos militares-industriais.

Por este facto, a partir dos baixos salários, cresceram os desafios dos que seriam chamados os “*dragões asiáticos*” que vão recolhendo o saber e o saber fazer, destacando-se a China com a sua capacidade de juntar valores contraditórios, como o socialismo de mercado, a concorrência com o Estado forte, um país com dois sistemas, ao mesmo tempo desenvolvendo a congregação do poder militar com o poder financeiro.

Este ponto apontou de novo para o fortalecimento do *credo do mercado*, que apoiou o Ato Único, mas sem governação ou fiscal ou social. Jacques Delors parece ter suposto que o mercado implicaria o progresso no sentido da unidade política, e o tratado de Maastricht (1992), depois a moeda única, o euro (1997), com uma única regra a notar, o limite do endividamento (3%), que o Pacto de Estabilidade, reformado em 2005, não logrou conter. Esperando talvez, com o visado fortalecimento esperado da marcha para a unidade política, enfrentar os efeitos da queda do Muro de Berlim, e o risco da Alemanha reunificada regressar ao mito da Mitteleuropa (Alain Lipietz, in *L’Etat du Monde*, 2013).

Foi seguramente um erro que a queda do Muro acolhesse os Estados libertados do soviétismo sem qualquer estudo de governabilidade, e só depois de Amesterdão foi decidido em Lisboa (2000) “fazer da Europa o continente mais competitivo do mundo pelo conhecimento”, mas continuando sem adiantar a governança, quando o alargamento era a países sem experiência do passado da União, certamente levados a tentar conciliar a liberdade nova com a passagem da tutela de Moscovo para a tutela de Bruxelas. Neste embaraço se foram definindo Nice (2001), que instituiu a igualdade de voto no Conselho, e Amesterdão (1997) incorporando o Pacto de Estabilidade, a tentativa frustrada de uma Constituição Europeia proposta por Joschka Fischer, finalmente levando ao Tratado de Lisboa (2007) que manteve o patamar intergovernamental, em que estamos.

Entretanto foi o *credo* de mercado que se transformou em paradigma, que libertou a criatividade financeira, e o *neoriquismo* como que a submeter todas as diferenças ideológicas a um paradigma comum, sendo que a Alemanha, como pareceu temer Delors, assumiu um papel dominante, tendendo para preencher a falta de *real governança* europeia pelo *governo das suas regras*, mas sem impedir a crise em que nos encontramos.

Esta crise sem precedentes, sucedendo à *belle époque* do *neoriquismo*, encontra o *saber económico desmunido de experiência* porque ficaram desativados os instrumentos anteriores do Estado soberano, com moeda própria, fez renascer movimentos que se apoiam nos valores do passado, e finalmente fazendo com que a *fronteira da pobreza*, que o PNUD colocava ao sul do Sara no século passado, abrangesse o *norte do Mediterrâneo*, como que restabelecendo o *limes romano*, separando a Europa rica do Norte da Europa pobre do sul.

O efeito mais visível foi que a anarquia mundial incluiu a desqualificação da estrutura do Tratado de Lisboa, o aparecimento de poderes, ou identificados como o G20 mas sem cobertura legal, ou nem sequer identificados como acontece na área financeira.

Sendo a desordem global, mais uma vez se mostrou exigente de reforma a ONU, e nunca ocorreu convocar o Conselho Económico e Social, para avaliar a idoneidade da política de austeridade.

Nesta diminuta parcela do mundo que é a Europa, o poder emergente e diretivo foi da Alemanha, um dos possíveis eventos que Delores terá pensado evitar, de modo que os grandes paradigmas da solidariedade e unidade da União ficaram como que em suspenso, a marcha dos passos lentos para a unidade final como que ficou desalentada, países como Portugal foram submetidos ao *regime de protetorado*, mais benevolente do que a *intervenção*, consagradora da *excepcionalidade* proclamada, de que foi objeto Chipre, e que já aparece citada como regra.

O mal da Europa é que, nesta situação não tem *conceito estratégico* para chegar à *governança da unidade*, e se esta situação se agravar e o projeto europeu se desagregar, a Europa perderá voz no mundo, e os países abrangidos pela fronteira da pobreza, como aconteceu a Portugal, terão de sacrificar gerações para tentarem manter a viabilidade soberana contra a política que executa uma *destruição* chamada *construtiva*, dogmatizando a ciência sem experiência, parecendo não ganhar essa experiência com o desastre. A política, assumida por lideranças credíveis que escasseiam, é uma exigência que precisa de redefinir o exercício para nele não perder a legitimidade, e para que o projeto que lhe foi confiado não se desagregue, corrigindo o *credo do mercado* que abalou os *valores humanistas*, e congregando os poderes que fizeram coincidir o *globalismo* com a *anarquia mundial*, um facto que exige a reforma da ONU.

O *poder liderante* que a Chanceler alemã assumiu, poderá certamente contribuir para que o *Conceito Estratégico* seja encontrado e para que a marcha para a unidade seja retomada, mas para isso conviria que ultrapassasse a visão que nos faz revisitar o *limes romano*. As conclusões antropológicas que utiliza para

caracterizar os povos do sul, fazem lembrar Germaine de Staiel e o seu célebre livro *Da Alemanha*, no qual, depois de visitar Frankfurt, Munique, Berlim e Weimar, e de entrevistar Goethe, Schiller, Wielend e os irmãos Schelegal, retrata os alemães, na síntese de Barzun, “como um povo indolente, musical, e pensativo, mais interessado em ideias do que na ação e em livros...”.

O mesmo historiador cita dele um texto, tirado da sua obra *Sobre a Literatura e a Sociedade (1800)*, que diz o seguinte: “Num Estado democrático, devemos estar permanentemente de sobreaviso contra o desejo da popularidade. Esta leva a que se imite o comportamento dos piores. E rapidamente se chega à conclusão de que não vale a pena – de que é, de facto, perigoso – exhibir uma superioridade demasiado evidente sobre a multidão que desejamos conquistar”. Acrescentarei que a antropologia cultural exige uma utilização mais respeitosa, que a governança dispensa adotar o erro do dogmatismo científico, que o projeto europeu não é compatível com a crença na *destruição construtiva* sem passado em que se baseie porque o mundo é outro e mal sabido. Sabemos que são velhos países, nações com identidade secular, pessoas cada uma delas sendo um fenómeno que não se repete na história da humanidade, que devem suportar o sofrimento do dogmatismo científico, ignorando que as duas grandes ameaças da humanidade são as armas de destruição maciça e a pobreza. Acontecendo que a fome não é um dever constitucional em parte alguma. Os países do sul da Europa, abrangidos pela fronteira da pobreza, e entre estes se encontra Portugal, são já em número suficiente para que assumam o poder da palavra contra a palavra do poder que anda a desagregar o projeto europeu, e que em vez de caminhar para a unidade política, orienta para o desaparecimento da voz da Europa no mundo em mudança.



# A Alemanha Federal e o pedido de adesão de Portugal à CEE

Ana Mónica Fonseca

CEHC-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA & IPRI-UNL

A adesão de Portugal às Comunidades Económicas Europeias apenas foi possível devido à transição política iniciada em 25 de Abril de 1974. A mudança do regime político, consubstanciada na Constituição aprovada em 2 de Abril de 1976, assim como as sucessivas alterações constitucionais, em especial a de 1982, assegurou definitivamente a consolidação democrática em Portugal. Consequentemente, apenas a partir deste momento pôde o país integrar-se como membro pleno na CEE. Não obstante, este era um dos objectivos centrais na mente dos principais actores da transição portuguesa, quer fosse ao nível interno, da parte das forças políticas moderadas, quer fosse ao nível externo, particularmente da parte dos países europeus e dos seus partidos políticos<sup>[1]</sup>.

Em meados da década de 1970, as Comunidades não tinham ainda a capacidade de funcionamento unitário que lhes conhecemos hoje, e o processo de decisão ainda assentava muito numa dimensão intergovernamental. Quer isto dizer que os governos ainda eram quem tinha o principal ónus de influência das decisões comunitárias. Tendo isto em mente, o objectivo do presente artigo é analisar a posição da República Federal da Alemanha durante o processo de democratização português, particularmente observando a evolução da atitude alemã perante as ambições portuguesas de uma futura adesão à CEE e a concretização

<sup>1</sup> Fonseca, Ana Monica, «É Preciso Regar os Cravos!» *A Social-Democracia Alemã e a Transição Portuguesa para a Democracia (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, especialização em História das Relações Internacionais da Época Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

da sua função enquanto ponte entre Lisboa e Bruxelas. Do ponto de vista cronológico, iremos concentrar-nos essencialmente no período que vai da revolução portuguesa até ao pedido formal de adesão por parte do I Governo Constitucional português liderado por Mário Soares, em Março de 1977.

A política externa da República Federal da Alemanha estava, desde finais da década de 1960, focada na *Ostpolitik*, política de leste, vista como um modo de atingir a sua unificação, através do estabelecimento de laços comerciais e diplomáticos com a Europa de Leste. Porém, esta nova política a leste implicava também um reforço da política para com o ocidente, a tradicional *Westpolitik*. Neste contexto, os principais objectivos da Alemanha Federal eram a estabilidade, o reforço e o futuro alargamento da Comunidade Económica Europeia (CEE). Na verdade, para Bona, uma Comunidade Europeia forte facilitaria a sua *Ostpolitik* e tornar-se-ia num instrumento atractivo para os países da Europa Central e de Leste.

Para Portugal, a possibilidade de adesão à Europa comunitária funcionou como uma meta a alcançar após o derrube do Estado Novo e o fim do processo de descolonização, não apenas no que isso implicava de retorno económico e financeiro, mas essencialmente porque a integração nas Comunidades Económicas Europeias representava a aceitação da democracia portuguesa no sistema internacional e garantia a consolidação interna do novo regime político. Era também uma alternativa à perda do império, ao mesmo tempo que concedia a Lisboa instrumentos novos para lidar com as ex-colónias portuguesas em África.

Para as Comunidades, por seu turno, o alargamento aos países do Sul da Europa representava o sucesso pleno do projecto de integração europeia. A possível adesão de Portugal, juntamente com a Grécia e a Espanha, implicaria que as ditaduras remanescentes do período de entre guerras se tinham finalmente desintegrado, transformando-se em democracias pluralistas. Simultaneamente, era o encerramento de um ciclo, depois do alargamento a norte, com a entrada da Inglaterra, Irlanda e Dinamarca, em 1973. Havia assim, uma vontade de todos os lados no sentido de uma aproximação e eventual adesão de uma Europa do sul democrática à CEE.

## **O 25 de Abril de 1974 nas relações luso-alemãs**

Em 25 de Abril de 1974, Mário Soares, líder do Partido Socialista Português e principal opositor ao regime do Estado Novo, tinha agendado um encontro com o líder do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e Chanceler Federal, Willy Brandt. Tratava-se de um acontecimento histórico: o líder de um pequeno partido político português, clandestino e ilegal no seu próprio país, seria recebido oficialmente pelo Secretário-Geral de um dos mais influentes partidos sociais-



democratas europeus, que era simultaneamente chefe de governo do principal país da Europa Ocidental<sup>[2]</sup>.

O caminho percorrido por Mário Soares no exílio, desde o final da década de 1960, tinha-o levado várias vezes a Bona. Soares sabia que era necessário o apoio dos partidos-irmãos da Europa Ocidental para fortalecer o seu grupo socialista e granjear o apoio dos seus países para influenciar a evolução política do regime português. O Partido Social-Democrata Alemão era um dos mais influentes na Europa Ocidental e era, ao mesmo tempo, aquele que há mais tempo estava no poder, desde 1969. Através de várias iniciativas, a Acção Socialista Portuguesa (ASP) foi ganhando uma voz junto dos influentes partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental: de um modo geral, quase todos chegariam ao poder na primeira metade da década de 1970. Em 1972, a ASP foi admitida na Internacional Socialista (IS) e, em Abril do ano seguinte, foi fundado o Partido Socialista Português (PS) numa academia da Fundação Friedrich Ebert em Bad Münstereifel, na Alemanha Federal<sup>[3]</sup>.

A evolução da situação política portuguesa, desde que Marcelo Caetano substituía Oliveira Salazar no cargo de Presidente de Conselhos de Ministros, em Setembro de 1968, tinha provocado um sentimento de desilusão em quase todas as capitais europeias e ajudaria a compreender a ascensão europeia de Mário Soares. Quando chegou ao poder, Caetano era apontado como o homem que conseguiria reformar o Estado Novo no sentido da liberalização política e da resolução da questão colonial<sup>[4]</sup>. Porém, o novo chefe de governo português revelou-se impotente para contrariar as forças conservadoras do Estado Novo e foi incapaz de acabar com as guerras coloniais que provocavam o criticismo internacional generalizado. A confirmação de que tudo se manteria na mesma no regime português levou os líderes europeus e, dentro destes, a Alemanha Federal, a mudar a sua atitude perante a oposição portuguesa<sup>[5]</sup>. Se até aí se tinham desenvolvido apenas contactos pontuais e cautelosos, procurando evitar qualquer sinal que revelasse um apoio claro à oposição portuguesa, a partir do início da década de 1970, os sociais-democratas procuraram aproximar-se claramente do grupo socialista de Mário Soares<sup>[6]</sup>. O mesmo aconteceu nas restantes

<sup>2</sup> Avillez, Maria João, *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, 1996, p. 263-265.

<sup>3</sup> Martins, Susana, *Os Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Lisboa: Casa das Letras, 2005.

<sup>4</sup> Fonseca, Ana Monica, *A Força das Armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2007.

<sup>5</sup> Sánchez, António Muñoz, "La Socialdemocracia alemana y el Estado Novo (1964-1974)", *Portuguese Studies Review*, 13 (1-2), 2005, pp. 477-503.

<sup>6</sup> Fonseca, Ana Monica, «É Preciso Regar os Cravos!» *A Social-Democracia Alemã e a Transição Portuguesa para a Democracia (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e

capitais europeias, passando o PS a ter bases de apoio para levar a cabo as suas acções de crítica ao governo português. O exemplo mais flagrante foi a iniciativa conjunta do PS e do Partido Trabalhista britânico, já em Julho de 1973, aquando da visita do Presidente de Conselho português a Londres a convite do governo conservador, em que foram organizadas variadíssimas manifestações contra o regime e a sua política colonial<sup>[7]</sup>.

Assim, a atitude dos partidos social-democratas europeus perante o regime português tinha já mudado nas vésperas da revolução de Abril de 1974, se bem que as notícias do golpe dos Capitães não deixaram de provocar alguma surpresa. Porém, uma vez que a Junta de Salvação Nacional (JSN), o órgão que deteve o poder a partir de 25 de Abril de 1974, se apressou em confirmar a manutenção dos compromissos internacionais de Portugal, ou seja, a sua lealdade à NATO (e a continuação da presença americana nos Açores) e ao bloco ocidental, houve também uma atitude de “expectativa benevolente” relativamente à evolução dos acontecimentos em Portugal<sup>[8]</sup>.

Esta foi também a atitude dos líderes alemães ocidentais. As primeiras reacções, quer ao nível governamental, quer ao nível partidário, foram não só de “simpatia”, mas mesmo de apoio a Portugal. A República Federal da Alemanha apoiaria as forças democráticas, mas este apoio seria feito através das “autoridades não-oficiais – partidos e fundações políticas”, que deveriam expandir e aprofundar os contactos já estabelecidos com os interlocutores portugueses. Deste modo, Bona dispunha de vários e multifacetados instrumentos para actuar em relação ao que se passava em Lisboa. O primeiro era o elenco governativo, que poderia exercer alguma pressão política e económica, não só junto das autoridades portuguesas mas também internacionalmente, quer junto de outros governos quer em organismos internacionais, como a NATO ou a CEE. Em segundo lugar, a Alemanha Federal dispunha ainda dos actores informais, os partidos e as fundações políticas a eles associadas. O recurso a estes actores informais justificava-se com o facto de estes poderem desenvolver uma actividade muito mais discreta em Portugal, trabalhando com os partidos portugueses na construção das bases de um sistema

Contemporânea, especialização em História das Relações Internacionais da Época Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

<sup>7</sup> Estas manifestações tornaram-se ainda mais oportunas tendo em consideração que foi precisamente durante a estadia de Marcello Caetano em Londres que foi denunciado o massacre de Wiriyamu, em Moçambique, pelo jornal *The Times*. Ver Oliveira, Pedro e McQueen, Norrie, “Grocer meets Butcher: Marcello Caetano’s London Visit of 1973 and the last days of Portugal’s Estado Novo”, *Cold War History*, 10 (1), 2010, pp. 29-50.

<sup>8</sup> Castro, Francisco, “A CEE e o PREC”, *Penélope*, 26, 2002, pp. 128.

democrático<sup>9]</sup>. Como não será surpreendente, o SPD, por ser o principal partido na coligação governamental e aquele que, dentro do elenco partidário alemão tinha já uma rede de contactos estabelecida em Portugal, juntamente com a Fundação Friedrich Ebert<sup>[10]</sup>, foi o que esteve mais activo em Portugal nos meses agitados que se seguiram à revolução de Abril de 1974<sup>[11]</sup>.

A “expectativa benevolente” inicial, porém, dissipou-se ao longo do Verão de 1974. Provocado pela discussão em torno da resolução da questão colonial, o fosso entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) e o Presidente da República, General António de Spínola<sup>[12]</sup>, aprofundou-se, levando finalmente à demissão do General em finais de Setembro de 1974. À medida que a situação portuguesa se foi radicalizando, crescia também o receio ocidental de que Portugal resvalasse para um regime comunista ou que regredisse para uma nova ditadura de direita, que seria igualmente negativo do ponto de vista da RFA e da Europa Ocidental.

Nos primeiros meses após a Revolução dos Cravos surgiram em Portugal uma multitude de novos partidos políticos que, compreensivelmente, não estavam devidamente organizados. Apenas o Partido Comunista Português (PCP) tinha uma estrutura nacional com quadros próprios, que vinha já do tempo da ditadura. O PCP, liderado por Álvaro Cunhal, era claramente pró-União Soviética. A sua ascensão na cena política portuguesa levantou nos aliados ocidentais de Portugal uma enorme preocupação, receando que Portugal, um país no seio do bloco ocidental, se transformasse num bastião comunista, uma espécie de Cuba no *backyard* europeu. Para evitar a crescente influência do PCP e da URSS em Lisboa, os países ocidentais, em particular a Alemanha Federal, procuraram intensificar a sua presença em Portugal, quer fosse através da constante troca de visitas oficiais, quer ao nível do intercâmbio de peritos políticos, com destaque para a contínua presença de representantes do SPD e da FES em Lisboa<sup>[13]</sup>.

<sup>9</sup> Relatório do Departamento de Assuntos Políticos sobre as relações da RFA com Portugal, 15.06.1974 – Politisches Archiv von Auswärtiges Amt (doravante, PAAA), 101436.

<sup>10</sup> Friedrich Ebert Stiftung (FES).

<sup>11</sup> Mühlen, Patrick von zur, *Die internationale Arbeit der Friedrich-Ebert-Stiftung. Von den Anfängen bis zum Ende des Ost-West—Konflikts*, Bonn, Dietz Verlag, 2007.

<sup>12</sup> General António de Spínola era uma das figuras mais respeitadas nas Forças Armadas Portuguesas. Foi Comandante Militar da Guiné entre 1968 e 1973. No início de 1974 é nomeado Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, cargo do qual é demitido pela publicação de *Portugal e o Futuro*, onde critica a política ultramarina de Caetano. A sua visão para o futuro das colónias portuguesas passava pela realização de referendos e a formação de uma comunidade federativa. Ver Rodrigues, Luis Nuno, *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

<sup>13</sup> Fonseca, Ana Monica, «É Preciso Regar os Cravos!» *A Social-Democracia Alemã e a Transição Portuguesa para a Democracia (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e

Esta preponderância alemã em Portugal tornou-se ainda mais premente a partir de 1975. Por um lado, o fosso entre Comunistas e Socialistas, claramente os dois principais partidos portugueses, agudizava-se no início do ano em torno da questão sindical. Em cima da mesa estava a discussão entre a «unidade sindical», advogada pelo PCP, que procurava que os sindicatos estivessem todos reunidos sob uma única central sindical, a Intersindical, controlada pelo Partido Comunista, e a chamada «unicidade sindical», expressão criada pelo socialista Salgado Zenha, que defendia que os sindicatos, de todas as inclinações políticas, deveriam ser separados dos partidos políticos<sup>[14]</sup>. Outro exemplo da radicalização da situação política foi o violento cerco feito ao Congresso do Centro Democrático e Social (CDS), partido conservador de inclinação Democrata-cristã. Nessa ocasião, o CDS conseguira reunir no Porto “a fina flor da democracia-cristã europeia”, encontrando-se entre os delegados internacionais o Presidente da União Europeia da Democracia-Cristã (UEDC), o alemão Heinrich von Hassel, e representantes dos partidos democratas-cristãos da Bélgica, França, Itália e Grã-Bretanha<sup>[15]</sup>. O cerco ao congresso demorou mais de um dia e foi extremamente violento. A denúncia do que estava a acontecer pelos representantes internacionais, que contactaram quer as respectivas embaixadas, quer a imprensa, revelava a fragilidade do processo político português<sup>[16]</sup>. Porém, foram os acontecimentos de 11 de Março de 1975, juntamente com os resultados das eleições de 25 de Abril de 1975 que marcaram indelevelmente o rumo do Processo Revolucionário em Curso (PREC), como ficou conhecido o período de 11 de Março a 25 de Novembro de 1975.

A tentativa de golpe de 11 de Março, levada a cabo pelo general António de Spínola, teve como principal consequência o fortalecimento dos sectores mais à esquerda no espectro político português, assim como das forças mais revolucionárias do Movimento das Forças Armadas. Em resposta ao golpe falhado da direita spinolista, foram tomadas várias medidas, nomeadamente “um amplo programa de nacionalizações, a reforma agrária e a institucionalização do MFA com a criação de um Conselho da Revolução e uma Assembleia, sendo extintos

Contemporânea, especialização em História das Relações Internacionais da Época Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

<sup>14</sup> Gaspar, Carlos e Manuel Lucena (1991), “Metamorfoses Corporativas? Associações de Interesses Económicos e institucionalização da Democracia em Portugal (I)”, *Análise Social*, XXVI, (114), pp. 847-903

<sup>15</sup> Expressão usada por Mário Soares na sua entrevista a Maria João Avillez (Avillez 1996, 402).

<sup>16</sup> Amaral, Diogo Freitas do (1995), *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 287-305.

a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado<sup>[17]</sup>. Em todos os sectores da vida política portuguesa a situação radicalizou-se e parecia estar iminente, especialmente para os observadores externos, uma tomada de poder pelas forças comunistas. Foi iniciado o processo de nacionalização dos principais sectores da economia portuguesa (banca, seguros, empresas, etc) e iniciaram-se também as ocupações de propriedades agrícolas, especialmente no sul do país. O MFA tinha sido institucionalizado através da Assembleia do MFA e, a 11 de Abril, a maioria dos partidos assinou um Acordo Constitucional, conhecido como o Pacto MFA-Partidos, em que reconheciam o Movimento das Forças Armadas como o “motor da revolução”<sup>[18]</sup>. Visto de fora, parecia que o rumo da revolução portuguesa estava definitivamente traçado à esquerda e que a transformação de Portugal num satélite soviético estava iminente.

Contudo, os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte provocaram uma reviravolta nos acontecimentos. Naquelas que foram as primeiras eleições livres e democráticas em cinquenta anos, os partidos moderados, o PS e o Partido Popular Democrático (PPD)<sup>[19]</sup>, foram os claros vencedores, tendo o PS obtido 38% dos votos e o PPD cerca de 27%. O Partido Comunista não conseguiu mais do que 12%. Porém, devido ao Pacto MFA-Partidos, estes resultados tiveram pouco resultado prático imediato. A sua principal consequência foi precisamente o “enorme impacto moral” sobre as forças políticas moderadas, que ganhavam assim a garantia do “compromisso da sociedade portuguesa” para com a Democracia. Estes partidos, em particular o PS e o PPD, ganhavam assim “legitimidade eleitoral”, oposta à legitimidade revolucionária do MFA. A acrescentar a isto, as eleições de 25 de Abril de 1974 revelavam também que os Comunistas e os seus aliados estavam “longe de ser a principal força política em Portugal”. Perante estes resultados, as autoridades alemãs consideravam que havia agora “uma inquestionável oportunidade para o estabelecimento de uma democracia livre e pluralista em Portugal”<sup>[20]</sup>.

<sup>17</sup> Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 125-127.

<sup>18</sup> Rezola, Maria Inácia (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.

<sup>19</sup> O PPD foi fundado em 6 de Maio de 1974 e entre os seus quadros estavam os antigos deputados da chamada ala liberal da Assembleia Nacional. Homens como Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão ou Joaquim Magalhães Mota tinham-se tornado conhecidos pela sua actuação durante o Marcelismo, em que representaram uma tentativa de renovação interna do Estado Novo (Frain 1998).

<sup>20</sup> Nota sobre a situação em Portugal, 30.04.1974 – PAAA, 110241.

Estes eventos algo contraditórios levaram a que as implicações internacionais da transição portuguesa se exponentssem ainda mais. Durante o Verão de 1975, reflectiram-se em Portugal dois níveis de conflito: a divisão entre o bloco ocidental e de Leste e, dentro do bloco ocidental, a divisão entre Europa e EUA. Na verdade, é facilmente compreensível que, dentro de um clima de Guerra Fria, os dois blocos competissem para obter a vantagem da situação política em Lisboa. É hoje sabido que, quer o Partido Comunista da União Soviética, quer os estados satélite do bloco de Leste, apoiaram fortemente o Partido Comunista Português<sup>[21]</sup>. A reacção ocidental passou por procurar segurar Portugal dentro do seu bloco tradicional. Contudo, esta reacção esteve longe de ser unânime e verificou-se uma diferenciação da postura da Europa, por um lado, e dos Estados Unidos, por outro. Na verdade, Washington estava, no período 1974-75 a viver tempos conturbados. O escândalo de Watergate e a derrota sofrida no Vietname tinha colocado a administração de Richard Nixon sob um grande criticismo interno e internacional. Ao mesmo tempo, o secretário de Estado Henry Kissinger tinha algumas dificuldades em compreender o que se estava a passar em Lisboa<sup>[22]</sup>. Kissinger disse inclusivamente a Helmut Schmidt que preferia que se estabelcesse em Portugal um verdadeiro regime comunista (com o qual saberia lidar) do que “um misto entre o sistema jugoslavo e argelino”, e que julgava que a avaliação do problema feita pelos europeus estava “errada”<sup>[23]</sup>. Porém, perante esta posição de um dos principais responsáveis pela política externa norte-americana, a resposta do governo federal foi clara. O responsável pelo *Auswärtiges Amt* começou por explicar que a política alemã perante o caso português se mantinha, ou seja, que, apesar de ter “consciência que não é possível determinar qual o real peso das forças comunistas” e de “não se saber ao certo quanto tempo vai demorar até que a situação estabilize”, o governo federal estava disposto “a fazer tudo o que lhe seja possível para apoiar as forças moderadas nos seus esforços para a democratização de Portugal”. Na verdade, o facto de se viver “uma realidade muito perigosa” em Portugal fazia com que esse apoio se tornasse mais premente. Assim, também ao nível das relações transatlânticas o papel da Alemanha foi determinante. Liderando os países europeus, foi insistindo junto de Washington no sentido de que esta apoiasse claramente os moderados,

<sup>21</sup> Wagner, Tilo (2006), “Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»”, *Relações Internacionais*, 11, pp. 79-89.

<sup>22</sup> Pero, Mario del (2008). *The Limits of Détente. The United States and the Crisis of the Portuguese Regime*. In Wilfried Loth e Georges-Henri Soutou, *The Making of Détente. Eastern and Western Europe in Cold War, 1965-1975*, Londres, Routledge, pp. 221-240.

<sup>23</sup> Memorando de conversação entre Henry Kissinger e o Chanceler Helmut Schmidt, 21 de Maio de 1975 – National Archives and Record Administration (NARA), RG 59, Records of the Office of the Counselor (Helmut Sonnenfeldt Papers), 1955-1977, Box 5.

sobretudo o partido de Mário Soares<sup>[24]</sup>. A partir de meados do Verão de 1975, dá-se uma mudança na atitude da administração relativamente ao que se estava a acontecer em Portugal e passa a haver uma convergência entre os dois lados do Atlântico no apoio à democratização portuguesa<sup>[25]</sup>.

A partir de Abril de 1975, ficou traçado o caminho do processo revolucionário português. As forças moderadas, ou seja, os partidos políticos mas também as alas moderadas do MFA, tornando-se claro que tinham o apoio da maioria da população portuguesa, ganharam novos argumentos para obterem o tão necessário apoio internacional. E o comportamento dos países europeus ocidentais ficou marcado por uma “abordagem bidireccional”. Por um lado, ao nível dos partidos políticos – em particular os partidos socialistas ou social-democratas da Internacional Socialista – era acenada a possibilidade de assistência e de uma futura adesão de Portugal à CEE, como estímulo para a estabilização da situação portuguesa, ao mesmo tempo que se desenvolviam esforços de apoio e desenvolvimento aos partidos portugueses, especialmente ao PS<sup>[26]</sup>. Por outro lado, ao nível oficial, a Comissão Europeia e os Estados-membros (a maior parte deles governados pelos mesmos partidos social-democratas), ameaçava que nada disso aconteceria se em Portugal não vingasse um regime democrático e pluralista<sup>[27]</sup>. A iniciativa mais clara desta estratégia da «cenoura e do pau» e da diferença entre a acção dos Estados-membros e os respectivos partidos políticos, mesmo que estivessem no poder desses países, aconteceu por ocasião da Cimeira de Helsínquia no princípio de Agosto de 1975, onde foi assinado o Acto Final da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE). Durante os encontros bilaterais com o Presidente da República Portuguesa, o General Costa Gomes, os diferentes chefes de governo dos países da CEE (Grã-Bretanha, Holanda, República Federal da Alemanha, entre outros) salientaram que estavam prontos para

<sup>24</sup> Fonseca, Ana Monica, «É Preciso Regar os Cravos!» *A Social-Democracia Alemã e a Transição Portuguesa para a Democracia (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, especialização em História das Relações Internacionais da Época Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011, pp. 258-261.

<sup>25</sup> Ver, entre outros, Sá, Tiago Moreira (2009), *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*, Lisboa, Instituto Diplomático e Gaspar, Carlos (2005), “The international Dimensions of the Portuguese Transition”, em Konstantinos G. Karamanlis Foundation, *The Transition to Democracy in Spain, Portugal and Greece. Thirty Years After*, Atenas, Konstantinos G. Karamanlis Foundation, pp. 121-142.

<sup>26</sup> Fonseca, Ana Monica (2012), “O Apoio da Social-Democracia Alemã à Democratização Portuguesa (1974-1975)”, *Ler História*, 63, pp. 93-107.

<sup>27</sup> Sablosky, Juliet (1996), “A Actividade Partidária transnacional e as relações de Portugal com a Comunidade Europeia”, *Análise Social*, 31 (138), pp. 1011.

apoiar Portugal, política e economicamente, mas não estavam dispostos “a ajudar e a apoiar a preparação de uma ditadura militar em Portugal”, nas palavras do Chanceler Federal, Helmut Schmidt<sup>[28]</sup>.

Imediatamente a seguir à Cimeira de Helsínquia foi convocada uma reunião dos principais líderes partidários da Internacional Socialista, onde foi criado o *Comité de Apoio e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal*, uma ideia de Willy Brandt. O «Comité de Apoio a Portugal» era constituído pelos líderes dos partidos socialistas ou social-democratas da RFA (Brandt), Grã-Bretanha (Harold Wilson), Áustria (Bruno Kreisky), França (Francois Mitterrand), Suécia (Olof Palme) e Holanda (Joop den Uyl) que acreditavam que a situação em Portugal requeria uma “acção concertada”, de modo a “evitar que o país fosse tomado pelos Comunistas”<sup>[29]</sup>. O Comité acreditava igualmente que a onda de “simpatia e boa-fé” que o 25 de Abril tinha criado relativamente a Portugal não deveria ser desperdiçada pelo “desrespeito absoluto da vontade da população portuguesa”, conforme esta se havia manifestado nas eleições de Abril de 1975. Os principais objectivos do Comité eram o apoio ao estabelecimento de um regime democrático, a liberdade de imprensa, a constituição de uma associação sindical livre e democrática e a luta contra o isolamento internacional de Portugal<sup>[30]</sup>.

Estes princípios reflectiram-se na actuação dos partidos social-democratas europeus: o apoio à organização do Partido Socialista e o constante intercâmbio de visitantes, intensificado a partir do Verão de 1975, com particular atenção aos elementos das Forças Armadas Portuguesas. A criação do Comité serviu também para demonstrar que os europeus eram unânimes relativamente à necessidade de apoiar as forças moderadas portuguesas. Essa mensagem destinava-se a exercer pressão quer sobre a União Soviética, quer sobre os próprios Estados Unidos, que tinham adoptado sempre uma posição de desconfiança relativamente às reais capacidades da democracia vingar em Portugal, para além de reforçar internamente a posição do PS, assegurando que teria o apoio da Europa Ocidental<sup>[31]</sup>.

<sup>28</sup> Memorando de Conversação entre o Chanceler Helmut Schmidt e o Presidente português, Costa Gomes, 01.08.1975 – Archiv der sozial Demokratie (AdsD), Helmut Schmidt Archiv (HSA), 1/HSA006605. A versão portuguesa das conversas bilaterais de Costa Gomes em Helsínquia está disponível em Arquivo Histórico-Diplomático (AHD-MNE), PEA, 1/75.

<sup>29</sup> Apontamento sobre a reunião dos líderes de Partido e de Governo da Internacional Socialista em Estocolmo, 15/08/1975 – AdsD, HSA, 1/HSA006657. Ver também Telegrama 15265 da embaixada Americana em Bona para o State Department, 17.09.1975 – NARA, Washington - <http://aad.archives.gov/aad/series-description.jsp?s=4073&cat=all&bc=sl>.

<sup>30</sup> Comunicado à imprensa, 08.09.1975 – AdsD, WBA, A 11.4, 127.

<sup>31</sup> Fonseca, Ana Monica, «É Preciso Regar os Cravos!» *A Social-Democracia Alemã e a Transição Portuguesa para a Democracia (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e



Na verdade, a situação portuguesa estabilizou em finais de 1975, não sem antes se dar um confronto final entre as forças moderadas e de esquerda. Depois do 25 de Novembro de 1975, altura em que foi anulado uma tentativa de golpe de Estado pela extrema-esquerda, o regime político português pôde finalmente avançar rumo ao estabelecimento de uma democracia pluralista de tipo ocidental. Para tal desfecho foi determinante a relação de forças interna, mas não podemos deixar de acentuar a importância do contexto internacional<sup>[32]</sup>.

### **Rumo à Europa: «A Europa Connosco»**

A definição do que seria a futura relação do regime português pós-25 de Abril com as Comunidades Económicas Europeias (CEE) foi uma preocupação constante dos políticos da Alemanha Ocidental. Por um lado, a má situação económica portuguesa ameaçava colapsar a qualquer momento, podendo agravar a instabilidade social e política do país, o que levaria facilmente ao aumento da influência comunista. Por outro lado, a Alemanha Federal via a possibilidade de aproximação de Portugal à CEE como um meio de prender Lisboa no caminho de uma democracia pluralista de tipo ocidental.

Por fim, estes dois elementos eram enquadrados por uma consideração ainda mais relevante no ponto de vista da política externa social-democrata: a integração na Europa Comunitária dos estados da Europa do Sul, ou seja, Portugal juntamente com a Espanha e a Grécia, que estavam a passar por momentos de transição política, eram vistos como o encerrar de um ciclo. A própria República Federal da Alemanha constituía o exemplo mais bem-sucedido de como o processo de integração europeia era útil para a solidificação da inserção internacional de um país, mas também um mecanismo para o desenvolvimento interno da sua jovem democracia. A partir de então, de Konrad Adenauer a Willy Brandt, os líderes alemães, de todos os quadrantes políticos, valorizaram a construção europeia como instrumento para o desenvolvimento dos países europeus. Depois de ultrapassado o impasse causado pela recusa do General De Gaulle em admitir a adesão da Grã-Bretanha, com o alargamento a norte de 1973, ficava a faltar o alargamento à Europa do Sul, para que se constituísse o verdadeiro bloco europeu ocidental para fazer face à Europa de Leste. Enquanto os regimes ditatoriais

Contemporânea, especialização em História das Relações Internacionais da Época Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

<sup>32</sup> Gaspar, Carlos (2005), “The international Dimensions of the Portuguese Transition”, em Konstantinos G. Karamanlis Foundation, *The Transition to Democracy in Spain, Portugal and Greece. Thirty Years After*, Atenas, Konstantinos G. Karamanlis Foundation, pp. 121-142.

se mantivessem, as relações com a CEE ficariam limitadas a simples acordos comerciais, afastando totalmente qualquer possibilidade de aprofundamento da relação com as Comunidades. Porém, ao iniciarem-se os processos de transição política em Portugal (Abril de 1974), Grécia (Junho de 1974) e Espanha (Novembro de 1975), os países da CEE e, dentro destes, a Alemanha Federal, perceberam que esta era uma oportunidade única para a interligação política da CEE com a Europa do Sul<sup>[33]</sup>.

Em 25 de Abril de 1974 as relações entre Portugal e a Comunidade Europeia eram moldadas pelo Acordo Comercial assinado em 1972. A assinatura do acordo foi a solução que permitiu a Lisboa o incremento da cooperação com as Comunidades com um “grau mínimo de empenhamento político”<sup>[34]</sup>. Porém, depois da revolução portuguesa e do derrube do regime autoritário, uma simples revisão do Acordo Comercial de 1972 já não era suficiente para as aspirações das novas autoridades portuguesas. Na verdade, depois de ultrapassados os constrangimentos políticos decorrentes da vigência do Estado Novo, era espectável um aprofundamento das relações com a CEE. Assim, em Novembro de 1974, o governo português tinha já expressado a sua dúvida entre qual o caminho a seguir para este estreitamento das relações com as Comunidades. Por um lado, o estatuto de «Associação» levantava o receio de que viesse a constituir “uma barreira a uma futura adesão”; por outro lado, as disposições do Acordo Comercial de 1972 não eram “suficientes” para as ambições portuguesas<sup>[35]</sup>. Porém, as condições políticas do país faziam com que a decisão relativamente ao caminho a seguir fosse adiada.

Do ponto de vista do governo federal, eram várias as condicionantes a ter em conta ao avaliar a relação de Portugal com a CEE. Do ponto de vista político, Bona sabia que o governo português estava sob pressão por causa das eleições que se previam para a Primavera de 1975. Uma hesitação prolongada por parte da Comunidade relativamente à futura aproximação com Portugal iria, certamente, “enfraquecer as forças moderadas no actual governo”, que eram

<sup>33</sup> Rother, Bernd, “Between East and West – social democracy as an alternative to communism and capitalism. Willy Brandt’s Strategy as president of the Socialist International”, in Leopoldo Nuti (ed.), *The Crisis of Détente in Europe. From Helsinki to Gorbachev, 1975-1985*, Londres, Routledge, 2008, pp. 217-229 e Lappenküpfer, Ulrich (2008), *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland, 1949 bis 1990*, Munique, Oldenburg Verlag.

<sup>34</sup> Pinto, António Costa e Teixeira, Nuno Severiano (2007), *Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986*, Lisboa, Temas e Debates, p. 27.

<sup>35</sup> Esta posição de Mário Soares está expressa num documento do Ministério da Cooperação Económica de 8 de Novembro de 1974 – Bundesarchiv (BA Koblenz), Bundesministerium für wirtschaftlich Zusammenarbeit (BMZ), B213, 6640.

quem tinha apostado mais fortemente nas futuras relações com a Europa. Este enfraquecimento teria como principal consequência a viragem para o bloco de leste, que teria já oferecido um “auxílio económico imediato”. Assim, não seria de excluir a possibilidade de se constituir um governo de esquerda em Lisboa, algo que desagradava grandemente à RFA. Por outro lado, em todos os contactos estabelecidos entre portugueses e alemães, os portugueses pediam à RFA que apoiasse as suas ambições europeias. Perante estes constrangimentos, a Alemanha Federal apenas podia apoiar a intenção de se estreitarem as relações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia. Porém, ainda em finais de 1974, Bona não aceitaria que se iniciassem quaisquer passos no sentido de se abrirem negociações entre Portugal e a CEE, pois achava que tal iniciativa seria prematura – Portugal precisaria ainda de dar muitas mais provas das suas capacidades económicas e comerciais para poder ambicionar um estreitamento das relações com os Nove<sup>[36]</sup>.

Esta posição mantém-se ao longo de todo o período revolucionário. Se por um lado, Bona reconhecia a importância política e económica de Portugal se aproximar à CEE, quer para a consolidação da sua democracia, quer para a solidificação da sua precária situação económica, também havia a consciência de que uma possível adesão de Portugal iria certamente revelar-se muito dispendiosa, tanto para os estados membros como para Lisboa. Para as autoridades alemãs, primeiro que tudo era necessário que Portugal decidisse qual o tipo de relação que queria ter com a CEE; em segundo lugar, era preciso fazer uma correcta avaliação dos custos, quer para Portugal quer para os restantes estados-membros, que a possível adesão de Portugal implicaria para a Comunidade<sup>[37]</sup>.

Contudo, e tal como foi dito atrás, a instabilidade política portuguesa obrigou a uma tomada de posição europeia no sentido de demonstrar a solidariedade com as forças moderadas, e em particular, com o Partido Socialista de Mário Soares, ao mesmo tempo que se verificava uma diferenciação com a posição institucional dos Estados membros, que ameaçavam com o corte de relações entre a CEE e Portugal caso se voltasse a estabelecer uma ditadura em Lisboa. O compromisso *moral* europeu de apoiar a aproximação de Lisboa à CEE tornava-se incontornável. Contudo, só depois de a situação política estar estabilizada, o que aconteceu na primavera de 1976, regressou o apelo à Europa. E esse regresso

<sup>36</sup> Notas preparatórias para a 312ª Reunião do Conselho da CEE a 12 de Novembro em Bruxelas, 08.11.1974 – Bundesarchiv (Koblenz), B213, 6640.

<sup>37</sup> Declaração do SPD perante a proposta do Partido Socialista Belga para uma imediata adesão de Portugal à Comunidade Europeia, 13.05.1975 – BA Koblenz, Bundeskanzleramt (B136), 8018.

deu-se da maneira mais visível possível, através da mobilização das solidariedades socialistas europeias<sup>[38]</sup>.

Em Março de 1976, reuniu-se no Porto o *Comité de Apoio e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal* da Internacional Socialista. Todos os membros do Comité, assim como outros importantes líderes europeus estavam presentes, tornando-se este acontecimento numa ocasião extraordinária de difusão de uma imagem muito favorável de Portugal e do PS, quer doméstica, quer internacionalmente. Sob o título “A Europa Connosco!”, esta reunião focou-se maioritariamente na situação económica de Portugal e, aproveitando o clima de pré-campanha eleitoral para as eleições legislativas de Abril de 1976, no apoio ao PS<sup>[39]</sup>.

No seu discurso durante a reunião do Comité, Soares focou-se acima de tudo no futuro das relações de Portugal com a Europa e anunciou aqui o desejo de formalizar a aproximação à Comunidade, “admitindo a própria opção de Portugal vir a ser membro de pleno direito da Comunidade Europeia”. Para tal decisão pesava não só a vontade do povo português, mas também a avaliação das vantagens de tal passo, quer para Portugal quer para a própria Comunidade. Por outro lado, Soares fez no seu discurso uma referência muito importante e que estava na mente de todos os participantes na reunião do Porto: o Conselho da Europa tinha já aprovado o pedido de adesão da Grécia, recusando claramente o modelo da “pré-adesão”, defendida pela Comissão Europeia, que poderia representar um adiamento sem fim à adesão propriamente dita. Isto abriu um precedente que Soares considerava vantajoso para Portugal. Mas havia ainda outro elemento que fazia acelerar a declaração de interesse português na possível adesão à CEE: a Espanha estava já a viver no período pós-Franco<sup>[40]</sup> e tinha iniciado igualmente “uma ofensiva diplomática com vista à entrada na Comunidade Europeia”. Assim, apelando directamente às promessas de ajuda feitas anteriormente, era chegado o momento de os “amigos Europeus” concretizarem essas promessas e contribuírem para a consolidação da democracia portuguesa<sup>[41]</sup>. A resposta dos

<sup>38</sup> Fonseca, Ana Monica, «É Preciso Regar os Cravos!» *A Social-Democracia Alemã e a Transição Portuguesa para a Democracia (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, especialização em História das Relações Internacionais da Época Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

<sup>39</sup> O PS tinha já decidido que, caso fosse o partido mais votado, mesmo sem obter a maioria, iria constituir governo sem coligações.

<sup>40</sup> Francisco Franco, ditador espanhol desde 1939, tinha morrido em 20 de Novembro de 1975.

<sup>41</sup> Discurso de Mário Soares, Secretário-geral do PS, na reunião do «Comité de Apoio e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal» da Internacional Socialista,

líderes europeus, dada através do presidente do Comité, Willy Brandt, foi positiva: “o Comité planeia actos de solidariedade em diferentes níveis das instituições europeias (CEE, Conselho da Europa e EFTA) e também bilateralmente, entre governos e entre partidos”. As últimas palavras da declaração final do encontro eram claras: “Portugal pertence à Europa – a Europa deve reconhecer as suas responsabilidades perante Portugal”<sup>[42]</sup>.

## O I Governo Constitucional e o pedido de adesão à CEE

Nas eleições legislativas de Abril de 1976, o PS foi o grande vencedor, apesar de não ter conseguido a maioria absoluta, o que o obrigou a formar um governo minoritário. No programa de governo apresentado pelo Primeiro-ministro, Mário Soares, na Assembleia da República em 2 de Julho de 1976, foi anunciada a decisão de apresentar o pedido de abertura de negociações com vista à adesão de Portugal à CEE. Por detrás do pedido de adesão português estavam razões que tinham que ver com o futuro posicionamento da política externa portuguesa – após o fim do império colonial, era necessário rever a inserção de Portugal no sistema internacional. Mas estava também um factor conjuntural: a oportunidade criada pela candidatura da Grécia e pela preparação de uma candidatura espanhola, aproveitando a mudança de regime de ambos os países. Mais cedo ou mais tarde, os países da Europa do Sul teriam de ser admitidos na Comunidade, por isso, Portugal não poderia deixar de assumir desde logo a sua intenção. Por fim, um último argumento era apresentado: a adesão de Portugal às Comunidades Europeias era vista como a garantia de consolidação da jovem democracia portuguesa<sup>[43]</sup>. Aliás, este último argumento era válido para os três países da Europa do Sul, que estavam a viver momentos de transição política. A futura adesão à CEE seria o elemento que garantiria a irreversibilidade da democratização, ao mesmo tempo que assegurava a estabilidade de todo o flanco sul europeu, algo que tantas incertezas tinha levantado nos dois anos anteriores. A partir do momento em que se conseguiu o consenso político em torno deste tema, nomeadamente, no momento em que foi aprovado o programa de governo pela Assembleia da

14.03.1976, publicado em Mário Soares (1976), *A Europa connosco*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

<sup>42</sup> Comunicado de Imprensa da Reunião do «Comité de Apoio e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal», 14.03.1976 – AdsD, HSA, 1/HSAA006219.

<sup>43</sup> Castro, Francisco Niny (2010), *O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Aspectos Político-Diplomáticos*, Lisboa, Príncipia, p. 21.

República<sup>[44]</sup>, iniciaram-se contactos diplomáticos nas capitais europeias com vista a cumprir este objectivo.

No início de Setembro de 1976, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, José Medeiros Ferreira, deslocou-se a Bona, onde obteve da parte do seu homólogo, Hans-Dietrich Genscher, a garantia de que a RFA iria apoiar, “até que se concretize a plena adesão de Portugal na Comunidade”, os anseios e esforços portugueses. Seria necessário que, de acordo com Genscher, as autoridades portuguesas tivessem “paciência”, pois era expectável que as negociações demorassem bastante tempo até que houvesse uma resposta favorável da parte da CEE. E deu um conselho muito importante a Medeiros Ferreira, que foi seguido: Genscher sugeriu ao Ministro português que se fizesse um conjunto de viagens exploratórias nas capitais europeias, de modo a sondar quais as posições dos Estados-membros comunitários perante o pedido de negociações por parte de Portugal<sup>[45]</sup>. Era importante que o governo português soubesse antecipadamente se poderia contar com o apoio dos Estados-membros para não correr o risco de um falhanço diplomático.

No discurso de Genscher, por ocasião de uma recepção em honra do Ministro português, o Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros afirmou que a Europa estava a alterar-se e que tinha saído, “definitivamente da fase de uma comunidade económica, tornando-se uma comunidade política”, cuja principal missão seria defender o “ideal da liberdade e dignidade do homem no mundo”. Não só Genscher, e a RFA, apoiavam a intenção portuguesa de aderir a esta Europa da Liberdade, como o próprio ministro reconhecia que o “êxito da democracia portuguesa poderá influenciar o êxito ou o malogro de outras democracias na Europa”, numa clara referência aos restantes países da Europa do Sul<sup>[46]</sup>.

O papel da Alemanha na defesa dos interesses de Portugal na Europa está bem patente durante a reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Nove, em 11 e 12 de Setembro de 1976, na Holanda (país que exercia a Presidência das Comunidades no segundo semestre de 1976). Aqui, foi discutido pormenorizadamente a questão da futura adesão de Portugal às Comunidades. A maioria dos ministros dos Estados Membros pronunciou-se contra uma possível adesão de Portugal, pois esta representaria um custo muito elevado para as Comunidades e, a acontecer nos moldes falados até aí, com um período alargado (10/15 anos) de adaptação por parte de Portugal, isso teria implicações para o futuro institu-

<sup>44</sup> Aprovado com os votos do PSD (antigo PPD) e CDS, apenas o PCP votou contra.

<sup>45</sup> Relato da Conversa entre o Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, e o seu homólogo português, José Medeiros Ferreira, 06.09.1976 – BA (Koblenz), B136, 30510.

<sup>46</sup> Discurso do Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros durante a recepção ao homólogo português, 03.09.1976 – AHD-MNE, PEA, 20/76.

cional da CEE. Este período tão alargado iria criar a «Europa a duas velocidades», algo que não agradava aos Nove. A sugestão do Ministro van der Stoel, Ministro dos Negócios Estrangeiros Holandês e presidente em exercício do Conselho dos Assuntos Gerais<sup>[47]</sup> era então que se consultasse o governo português com uma contra-proposta concreta: um estatuto de Associação específico, com um período de adaptação de 10 anos, após os quais se avançaria para a possível adesão às Comunidades. Esta possibilidade teve o apoio dos representantes belga e britânico e do Presidente da Comissão Europeia, o francês François-Xavier Ortoli.

Porém, o Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros chamou a atenção para o ponto mais importante desta questão. Para Genscher, deveria ser tido em conta que o governo português tinha optado “claramente pela Europa”, o que era “um acto político de máxima importância” no panorama português, numa altura em que em Lisboa havia outras opções de política externa. Na opinião do MNE alemão, não se podia transmitir uma postura de indiferença perante o Governo de Mário Soares ao propôr logo um estatuto de associação, quando este tinha feito tal opção política. Acima de tudo, era necessário ter em conta a “situação interna do país e do próprio Partido Socialista, para além de que a própria democracia ainda não está assegurada”. Esta posição de Genscher teve ainda a aprovação do Ministro italiano, Forlani, que acrescentou que a situação da Europa do Sul devia ser vista em conjunto, pois “a questão da consolidação da democracia e a estabilidade política” desempenhavam aqui um grande papel. Na verdade, estava na mente destes dois homens que “o que vale hoje para Portugal, vale amanhã para Espanha”<sup>[48]</sup>. Por sugestão de Genscher, foi decidido que se iriam encetar conversações exploratórias com o governo português, de modo a perceber se este admitiria algum estatuto alternativo ao pedido de adesão. Essas conversas, tidas em meados de Setembro de 1976 por van der Stoel em Lisboa, confirmaram os receios dos europeus: o governo de Lisboa estava “determinado a levar Portugal até à CEE”<sup>[49]</sup>. Em 20 de Setembro de 1976, Portugal assinava em Bruxelas os Protocolos Adicionais ao Acordo Comercial de 1972 e o Acordo Intercalar, que tinham como objectivo a manutenção do auxílio financeiro a Lisboa. Dois dias mais tarde, Portugal tornava-se igualmente membro do Conselho da Europa, algo

<sup>47</sup> O Conselho dos Assuntos Gerais é composto pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de cada Estado-membro e é presidido pelo ministro do país que ocupa a Presidência semestral da CEE.

<sup>48</sup> Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros da CEE em Beesterzwaag, 12.09.1976 – *Akten zur Auswärtigen Politik der Bundesrepublik Deutschland (AAPBRD)*, 1976, documento 283, pp. 1297-1310.

<sup>49</sup> 408ª Reunião do Conselho da CEE de 20 de Setembro de 1976, 22.09.1976 - *AAPBRD*, 1976, documento 291, pp. 1333-1337.

que constituía um requisito imprescindível para uma futura adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Os meses que se seguiram foram de intensa actividade diplomática nas capitais dos Nove estados-membros, onde Portugal procurou – e eventualmente conseguiu – obter o apoio a um pedido imediato de adesão. Do ponto de vista político, eram poucas as reticências europeias, em particular no tocante à necessidade de se apoiar a jovem democracia portuguesa. Porém, quando se passava para a análise económica e comercial, começavam a pesar os custos de uma adaptação da economia portuguesa, tão atrasada e frágil, às normas europeias. Ainda assim, foi possível ao Primeiro-ministro português realizar um périplo pelas capitais dos Nove, onde procuraria obter o apoio de cada Estado-membro ao seu pedido de adesão às Comunidades Europeias<sup>[50]</sup>.

Este périplo europeu iniciou-se em 14 de Fevereiro em Londres, uma vez que a «velha Aliada» de Portugal era quem ocupava a Presidência da CEE no primeiro semestre de 1977, passando por Dublin, Copenhaga e Roma. A segunda fase começou em 7 de Março em Paris, seguindo-se Bona, Haia e Luxemburgo, terminando em Bruxelas. A argumentação base da diplomacia portuguesa passava por ligar a consolidação da democracia e o sucesso das necessárias medidas económicas e sociais à Europa, o que era compreendido por todos os seus interlocutores. Ao chegar a Bona, Soares tinha já obtido o sim das restantes chancelarias europeias, *inclusive* de Paris, que se mostrara inicialmente mais reticente. Deste modo, a posição de Bona foi a de reforçar as intenções portuguesas, alertando contudo para as grandes dificuldades que iria trazer, quer a Portugal, quer aos países comunitários, a sua adesão à CEE. Ainda assim, Soares recebeu do Chanceler Helmut Schmidt a garantia de que a Alemanha Federal queria “honrar a opção europeia de Portugal”. O interesse alemão era a “estabilização política e social de Portugal, mas, ao mesmo tempo, ter a certeza de que os restantes parceiros da CEE não falhariam nas suas responsabilidades para com Portugal”<sup>[51]</sup>.

Os parceiros europeus não falharam às suas responsabilidades. Em 28 de Março de 1977 o governo português solicitou formalmente o pedido de adesão de Portugal à CEE. Em Abril desse ano, o pedido foi aceite pelo Conselho e iniciou-se o processo de consulta à Comissão. Em Maio de 1978, a Comissão Europeia aprovou o pedido português e ficou decidido que as negociações se iniciariam em Outubro desse ano. As negociações foram longas e difíceis, mas em

<sup>50</sup> Castro, Francisco Niny (2010), *O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Aspectos Político-Diplomáticos*, Lisboa, Principia, pp. 39-96.

<sup>51</sup> Preparação da conversa do Chanceler Helmut Schmidt com Mário Soares, 03.03.1977 – AdsD, HSA, 1/HSAA007279.



Janeiro de 1986, Portugal (e a Espanha), tornaram-se membros de pleno direito da Comunidade Económica Europeia.

### **Considerações finais: a importância da Península Ibérica**

A análise do processo do pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias permite-nos identificar uma evolução da posição por parte da Alemanha Federal. Em finais de 1974, quando o desenlace da revolução portuguesa era ainda incerto, os alemães, apesar de reconhecerem o mérito que a aproximação de Lisboa à CEE teria para a estabilidade política, ainda tinham como principal preocupação as dificuldades que daí adviriam para as partes envolvidas. À medida que a transição portuguesa para a democracia foi ultrapassando os obstáculos descritos atrás, percebemos também uma evolução do posicionamento alemão. Particularmente após a aprovação da Constituição, a eleição e formação do I Governo Constitucional, liderado pelo «amigo» Mário Soares e a eleição do Presidente da República, o General Ramalho Eanes, tornou-se claro para Bona que em Portugal vingara um regime democrático. Aí, as consequências políticas de uma possível recusa da CEE ao pedido de adesão português revelar-se-iam muito mais gravosas do que um compromisso europeu no sentido da adesão portuguesa. E é nesta fase que entra em jogo um outro elemento: a Espanha.

Após a morte do Generalíssimo Francisco Franco em finais de 1975, Madrid dá início a profundas reformas políticas no sentido da transição para um regime democrático. Os esforços democratizadores vindos de Espanha causam grande preocupação na Europa, em particular na RFA, onde havia acima de tudo o receio de que se viesse a repetir um processo de transição tão incerto como em Portugal. Mais uma vez, o apoio internacional revelar-se-ia muito importante para a transição espanhola. Assim, ao considerar a posição portuguesa perante a Europa, os alemães tinham em mente também as implicações da sua resposta em Espanha. É essa a razão que leva a que as considerações económicas e comerciais sejam postas para segundo plano. A partir do início de 1977, torna-se prioritário o apoio à democratização da Península Ibérica, e um apoio a Portugal implicava também um apoio a Espanha.

Tal como foi dito numa reunião extraordinária do conselho de ministros do governo de Helmut Schmidt, não seria possível às Comunidades Europeias evitar a entrada dos países da Europa do Sul: “não poderá haver uma nova divisão da Europa”<sup>52</sup>. Era este o principal receio. Que surgisse uma nova divisão na Europa,

<sup>52</sup> Documento preparatório da 434ª Reunião do Conselho da CEE de 18 de Janeiro de 1977, 14.01.1977 – BA (Koblenz), B136, 11862.

fosse pela exclusão de Portugal e da Espanha da CEE, fosse pela criação de uma Europa «a duas velocidades», o que apenas demonstraria a incapacidade europeia de se constituir como uma verdadeira Comunidade Política. Assim, houve um verdadeiro esforço de ligar formalmente os países ibéricos à CEE, como garante da consolidação da sua democracia e como forma de fortalecer a unificação europeia. Afinal, tinha sido assim que a República Federal da Alemanha, vinte anos antes, se tinha imposto na Europa e no mundo.

Por fim, uma última chamada de atenção para um elemento determinante. As relações entre os países ibéricos e a CEE estavam condicionadas, desde início da década de 1960, pelo regime político vigente em Portugal e Espanha. Apesar de terem relações estáveis e até positivas com os principais países da Europa Ocidental, as ditaduras de Portugal e Espanha não conseguiram estabelecer um vínculo mais forte com as Comunidades do que o Acordo Comercial. Por isso, em finais da década de 1970, a possibilidade de adesão destes dois países à CEE implicava também que o seu processo de democratização estava no caminho da consolidação e que poderiam agora constituir-se plenamente como estados-membros da Europa Comunitária. Ou seja, integração europeia de Portugal e Espanha – e, no fundo, de qualquer outro país que procurasse a adesão à CEE – era vista como um sinónimo e garante de democratização.

## Bibliografia:

- Amaral, Diogo Freitas do. *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand Editora, 1995.
- Avillez, Maria João. *Soares. Ditadura e Revolução*. Lisboa: Público, 1996.
- Castro, Francisco. "A CEE e o PREC." *Penélope*, n.º 26 (2002): 123-157.
- Castro, Francisco Niny de. *O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Aspectos Político-Diplomáticos*. Lisboa: Principia, 2010.
- Fonseca, Ana Monica (2012), "O Apoio da Social-Democracia Alemã à Democratização Portuguesa (1974-1975)", *Ler História*, 63, pp. 93-107.
- Fonseca, Ana Monica, «É Preciso Regar os Cravos!» *A Social-Democracia Alemã e a Transição Portuguesa para a Democracia (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, especialização em História das Relações Internacionais da Época Contemporânea, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.
- Fonseca, Ana Monica. *A Força das Armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1969)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2007.
- Frain, Marietheresa. *OPPD/PSD na consolidação do regime democrático*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

- Gaspar, Carlos. "The international Dimensions of the Portuguese Transition." In *The Transition to Democracy in Spain, Portugal and Greece. Thirty Years After.*, de Konstantinos G. Karamanlis Foundation, 121-142. Greece: Konstantinos G. Karamanlis Foundation, 2005.
- Gaspar, Carlos, e Manuel Lucena. "Metamorfoses Corporativas? Associações de Interesses Económicos e institucionalização da Democracia em Portugal (I)." *Análise Social* XXVI, n.º 114 (1991): 847-903.
- Lappenküpper, Ulrich. *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland 1949 bis 1990*. Munique: Oldenburg Verlag, 2008.
- Martins, Susana. *Os Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Lisboa: Casa das Letras, 2005.
- Müllen, Patrick von zur. *Die internationale Arbeit der Friedrich-Ebert-Stiftung. Von den Anfängen bis zum Ende des Ost-West--Konflikts*. Bonn: Dietz Verlag, 2007.
- Oliveira, Pedro, e Norrie McQueen. "'Grocer meets Butcher': Marcello Caetano's London Visit of 1973 and the last days of Portugal's Estado Novo." *Cold War History*, n.º 10.1 (2010): 29-50.
- Pero, Mario Del, "The Limits of Détente. The United States and the Crisis of the Portuguese Regime." In *The Making of Détente. Eastern and Western Europe in Cold War, 1965-1975*, de Wilfried Loth e Georges-Henri Soutou, 221-240. London: Routledge, 2008.
- Pinto, António Costa, e Nuno Severiano Teixeira. *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia, 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- Rezola, Maria Inácia. *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- Rodrigues, Luís Nuno. *Spínola*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- Rother, Bernd, "Between East and West – social democracy as an alternative to communism and capitalism. Willy Brandt's Strategy as president of the Socialist International", in Leopoldo Nuti (ed.), *The Crisis of Détente in Europe. From Helsinki to Gorbachev, 1975-1985*, Londres, Routledge, 2008, pp. 217-229
- Sá, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2009.
- Sablosky, Juliet Antunes. "A Actividade Partidária transnacional e as relações de Portugal com a Comunidade Europeia." *Análise Social* XXXI, n.º 138 (1996): 1007-10020.
- Sánchez, António Muñoz. "La Social-democracia alemana y el Estado Novo (1961-1974)." *Portuguese Studies Review*, 2005: 477-503.
- Soares, Mário. *A Europa Conosco!* Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.
- Teixeira, Nuno Severiano, e António Costa Pinto. *Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- Wagner, Tilo. "Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»." *R: I Relações Internacionais*, n.º 11 (2006): 79-89.



# O INVESTIMENTO DA ALEMANHA EM PORTUGAL – PASSADO E FUTURO

José Félix Ribeiro

FCSH/UNL

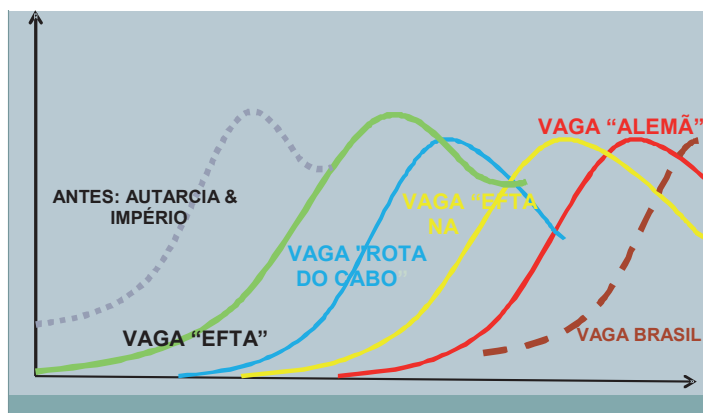
## I. Alemanha – o principal actor na renovação da carteira de atividades exportadoras de Portugal nos últimos 25 anos

O conjunto de atividades exportadoras de Portugal surgiram em períodos distintos, em *vagas de investimento* que foram propiciadas

- pela conjugação de processos geoeconómicos que abriram oportunidades de mercado,
- pela existência de fatores abundantes em Portugal que tornaram possível explorar essas oportunidades e
- pela conjugação de políticas macroeconómicas e/ou de regulação que tornaram mais atrativa a exploração desses fatores, quer por investidores estrangeiros, quer por distintos segmentos do tecido empresarial português.

De análises realizadas noutros momentos resulta a identificação de quatro grandes vagas, que se distribuem no tempo a partir do início dos anos 60

Figura I – Vagas de Investimento no Sector Exportador de Portugal



Fonte: DPP

O conjunto de atividades exportadoras de Portugal surgiram em períodos distintos, em *vagas de investimento* que foram propiciadas pela conjugação de processos geoeconómicos que abriram oportunidades de mercado, pela existência de fatores abundantes em Portugal que tornaram possível explorar essas oportunidades e pela conjugação de políticas macroeconómicas e/ou de regulação que tornaram mais atrativa a exploração desses fatores, quer por investidores estrangeiros, quer por distintos segmentos do tecido empresarial português. De análises realizadas noutros momentos resulta a identificação de quatro grandes vagas, que se distribuem no tempo a partir do início dos anos 60 (Figura I \*)

### 1.1. A Vaga EFTA

Esta primeira vaga resulta da integração de Portugal na Associação Europeia de Livre Comércio em que o País tinha como parceiros Países que se localizavam, no essencial, em Ilhas e Penínsulas situadas mais a norte na Europa – Reino Unido, Irlanda, Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia – além da Suíça

Esta vaga centrou-se em atividades intensivas em recursos naturais, em abundância de trabalho desqualificado e de baixos salários (sobretudo trabalho feminino) e na existência de amenidades valorizadas pelo turismo. Esta vaga foi facilitada pela adoção de um novo Código de investimento estrangeiro em 1965. De entre essas atividades salientam-se:

- Indústrias do Têxtil e Vestuário – com as atividades têxteis essencialmente dinamizadas por capitais portugueses dos vales do Ave e Cávado e o vestuário por investimento direto sueco, suíço, finlandês e holandês;
- Indústrias eletrónicas – com atividades de fabrico de componentes eletrónicos passivos e ativos e de montagem de aparelhos de rádio e televisão dinamizadas por investimento direto estrangeiro, no essencial britânico, norte-americano (através filiais no Reino Unido, que passaram a dispor de uma “bacia de emprego” de baixos salários) e de empresas alemãs (ex: GRUNDIG) que vieram instalar-se em Portugal sobretudo para daqui aceder ao mercado dos países da EFTA;
- Indústrias da Madeira e Papel – com as exportações de artigos de madeira dinamizadas por capitais portugueses, nomeadamente do Centro e Norte do País e de pasta de papel onde foi relevante o investimento sueco, em parceria com capitais portugueses;

\* Félix Ribeiro, José “Portugal 20125” “Prospetiva e Planeamento” n.º 16, 2010 Ed.DPP- Departamento de Prospetiva e Planeamento e relações Internacionais.

- Indústrias Agro-alimentares – é o período de crescimento rápido das indústrias de concentrado de tomate com destino sobretudo para o mercado britânico, dinamizado por empresas multinacionais norte-americanas e por capitais nacionais;
- Turismo – esta vaga inclui a “descoberta” do Algarve para turismo de gama alta, tendo o mercado do Reino Unido como foco inicial -, o que se traduziu na instalação dos complexos turísticos no que hoje se designa por “triângulo dourado” – Vilamoura, Quinta do Lago e Vale do Lobo – bem como em Alvor – em que capitais ingleses e holandeses tiveram um papel muito significativo.

Ao mesmo tempo que Portugal “descobria” o caminho das exportações para a EFTA, muitos portugueses optaram pelo caminho da emigração para CEE, e as exportações e as remessas de emigrantes suportaram um crescimento rápido da economia portuguesa de meados dos anos sessenta até 1974.

A “vaga EFTA” terminou, no que respeita à dinâmica do *investimento* no sector exportador, com:

- O pedido de adesão do Reino Unido, Dinamarca e Noruega à então CEE em que os dois primeiros se integram em 1973;
- As transformações sociais ocorridas no pós 1974, que levaram à retirada dos investimentos estrangeiros na indústria eletrónica (com exceção dos investimentos alemães) e, posteriormente, da maioria das empresas de vestuário.

## 1.2. A Vaga da “Rota do Cabo”

Esta vaga resultou da valorização da localização geográfica de Portugal, em consequência do encerramento do canal do Suez ao tráfego dos petroleiros que transportavam petróleo do Golfo Pérsico para a Europa, na sequência da guerra israelo-árabe de 1967. O acontecimento que desencadeou esta vaga foi a coincidência deste evento com a inauguração de um grande estaleiro naval de reparação de navios no estuário do Tejo, em que estiveram envolvidos o maior grupo empresarial português de então, um estaleiro da Suécia e outro da Holanda.

A procura dirigida a este novo estaleiro de reparação cresceu de forma exponencial e fez descobrir a valia da fachada atlântica de Portugal, já não para a relação com os territórios de África mas com os negócios globais. Sucederam-lhe o investimento no exterior em novos estaleiros concebidos e equipados pela engenharia portuguesa (vd. o mais célebre no Bahrein) e a decisão de construir um estaleiro de construção naval em Setúbal para os petroleiros de maior dimensão da altura.

Esta vaga culmina com a decisão de construir um porto de águas profundas em Sines com um terminal petrolífero, uma nova refinaria em parceria com capitais franceses do negócio petrolífero e de um complexo petroquímico adjacente. A competição entre grupos portugueses do sector da Química determinou que fosse realizado um investimento noutra complexo petroquímico, agora no Norte de Portugal, adjacente à refinaria de Matosinhos. Todos estes investimentos estavam orientados para a exportação.

Esta vaga terminou, em termos de decisões de investimento no sector exportador com o primeiro choque petrolífero e com a alteração radical das condições económicas e sociais pós 1974. Vários dos grandes projetos industriais acabaram por ser concluídos já posteriormente a 1974, com as respetivas empresas já nacionalizadas.

### **1.3. Vaga “EFTA na CEE”**

Após anos de perturbação política associada à “mudança de regime”, a dinâmica exportadora foi retomada, primeiro ainda no quadro do acordo de livre troca com a então CEE e, depois, com adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

A integração na CEE, em paralelo com a Espanha, representou uma profunda transformação geoeconómica para Portugal. Ao integrar os mercados ibéricos tornou o território português mais atractivo para o investimento internacional e ao mesmo tempo abriu o mercado de Espanha aos produtos portugueses nomeadamente aqueles produtos que beneficiam de efeitos de proximidade para competir pelos custos (redução dos custos logísticos). Mas a abertura a Espanha não se traduziu em nenhuma transformação na composição da oferta externa de Portugal por via de investimento espanhol. Pelo contrário, este – de uma forma geral – concentrou-se em sectores mais “abrigados” da economia, reproduzindo o padrão de crescimento e internacionalização da própria economia espanhola.

Esta vaga consistiu na redinamização ou atracção de atividades cuja competitividade – tal como acontecera com a Vaga da EFTA – residiam na disponibilidade de mão-de-obra desqualificada e com baixos salários relativos e em recursos naturais. Traduziu-se:

- Num reativar das indústrias têxteis, das malhas e do vestuário – com maior peso destes dois últimos sectores – agora para os mercados da Alemanha, França e Holanda;
- Numa viragem para um forte crescimento exportador de um sector com tradições no País – o Calçado – viragem para a qual também contribuíram várias empresas estrangeiras – alemãs (exROHDE, GABOR etc) e britânica;



- Na expansão do sector dos aglomerados de madeira e do sector de pasta de papel com a instalação de uma nova empresa inicialmente com capitais franco-britânicos e um aumento do peso do papel no conjunto das exportações da fileira florestal;
- Na implantação de várias grandes unidades de fabrico de cablagens para a indústria automóvel (que foram nesta vaga o equivalente das montagens eletrónicas da Vaga da EFTA).

Esta vaga terminou com o avançar da Globalização e com a chegada em massa dos produtores da Ásia (China sobretudo) e com o Alargamento da União Europeia aos países de baixos salários da Europa Oriental (Roménia e Bulgária).

#### 1.4. A Vaga Alemã

Esta vaga foi desencadeada, tal como a anterior, pelo relacionamento de Portugal com a Comunidade Económica Europeia, primeiro sob o regime de um Acordo de Livre Troca e depois como Estado-Membro. Mas, ao contrário das Vagas da EFTA, organizou-se em torno de investimentos em sectores capital, isto é, escala intensivos, exigentes de mão-de-obra qualificada (essencialmente masculina) e mesmo exigentes em competências de engenharia. Estruturou-se – sobretudo devido ao investimento alemão – em torno:

- **Indústria automóvel** -recorde-se que primeiro grande investimento pós 1974 na indústria automóvel foi realizado pela RENAULT em 1980 com a instalação de uma fundição de última geração, de uma unidade de fabrico de motores e componentes mecânicos e uma instalação de montagem de automóveis de gama baixa/média. Mas a retirada na década seguinte desta última componente levou ao redimensionamento das outras unidades. E foi sucedida pelo investimento alemão na AUTOEUROPA, o maior então realizado na indústria portuguesa e acompanhado pelo de vários fornecedores CONTINENTAL THEVES, VAMPRO, WEBASTO etc a que se seguiu a vinda de mais fabricantes de cablagens e de outros componentes de automóvel (vd BOSCH ) e ainda pelo investimento da CONTINENTAL no fabrico de pneus; por sua vez a DAIMLER está presente na montagem de veículos comerciais para exportação através da MITSUBISHI TRUCKS;
- **Indústria eletrónica e das tecnologias da informação** – envolvendo o investimento do grupo BOSCH no fabrico de auto rádios e de equipamento de segurança; do Grupo SIEMENS com a instalação das fábricas de componentes eletrónicos da INFINEON (depois QIMONDA) e da EPCOS; refira-se que mesmo

- uma das duas mais relevantes empresas de engenharia eletrónica portuguesas – a EID – tem como parceiro uma empresa alemã das indústrias de defesa;
- **Indústria mecânica e elétrica** – envolvendo a já tradicional presença da SIEMENS (transformadores) e do grupo BOSCH (terno domésticos da VULCANO) e mais recentemente no fabrico de equipamento para energia eólica – com a ENERCON;
  - **Indústria Química** – mais recentemente a presença de multinacionais alemãs alargou-se à Química de especialidades com a DEGUSSA no capital da CARBOGAL–Carbonos de Portugal e com a aquisição pelo grupo SGL da FISIFE, integrando-a na cadeia de produção de fibras de carbono – de que o grupo é o maior produtor europeu – e de materiais compósitos.

Refira-se ainda que o maior estaleiro de reparação naval da Europa, localizado em Portugal na LISNAVE, conta com uma participação do grupo alemão THYSSEN KRUPP.

Uma das realizações complementares mais interessantes desta Vaga de investimento industrial foi a criação de uma entidade de formação profissional gerida em conjunto pelos Grupos VOLKSWAGEN SIEMENS e BOSCH: a ATEC localizada na proximidade da fábrica da AUTOEUROPA.

Esta vaga perdeu dinâmica pela conjugação da abertura de oportunidades de investimento das firmas alemãs na Europa de Leste e pelas crescentes dificuldades que alguns dos segmentos dos grupos alemães tiveram na competição internacional (crise da INFINEON com encerramento da QUIMONDA e venda da EPCOS à KEMET *Eletronics*).

Se analisarmos a lista dos 25 maiores exportadores de Portugal para a Alemanha, que consta da Tabela I em Anexo, verificamos o papel chave das empresas alemãs nas exportações de Portugal para a Alemanha, num padrão típico do paradigma de internacionalização da produção no interior de espaços regionais institucionalizados, paradigma que precedeu a Globalização mas que continuou a manifestar-se dominante no caso de Portugal. Verifica-se também a importância das atividades ligadas ao *Cluster* Automóvel, um dos pontos fortes da especialização internacional da Alemanha, aos Termo eletrodomésticos e mais recentemente às energias renováveis. Saliente-se igualmente distribuição destes investimentos pelo conjunto do território de Portugal Continental.

### 1.5. Choques Externos e Esgotamento de Vagas Exportadoras

Ora a economia portuguesa experimentou um conjunto de quatro choques externos desde 1999 que *retiraram dinâmica às Vagas exportadoras que susten-*

taram a nossa adesão à CEE/UE, choques que ajudam a compreender as suas dificuldades atuais:

- O dinamismo exportador das economias emergentes ou em crescimento rápido da Ásia – com destaque para a China – que se transformaram nos locais privilegiados para a deslocalização industrial destinada à exportação para as economias desenvolvidas;
- O alargamento da União Europeia aos Estados da Europa de Leste, próximos geograficamente da Alemanha, com níveis de escolarização muito superiores aos de Portugal e com tradição industrial;
- A adesão à União Económica e Monetária, que ao traduzir-se numa redução muito forte no nível das taxas de juro e ao proporcionar aos bancos portugueses novas facilidades de financiamento no mercado de capitais europeus desencadeou uma corrida ao endividamento das famílias para aquisição de bens de consumo importados e para aquisição de casa própria e/ou construção de residências secundárias levando a uma breve dinamização do sector da construção;
- A elevação dos preços do petróleo que aumentaram significativamente o valor das importações energéticas de Portugal, cuja intensidade energética de crescimento e cuja dependência de fontes primárias de energia importada é elevada.

A atuação conjunta destes quatro factores determinou um agravamento das contas externas, já que não houve a partir de 2000 nada de novo em termos de investimentos significativos na oferta de bens e serviços transaccionáveis que combinasse *Volume e Variedade*.

### **1.6. A “Vaga Brasil” – da Exportação ao Investimento no Exterior**

A perda de dinamismo destas Vagas sucessivas de investimento, num contexto em que os principais polos empresariais portugueses se vincularam a atividades e sectores mais virados para o mercado interno, traduziu-se num impasse das exportações portuguesas.

Mas tal não aconteceu com o investimento internacional de grandes empresas portuguesas de setores infraestruturais – o que designámos como “Vaga Brasil” em que a Portugal Telecom, a EDP, a GALP Energia, a CIMPOR e empresas de Engenharia e Construção investiram não só no Brasil como no Magrebe e na África Austral. As facilidades de financiamento externo posteriores à adesão à UEM, constituíram um fator decisivo deste movimento.

## II. Portugal – fatores de atratividade do investimento direto estrangeiro e oportunidades na globalização

Portugal tem atualmente uma presença nos mercados internacionais que é muito vulnerável à concorrência de grandes economias emergentes e a cada vez maior número de economias em desenvolvimento. Estando inserido na UE – uma das regiões com um mau desempenho nos próximos anos – o País não pode crescer mantendo o foco, nem exclusivamente no que já exporta, nem mantendo uma fixação na Europa.

Para responder à crise em que se encontra, tem de organizar uma “expedição colectiva à globalização” – (um desafio coletivo às empresas para que se internacionalizem) para voltar a crescer. A retoma do crescimento deve assentar numa vaga de investimento (nacional e de IDE) e na exportação. Como temos referido, parece-nos consensual que:

1. A retoma do crescimento tem que assentar numa nova vaga exportadora de bens, serviços, conteúdos e conceitos, e não apenas na viragem da atual carteira de atividades exportadoras para novos mercados; ou seja tem que assentar na abertura de oportunidades no mercado exterior suficientemente vastas para que justifiquem um aumento substancial e continuado do investimento no sector exportador, contribuindo para diversificação da carteira de atividades exportadoras

2. A retoma do crescimento, num período de austeridade interna, exige em paralelo uma dinâmica do mercado interno que tem que contar com a atração de rendimento vindo do exterior, não só como turismo, mas sobretudo como acolhimento de dezenas de milhares de novos residentes vindos da Europa, que podem contribuir também para animar as atividades imobiliárias e de construção, valorizando ativos hoje acumulados como crédito mal parado. Por sua vez, a importância crucial dos serviços na atração de rendimento aconselha que a tributação indireta sobre eles seja claramente inferior aos seus níveis atuais.

3. Num período prolongado de limitação da capacidade de financiamento interno – do Estado e dos bancos comerciais – esta vaga exportadora tem que assentar em atividades pouco intensivas em capital e muito intensivas em competências e conhecimentos, que se encontram quase todas quer em sectores de serviços ou de em setores industriais muito exigentes em serviços (I&D, Design e Marketing) deixando para o investimento direto estrangeiro o investimento industrial em sectores mais intensivos em capital que possam localizar-se em Portugal devido ao seu posicionamento e características geográficas e às suas opções geoeconómicas.

4. A retoma do crescimento para ser sustentada tem que assentar num aumento substancial da produtividade dos fatores – capital, conhecimento/

tecnologia, trabalho e terra – quer nos sectores exportadores, quer nos sectores mais “protegidos” da concorrência internacional e que atualmente, por estarem sob controlo do Estado não podem evoluir para soluções muito mais eficazes e eficientes (rompendo com a uniformidade típica dos serviços prestados pelo Estado); e o IDE tem que ser um vetor fundamental nesse aumento de produtividade.

5. Nessa descoberta de novas funções, novos mercados, novas atividades e novas maneiras de realizar a atividades onde acumularam competências, as empresas multinacionais podem fornecer volume em atividades que tenham forte procura internacional, empreguem recursos humanos qualificados e permitam a Portugal posicionar-se nas respetivas cadeias de valor de modo a poder ascender gradualmente nessa cadeias. Enquanto as PME's, as *start ups* fornecerão a variedade. Volume e Variedade são as duas componentes chave numa vaga de internacionalização para que seja rápida nos efeitos e prudente no evitar dependência exclusiva de um número restrito de grandes operadores.

O investimento direto estrangeiro que nós precisamos de atrair não irá centrar-se unicamente na indústria como aconteceu na década de 80 e 90 em torno do automóvel e da eletrónica e material eléctrico. A evolução recente revela uma vaga de vendas no exterior realizada por multinacionais que localizam em Portugal centros de I&D e centros de competência para os seus respetivos grupos e redes; realizam *outsourcing* em Tecnologias de Informação, ou instalam centros de recursos partilhados e *contact centers*, serviços que ocupam hoje no seu conjunto dezenas de milhares de empregos, recrutando quer trabalhadores jovens, escolarizados, mas não ainda qualificados, quer os engenheiros de elevada qualidade. Assim, hoje será tão importante atrair uma clínica de renome internacional, uma empresa de equipamento médico, um produtor de conteúdos para internet, uma empresa de telecomunicações para localizar unidades de consultadoria para o mundo, como uma empresa de aeronáutica ou de veículos eléctricos para uso urbano.

Antes da atual crise Portugal começava a dispor de fatores estruturais de atratividade para uma nova geração de atividades exportadoras de *bens*, *serviços*, *conteúdos* e *conceitos*. Neles se incluíam:

Qualidade dos quadros técnicos, nomeadamente, engenheiros que se formam em várias instituições do Ensino Superior em Portugal;

- Existência de quadros qualificados em áreas funcionais horizontais e de uma população jovem escolarizada, sem qualificações, mas qualificável num curto prazo de tempo;

- Concretização desde 1986 do maior programa de formação avançada de recursos humanos em Ciências e Tecnologias da história moderna de Portugal, envolvendo dezenas de milhares de jovens que frequentaram universidades nos EUA e Europa, em formações pós licenciatura;
- Existência de uma rede de Institutos Politécnicos e Universidades com capacidade para formar quadros adaptados a necessidades das empresas;
- Existência dum conjunto já assinalável de Centros de I&D, avaliados periodicamente por peritos estrangeiros, em Ciências e Tecnologias da Saúde, Ciências da Computação, Tecnologias da Informação e Comunicações, Engenharia Mecânica, Automação e Robótica, Biologia e Biotecnologia etc.;
- Disponibilidade de Fundos Estruturais da União Europeia para co-financiar programas de formação dedicada às necessidades específicas de empresas individuais e de grupos de empresas;
- Excelente adaptação e múltiplas oportunidades de formação de jovens em línguas estrangeiras e possibilidade de empregar recursos humanos em múltiplas línguas;
- Relação favorável qualidade/custo aos vários níveis de qualificações, hoje mais patente nas qualificações elevadas.

E simultaneamente:

- Vantagens da Integração num espaço económico como a União Europeia e ausência de riscos cambiais como resultado da participação na zona euro;
- Localização favorável à instalação de atividades orientadas para os mercados do Atlântico Norte (posição valorizada pela constituição da futura Zona de Livre Troca Transatlântica), Atlântico Sul e Mediterrâneo/Médio Oriente;
- Localização geográfica que permite, devido à diferença de fusos horários, que Portugal seja um destino de *nearshore*<sup>17]</sup> na Europa, podendo ao mesmo tempo trabalhar no ciberespaço em articulação com países geograficamente muito distantes;
- Qualidade das telecomunicações e serviços afins; presença de operadores internacionalizados;
- A oferta diversificada de habitação, com custos em redução quer nas duas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, quer em cidades médias;

<sup>1</sup> "Nearshore" – presença de uma empresa multinacional, com sede noutra espaço geográfico, junto de uma zona para onde pretende exportar os seus produtos.

- A qualidade de vida, e o investimento realizado em infraestruturas de saúde, educação, ambiente e acessibilidades e variedade e a qualidade dos serviços pessoais e das atividades culturais;
- O capital social e os valores imateriais, a tolerância, a capacidade de integração.

E mais recentemente:

- A estes fatores estruturais vieram acrescentar-se r reformas introduzidas na legislação do trabalho e na gestão do mercado de trabalho que permitem às empresas maior flexibilidade na gestão dos recursos humanos que empregam.

Este conjunto de fatores serão decisivos para atrair empresas multinacionais para Portugal e, ao mesmo tempo, gerar empresas inovadoras no País permitindo em conjunto gerar o *Volume* e *Variedade* que as “vagas exportadoras” necessitam para serem transformadoras da economia.

Partindo da exploração destes Fatores de Atratividade, a Globalização pode abrir a Portugal um conjunto de Oportunidades de encontrar “Vagas Exportadoras” que se articulem com o dinamismo do mercado interno e, desse modo, permitam consolidar o Crescimento. Podem antecipar-se oportunidades futuras a quatro níveis:

- Portugal como Plataforma de Serviços às Empresas Globais (Funções de *back office*, *outsourcing* de TI, Centros de Competência, Centros I&D, Local de Demonstração de Novas Soluções etc.); gerando internamente, nessas áreas, novas empresas de serviços viradas para o exterior;
- Portugal como Pólo Europeu de Serviços de Acolhimento, Saúde e de Entretenimento (destacando-se os serviços clínicos, os serviços de reabilitação, o desenvolvimento de *software* para gestão hospitalar e de serviços de saúde, a produção de fármacos e outros produtos para utilização hospitalar) e a multiplicação de empresas especializadas em entretenimento digital e multimédia;
- Portugal como Pólo de Desenvolvimento e Teste de Novos Conceitos Urbanos, por integração das áreas da Edificação, Mobilidade, Comunicações e Energia (mobilizando empresas multinacionais interessadas em ter ofertas integradas para cidades e em testá-las em Portugal, ou em oferecer soluções inovadoras de mobilidade automóvel ou de energia descentralizada; ateliers portugueses

- de arquitetura com experiência internacional em projetos de urbanização; empresas de engenharia & construção com oferta diversificada em construção urbana; empresas de engenharia elétrica e eletrónica etc.);
- Portugal como Plataforma de Integração e Manutenção Industrial em Produtos Complexos – Automóvel, Aeronáutica, Reparação Naval e Construção Oceânica e do *Offshore*. – incluindo os serviços logísticos necessários à atividade industrial e a eventual localização de respetivos centros de engenharia em Portugal, e também como Plataforma europeia de abastecimento e armazenamento energético e de movimentação de carga contentorizada.

### III. Como poderia, no futuro, a Alemanha contribuir para que Portugal se reposicionasse na globalização?

#### 3.1. Atracção de Investimento

Poderíamos encara no futuro um conjunto de investimentos alemães que contribuíssem para a consolidação destas quatro plataformas:

- Investimento de empresas alemãs em Portugal em **Serviços às Empresas prestados à distância** e na criação de **centros de competência e de I&D de grupos multinacionais alemães**
  - Investimento de empresas alemãs em Portugal **em atividades ligadas à Saúde** – instalação de clínicas, consumíveis hospitalares, equipamento hospitalar, componentes e sistemas biomédicos, telemedicina, fármacos para uso hospitalar etc.;
  - Desenvolvimento de atividades de **engenharia automóvel** e utilização de Portugal para experimentação de soluções de **mobilidade elétrica** e de fabrico de veículos elétricos (veículos de duas rodas ou *city cars*);
  - Fabrico em Portugal de soluções de produção descentralizada de eletricidade e de hidrogénio com base em energias renováveis e escolha de Portugal como local de experimentação da difusão de células de combustível em aplicações estacionárias de produção descentralizada de eletricidade com base em gás natural;
- \* Ver a este respeito o documento elaborado para a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) intitulado “Os Serviços e a sua Inserção numa Especialização Inteligente que Reposicione Portugal na Globalização” 2013.



- Escolha de uma ou duas cidades portuguesas para que empresas alemãs implantem soluções inovadoras e integradas de energia, mobilidade sustentável e de novas soluções de edificação sustentável;
- Apoio à instalação em Portugal (ex LISNAVE) de serviços de reparação e manutenção aos equipamentos de exploração do petróleo e gás natural no *offshore* da África Ocidental (plataformas petrolíferas e navios FPSO – *Floating Production, Storage and Offloading*).

E porque não?

- Escolha de Portugal para implantação de unidades fabris, de **empresas alemãs em parceria com empresas da Índia**, e destinadas aos mercados da bacia do Atlântico Sul.

## 2.2. Atração de Rendimento

Nesta Componente chave de uma estratégia de retoma do crescimento após um programa tão exigente de consolidação orçamental e desalavancagem do setor bancário seria muito vantajosa a negociação, a nível bilateral, com Estados da UE como a **Alemanha**, a Suécia, a Áustria, a Holanda, o Luxemburgo e a Finlândia, de

- Acordos para permitir que nacionais desses Estados que residam e trabalhem em Portugal durante mais de seis meses no ano tenham a tributação do seu rendimento de acordo com a legislação portuguesa (após revisão desta que a torne mais atrativa)
- Acordos que contemplem a concessão de facilidades fiscais ao crédito obtido junto dos bancos da Alemanha por cidadãos alemães para investimento residencial no território português.

## ANEXO

**Tabela I** – as 25 empresas maiores exportadoras para a Alemanha

	EMPRESA	SETOR	ORIGEM CAPITAL	LOCALIZAÇÃO (NUTS III)
1º	VOLKSWAGEN AUTOEUROPA	Fabricação de Automóveis	Alemanha	PENÍNSULA DE SETÚBAL
2º	CONTINENTAL MABOR	Fabrico de Pneus	Alemanha	AVE
3º	BOSCH CAR MULTI- MEDIA	Fabrico de Eletrónica Au- tomóvel	Alemanha	CÁVADO
4º	PORTUCEL/SOPO- RCEL	Fabrico de papel	PORTUGAL	BAIXO MONDEGO & PENINSULA DE SETUBAL
5º	ENERCON	Fabrico de compo- nentes p/Aerog- eradores	Alemanha	MINHO LIMA
6º	DELPHI AUTOMO- TIVE	Fabrico Compo- nentes p/Au- tomóvel	EUA	
7º	GROHE PORTUGAL	Fabrico Torneiras e Outros Artigos Sanitários	Alemanha	BAIXO VOUGA
8º	VISTEON ELETRÓNICA	Fabrico de Eletrónica Au- tomóvel	EUA	PENÍNSULA DE SETÚBAL
9º	GABOR PORTUGAL	Fabrico de Calçado	Alemanha	CÁVADO
10º	PREH	Fabrico Compo- nentes p/Au- tomóvel	Alemanha	AVE
11º	LABESFAL/FRESE- NIUS	Fabrico de produ- tos Farmacêuticos	Alemanha	DÃO LAFÕES
12º	NANIUN (EX QUI- MONDA)	Fabrico de Compo- nentes Micro eletrónicos	Portugal (ex- Ale- manha)	GRANDE PORTO

13º	REPSOL POLÍMEROS	Fabrico de Matérias Primas plásticas	Espanha	ALENTEJO LITORAL
14º	REBLADES	Fabrico de componentes p/Aerogeradores	Portugal	BAIXO VOUGA
15º	COINDU	Fabrico Componentes p/Automóvel (Têxteis)	Portugal	AVE
16º	CONTEINENTAL TEEVES	Fabrico Componentes p/Automóvel	Alemanha	PENÍNSULA DE SETÚBAL
17º	EURO PAC &KRAFT	Fabrico de Papel e Cartão	Espanha	MINHO LIMA
18º	SHEFFLER PORTUGAL	Fabrico de Produtos Metálicos (rolamentos)	Alemanha	OESTE
19º	TYCO ELECTRONICS	Fabrico de componentes eletrónicos	EUA	ALENTEJO CENTRAL
20º	SOMINCOR	Produção de concentrados de Cobre	SUÉCIA/CANADÁ	BAIXO ALENTEJO
21º	LEICA –APARELHOS DE PRECISÃO	Fabrico de Artigos Óticos	Alemanha	AVE
22º	HUF PORTUGUESA	Fabrico de Componentes p/Automóvel	Alemanha	DÃO LAFÕES
23º	GROZ BECKERT	Fabrico de componentes p/Máquinas Têxteis (agulhas)	Alemanha	GRANDE PORTO
24º	EUGSTER &FRISM	Fabrico de eletrodos-mésticos	Alemanha	OESTE
25º	DALPHI METAL	Fabrico de Componentes p/Automóvel	EUA	MINHO LIMA



# ASPECTOS LOCATIVOS DO INVESTIMENTO ALEMÃO EM PORTUGAL

José Lúcio

e-GEO FCSH/UNL

Bruno Pereira Marques

e-GEO FCSH/UNL

## 1. Introdução

A presente comunicação tem com principal objectivo analisar o investimento alemão em Portugal nos seus aspectos locativos, procurando compreender a relação entre os territórios e os diferentes ramos de actividade económica.

Desta forma, a pergunta de investigação vai no sentido de tentar discernir qual será o padrão territorial para os investimentos alemães em Portugal.

Como ponto fulcral de análise vamos centrar-nos nos inquéritos realizados às *Empresas alemãs em Portugal* pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã (CCILA - *Deutsch-Portugiesische Industrie- und Handelskammer*) em 2008 e 2010 (CCILA, 2008; 2010).

De facto, a presença das empresas alemãs em Portugal está longe de ser um fenómeno temporalmente recente e economicamente irrelevante. A título de exemplo, basta referir a instalação da primeira sucursal portuguesa da *Siemens* em 1905 (com o primeiro negócio em Portugal a ter-se realizado em 1876 com a compra de um forno para a industria vidreira da Marinha Grande), da *Bayer* em 1909, da *Bosch* em 1911 ou, mais recentemente, da *Volkswagen* em 1950, esta última extremamente importante em termos de produto, emprego e exportações, graças ao empreendimento da *AutoEuropa*.

## 2. Teorias sobre Localização em Geografia Económica

No âmbito do presente trabalho, não deixa de ser curioso que alguns dos mais destacados autores da Geografia Económica “clássica” sejam precisamente autores alemães, tais como Joahann Heinrich Von Thünen (1783–1850), Alfred Weber (1868–1958, irmão do conhecido sociólogo Max Weber), Walter Christaller (1893–1969) ou August Lösch (1906–1945).

Não obstante, de acordo com António Simões Lopes (2002: 39), foi o trabalho de Richard Cantillon (*Essai sur la nature du commerce em général* de 1755) o estudo pioneiro que relacionou Espaço e Economia, o qual atribuía às economias de tempo e de transporte uma clara definição na organização espacial da sociedade, bem como na interdependência económica, e portanto anterior ainda ao trabalho de François Quesnay (*Tableau économique des physiocrates* de 1758).

Encontra-se também subjacente ao modelo de Cantillon a importância das economias de aglomeração e até das economias de escala e, algumas décadas antes da obra “clássica” de Walter Christaller (*Die zentralen orte in süddeutschland* de 1933), já aparece no trabalho de Cantillon a ideia de uma organização espacial assente em aglomerados populacionais hierarquizados através das suas funções e com as respectivas áreas de influência.

Outro trabalho pioneiro mencionado por António Simões Lopes (2002: 40), é o de Sir James Stuart (*An inquiry into the principles of political economy* de 1767) que explica a distribuição espacial da população pela via do emprego, com base na disponibilidade de recursos e a sua localização, o que dá abertura ao surgimento de cidades de diferentes dimensões. Quando a procura externa adiciona à procura interna, outros factores podem influenciar na localização dos aglomerados populacionais, como os factores naturais ou de natureza geográfica. A obra de Sir James Stuart permite ainda discutir o tamanho dos aglomerados e as vantagens e desvantagens dos centros de grande dimensão, o que pode considerar-se como uma introdução às economias (e deseconomias) de aglomeração.

Deste modo, o conceito de externalidade está directamente vinculado à noção de espaço geográfico, podendo assumir a forma de externalidades positivas ou externalidades negativas. Quando a externalidade é positiva surge como uma fonte de economia externa, também chamada de efeito de vizinhança (*neighbourhood*). Quando a externalidade é negativa, torna-se uma fonte de deseconomia externa, normalmente relacionada com aspectos ambientais ou com acessibilidades.

Do mesmo modo que as economias de escala, de natureza interna às empresas, as economias externas possibilitam ganhos de produtividade, associados a uma determinada localização, ou seja, menores custos de produção; há ainda a

vantagem de que a empresa não assume a totalidade dos custos (pode assumir uma parcela) em que o sistema económico incorre para gerar tais economias externas, as externalidades positivas.

Segundo Mário Polèse (1998: 86), as economias de aglomeração podem assumir duas formas principais: economias de localização ou de justaposição e economias de urbanização.

Em qualquer indústria, a natureza das economias de localização dependerá, antes de mais, do nível de desenvolvimento tecnológico, mas também dos factores que possam alterar as vantagens competitivas de diversas localizações.

A diferença entre economias de localização e de urbanização, reside no facto de que as primeiras referem-se aos efeitos sobre uma indústria, enquanto as segundas dizem respeito aos ganhos de produtividade decorrentes da aglomeração de indústrias em áreas urbanas. As economias de urbanização correspondem então às externalidades positivas que as indústrias originam, pelo simples facto de se localizarem em uma determinada cidade. Elas são internas à região urbana, mas externas às empresas ou indústrias que delas beneficiam.

Os ganhos de produtividade decorrentes da produção de bens públicos constituem um elemento fundamental das economias de urbanização.

Alfred Marshall, nome cimeiro da Economia Neoclássica, foi dos primeiros investigadores a descrever e analisar o funcionamento das aglomerações económicas através das suas obras *Principles of Economics* e *Industry and Trade* de 1890 e 1919, respectivamente. Com base nos centros industriais têxteis de Manchester e Sheffield do século XIX, os quais qualificou de Distritos Industriais, avançou com a formulação dos conceitos de economias externas, economias de aglomeração e atmosfera industrial.

Marshall argumentou que a concentração industrial e a especialização sectorial induzem à concentração de mão-de-obra qualificada, promovendo a circulação de informação e de *know-how* entre as empresas, produzindo assim vantagens para as mesmas. Nos Distritos Industriais as empresas são parte integrante do território. Esta perspectiva marshalliana expressa a ideia de *embeddedness* para explicar o seu funcionamento: um enraizamento na matriz sócio-cultural local que constitui a base de princípio e sustentação de economias de aglomeração propiciadoras de vantagens empresariais.

Outro autor pioneiro foi Joahann Heinrich Von Thünen (*Der isolierte staat in beziehung auf landwirtschaft und nationalokonomie* de 1826), que desenvolveu uma série de estudos teóricos sobre a formação e a estruturação do espaço agrícola.

Albert Weber (*Über den standort des industrien* de 1909), por sua vez, destacou-se na análise da localização das indústrias e defendeu existirem três factores

determinantes na localização industrial: o custo de transporte, os custos do trabalho e as vantagens associadas à aglomeração (economias de aglomeração).

O já mencionado Walter Christaller veiculou a ideia de que as actividades económicas e as populações se distribuem no espaço de forma ordenada, dando origem a hierarquias, redes ou sistemas urbanos. Deste modo, uma empresa procura, normalmente, localizar-se no centro geográfico do seu mercado, dado o princípio da centralidade geográfica. Pelo que, empresas que concorram para fornecer a mesma população, ainda que com produtos diferentes, têm interesse em se agrupar, formando um lugar central. Consequentemente, quanto maior for a população a ser abastecida e de mais longe vierem os clientes, maior importância terá o lugar central.

Christaller refere igualmente que quando a produção de produtos e serviços é feita em lugares centrais, a importância relativa destes será proporcional ao valor e à importância dos produtos e serviços aí produzidos ou fornecidos (cf. Alves, 2002: 127-128).

Outro autor “clássico” no estudo da localização das actividades económicas foi August Lösch (“*The economics of location*” de 1967, edição original em alemão de 1939). A sua teoria dedica especial atenção à definição das áreas de mercado, em que o determinante da escolha da localização é a maximização do lucro dos produtores – pelo que neste ponto diverge de Christaller, que considera a minimização dos custos de transporte dos consumidores como determinante –, Lösch considera que existem economias de aglomeração que tendem a agrupar as empresas que produzem bens para diferentes mercados, o mesmo sucedendo com os custos de transporte, por efeito da redução das distâncias a percorrer. Se Lösch privilegiou a análise dos sistemas de produção industrial; Christaller centrou a sua análise nos sistemas de distribuição; não obstante, relativamente ao problema colocado, o ponto de vista de ambos é coincidente (cf. Alves, 2002: 127).

Por sua vez, Walter Isard (*Location and space-economy* de 1956) teve o mérito de conseguir juntar os contributos da escola alemã com a análise microeconómica da minimização de custos ou da maximização do lucro. Também o seu “discípulo” William Alonso (na sua tese de doutoramento *Location and Land Use: toward a general theory of land rent*, realizada em 1960 e publicada em 1964), destacou-se pela criação de um modelo em que procurava aferir as variações intra-urbanas na ocupação do solo, nomeadamente através da análise da acessibilidade ao centro da cidade para vários tipos de ocupação urbana (habitação, comercial ou industrial).



Em resumo, a ideia central transversal a todos estes autores é que a localização das actividades económicas está longe de ser casuística, de facto está intimamente ligada às características específicas de cada território.

### **3. Caso de Estudo: Aspectos Locativos do Investimento Alemão em Portugal**

O presente capítulo procura centra-se na análise dos aspectos locativos das empresas alemãs em Portugal e constitui, conforme mencionado na introdução, o caso de estudo.

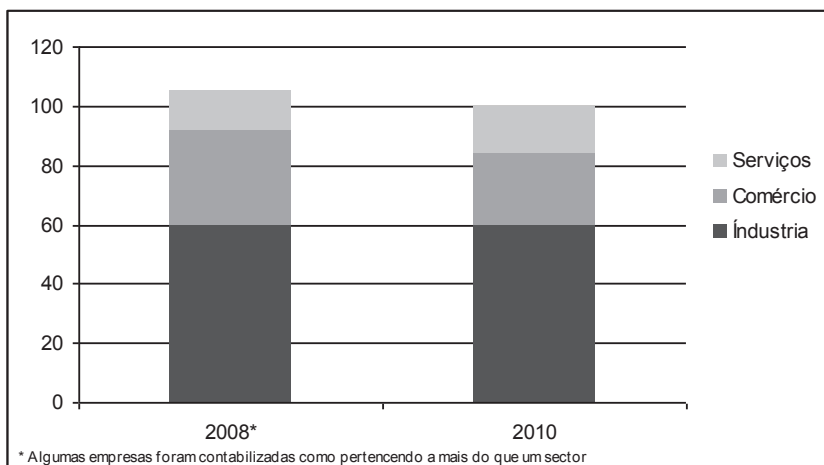
Como fonte de informação do mesmo recorreu-se à CCILA, nomeadamente aos seus inquéritos às *Empresas alemãs em Portugal* realizados em 2008 e 2010 (CCILA, 2008; 2010).

Como ponto inicial do trabalho procedemos então a uma breve caracterização das empresas alemãs em Portugal. Relembrando que este artigo tem como principal objectivo entender as lógicas locativas dessas empresas em Portugal, a caracterização não será exaustiva e centrar-se-á nos seguintes pontos:

- Empresas por sector de actividade (Industria, Comércio ou Serviços);
- Empresas por sector de actividade industrial (sendo o sector industrial no seu todo o mais representativo das empresas alemãs em Portugal);
- Estrutura por quotas de Exportação;
- Participação de Capital Alemão no Capital Social das Empresas;

Como podemos constatar pela análise da Figura 1, cerca de 60% das empresas alemãs em Portugal são empresas industriais. De facto, a percentagem tradicionalmente elevada de empresas industriais alemãs em Portugal relaciona-se com a implantação no país, sobretudo nos anos 80 e 90 do século passado, de empresas que produziam essencialmente para a exportação.

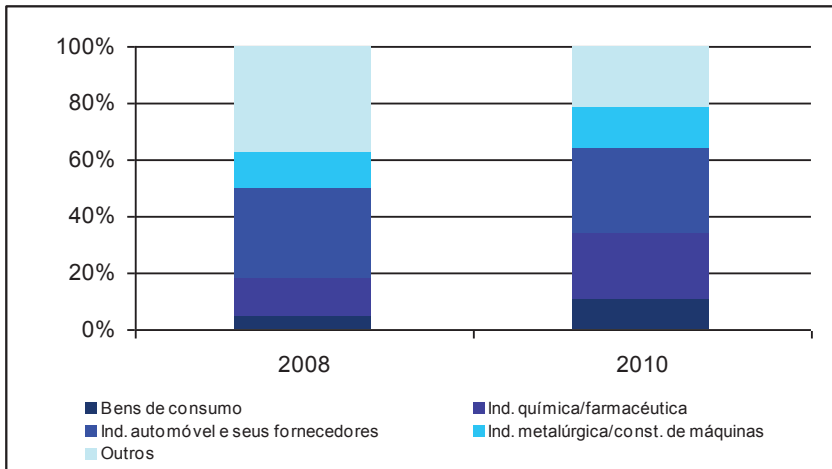
Figura 1 – Empresas Alemãs em Portugal por Sector de Actividade em 2008 e 2010



Fonte: CCILA (2008; 2010)

Analisando então mais em pormenor o sector de actividade mais relevante, a Indústria, podemos constatar que na posição cimeira encontra-se a indústria automóvel e de componentes – nunca será de mais relembrar a importância neste aspecto do empreendimento da AutoEuropa em Palmela e do Parque Industrial associado. As indústrias metalúrgicas e de construção de máquinas e as indústrias químicas e farmacêuticas ocupam as posições intermédias; sendo que as indústrias de bens de consumo têm um papel menos relevante, não obstante terem aumentado o seu peso relativo entre 2008 e 2010 (de 5% para 11%).

Figura 2 – Empresas Alemãs em Portugal por Sector de Actividade Industrial em 2008 e 2010



Fonte: CCILA (2008; 2010)

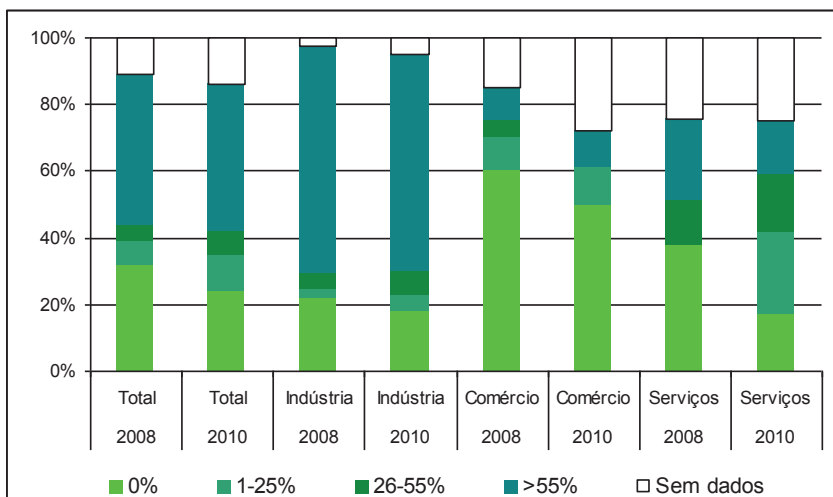
Tal como referimos anteriormente, a esmagadora maioria das empresas alemãs em Portugal orienta o cerne da sua actividade produtiva para a Exportação. De facto, cerca de metade das empresas alemãs em Portugal exporta 25% ou mais da sua produção e mais de 40% exportam mesmo 55% ou mais da sua actividade produtiva. De salientar que no caso do sector industrial esses valores são ainda mais expressivos, mas mesmo nos sectores do comércio e dos serviços também existem bastantes empresas exportadoras. (Figura 3)

Devemos assinalar que esta orientação para a exportação seguida por muitas empresas alemãs, se por um lado implica que as (actuais) convulsões do mercado interno português tem apenas um reduzido impacto sobre a estratégia de produção e de vendas destas empresas, por outro lado implica que a possível saída de uma qualquer dessas empresas de Portugal teria sempre impactos reduzidos nas vendas da mesma.

De facto, o comércio com o mercado alemão ou com outros mercados internacionais é normalmente muito mais relevante para o desenvolvimento e as avaliações dessas empresas.

A destacar ainda a importância das empresas alemãs na balança de exportações de Portugal, com destaque, uma vez mais, para a AutoEuropa.

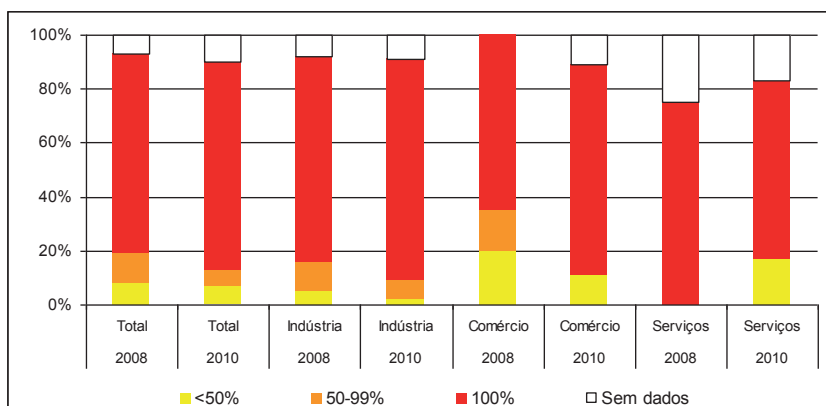
Figura 3 – Estrutura por Quotas de Exportação das Empresas Alemãs em Portugal em 2008 e 2010



Fonte: CCILA (2008; 2010)

No que diz respeito à participação de capital alemão no capital social das empresas alemãs em Portugal, a esmagadora maioria é de propriedade totalmente alemã. De referir que no caso do sector industrial essa percentagem é ainda mais elevada. (Figura 4)

Figura 4 – Participação de Capital Alemão no Capital Social das Empresas Alemãs em Portugal em 2008 e 2010



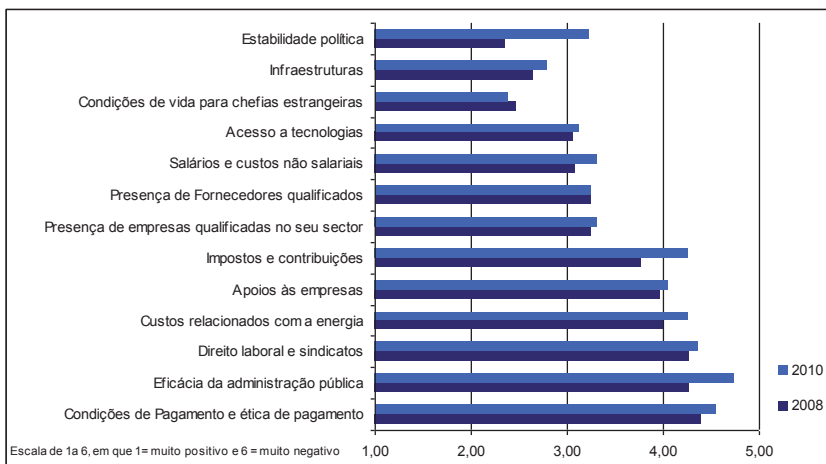
Fonte: CCILA (2008; 2010)

Após esta breve caracterização das empresas alemãs em Portugal passamos agora à análise dos factores que as levaram a localizar-se no nosso país. Destacaremos, mais adiante, o grau de satisfação associado à sua presença em Portugal e procederemos ao estudo da distribuição geográfica delas pelo país.

De entre os factores de localização em Portugal mais negativos apontados pelas empresas alemãs destacam-se: as “condições de pagamento e ética de pagamento”; a “eficácia da administração pública”, o “direito laboral e sindicatos” e os “impostos e contribuições”. Considerando os factores mais positivos sobressai: a “estabilidade política”, as “infraestruturas” e as “condições de vida para chefias estrangeiras”. (Figura 5)

Não obstante convém salientar que o factor “estabilidade política” conheceu um significativo agravamento entre 2008 e 2010. Esta situação é tanto ou mais grave quando o presente “resgate financeiro” e toda a instabilidade político-partidária associada ocorreu apenas no ano de 2011...

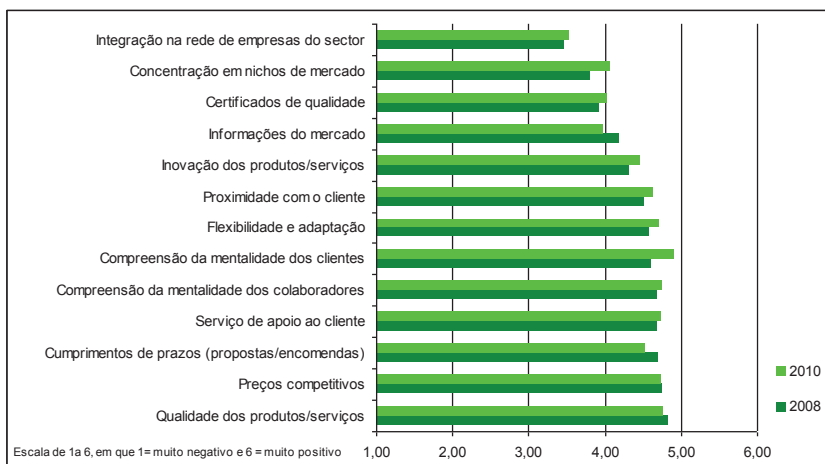
Figura 5 – Avaliação dos Factores de Localização das Empresas Alemãs em Portugal em 2008 e 2010



Fonte: CCILA (2008; 2010)

Passando agora à análise dos factores de sucesso (Figura 6) das empresas alemãs em Portugal, como aspectos mais positivos destacam-se: a “qualidade dos produtos/serviços”; os “preços competitivos”; a “compreensão da mentalidade” tanto dos clientes, como dos colaboradores e os “serviços de apoio ao cliente”. De entre os aspectos mais negativos evidenciam-se: a “integração na rede de empresas do sector”; a “concentração em nichos de mercado”; as “informações do mercado” e os “certificados de qualidade”.

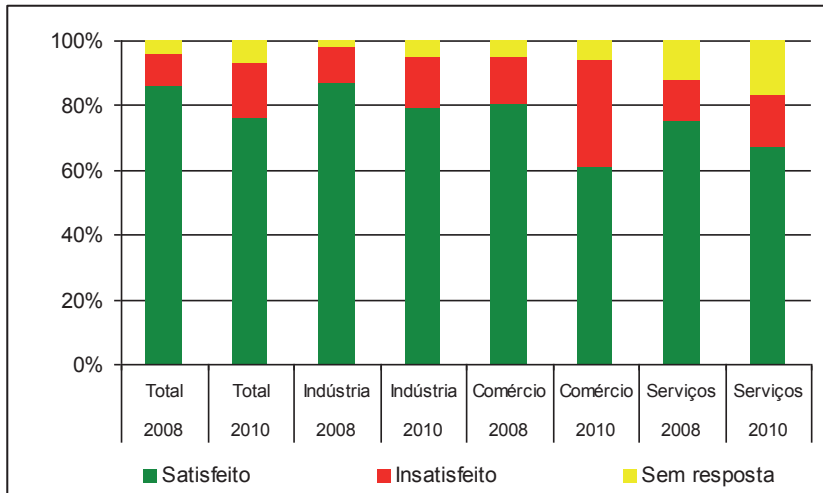
Figura 6 – Avaliação dos Factores de Sucesso das Empresas Alemãs em Portugal em 2008 e 2010



Fonte: CCILA (2008; 2010)

Quanto ao grau de satisfação das empresas alemãs (Figura 7) com a sua presença em Portugal, a esmagadora maioria (mais de 75%) encontra-se satisfeita com a sua localização no nosso país. Contudo, torna-se importante trazer à colação o facto desse grau de satisfação ter diminuído entre 2008 e 2010. Essa situação não pode deixar de ser relacionada com o agravamento generalizado da avaliação dos factores de localização em Portugal no mesmo período (conferir Figura 5).

Figura 7 – Grau de Satisfação das Empresas Alemãs em Portugal em 2008 e 2010



Fonte: CCILA (2008; 2010)

Nas figuras 8 e 9 podemos verificar a distribuição geográfica das empresas alemãs em Portugal por Distrito e Região Autónoma.

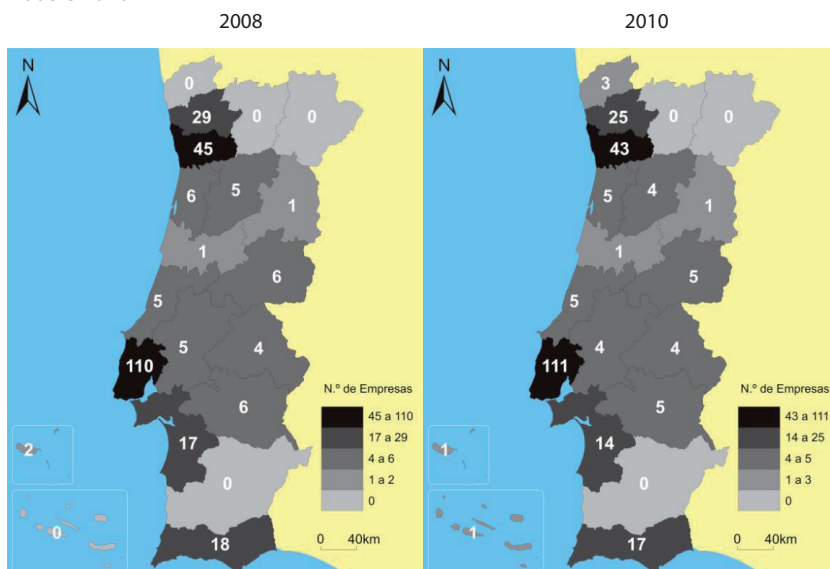
Desde logo sobressai que o padrão espacial de localização destas empresas segue desde muito perto a hierarquia da rede urbana e o peso económico de cada distrito/região. Assim, não causa espanto que seja no Distrito de Lisboa (mais de 40%) que se situem a esmagadora maioria dessas empresas, seguido do Distrito do Porto (cerca de 17%) e de distritos que mantêm lógicas de continuidade urbano-funcional com os primeiros, os Distritos de Setúbal e de Braga. Um destaque ainda para o Distrito de Faro com um número bastante apreciável de empresas alemãs.

De facto, no caso dos Distritos de Lisboa/Setúbal e de Porto/Braga podemos encontrar os principais centros de produção e de consumo nacionais, associados a presença de mão-de-obra abundante e com os maiores níveis médios de qualificação em Portugal, bem como importantes “nós de exportação” tais como os portos de Lisboa, Sines e Leixões ou os aeroportos da Portela (Lisboa) e Sá Carneiro (Porto). No caso do Distrito de Faro, o crescimento económico registado nas últimas décadas associado à actividade turística, bem como a presença de uma importante comunidade germânica, confluem para a presença significativa de empresas alemãs.

Pelo que são alguns dos Distritos do interior do país e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que apresentam o menor número de empresas alemãs.

De salientar ainda o Distrito de Coimbra que, malgrado se situar no litoral, a meio caminho entre Lisboa e o Porto e com a presença de uma universidade prestigiada, apenas regista a presença de uma empresa alemã.

Figuras 8 e 9 – Empresas Alemãs em Portugal, por Distrito e Região Autónoma, em 2008 e 2010



Fonte: CCILA (2008; 2010)

Da análise da evolução do número de empresas alemãs em Portugal (Figura 10), sobressai o facto de a esmagadora maioria dos distritos/regiões ter perdido empresas. De facto, apenas o Distrito de Lisboa, a Região Autónoma dos Açores e o Distrito de Viana de Castelo conheceram acréscimo no número de empresas alemãs aí localizadas. O Distrito de Viana do Castelo destacou-se por conhecer o maior acréscimo, passando de zero empresas alemãs em 2008 para três em 2010.

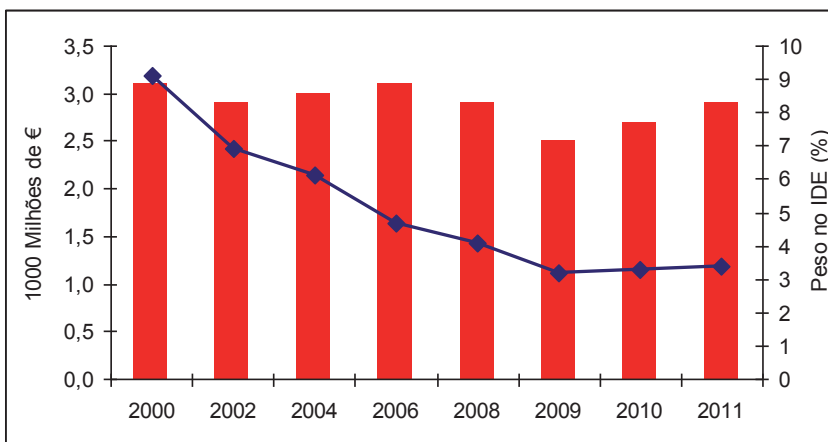
Os maiores decréscimos, em termos absolutos, ocorreram nos Distritos de Braga (menos quatro empresas), Setúbal (redução de três empresas) e Porto (saída de duas empresas).

Os restantes distritos/regiões foram mais estáveis não registando alterações no número de empresas ou ocorrendo apenas a diminuição de uma.





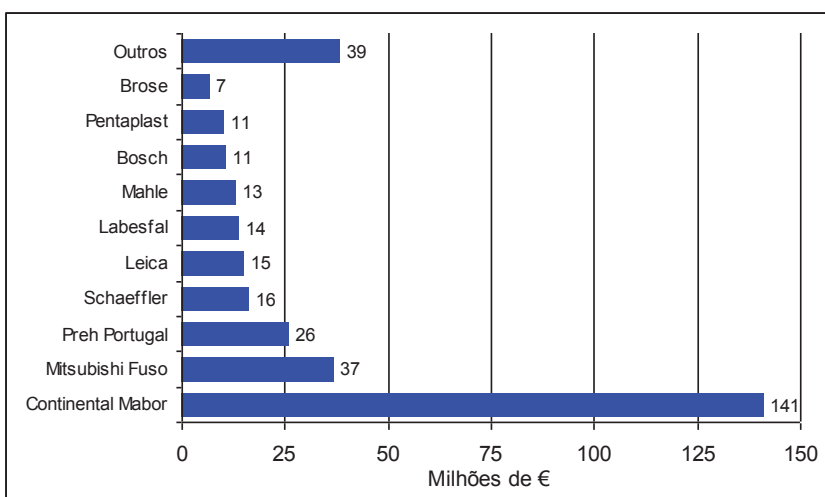
Figura 11 – Evolução do IDE alemão em Portugal e do seu peso no total de IDE recebido entre 2000 e 2011



Fonte: Banco de Portugal e Roland Berger (CCILA e Roland Berger, 2013).

Na mesma linha de raciocínio, os investimentos alemães em Portugal acompanhados pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) nos últimos três anos representaram ainda cerca de 330 milhões de Euros (Figura 12).

Figura 12 – Investimentos alemães acompanhados pela AICEP entre 2011 e 2013

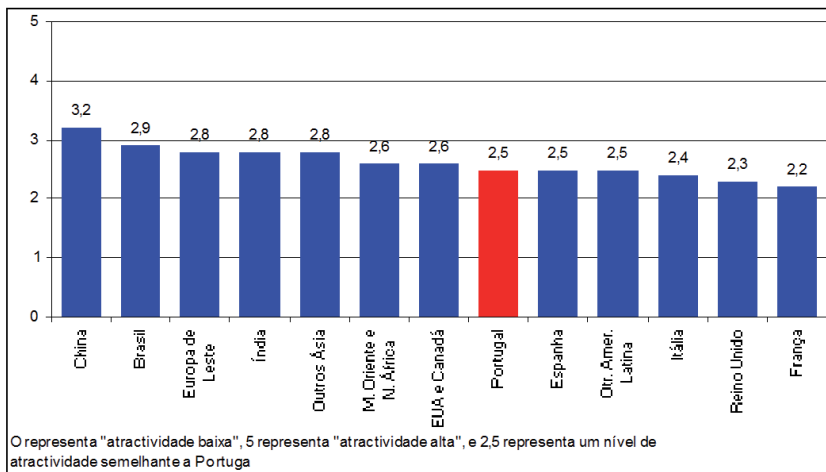


Fonte: AICEP e Roland Berger (CCILA e Roland Berger, 2013).

Por fim gostaríamos de concluir com algumas palavras de optimismo alicerçadas na análise que algumas empresas alemãs inquiridas pela CCILA fazem acerca do posicionamento de Portugal ao nível do grau de atractividade dos diferentes países.

Deste modo, se Portugal está longe de poder competir com os, designados, países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), bem como sofre com a forte concorrência dos países da Europa de Leste e Oriental, por outro lado não deixa de ser visto como tão ou mais atractivo do que outros países do sul da Europa (nomeadamente a Espanha e a Itália), encontrando-se ainda em melhores condições, segundo as empresas inquiridas, do que “potentados económicos” tais como o Reino Unido e a França (Figura 13).

Figura 13 – Grau de Atractividade dos Países segundo as Empresas Alemãs em Portugal



Fonte: CCILA e Roland Berger (CCILA e Roland Berger, 2013).

Em jeito de remate final, não podemos deixar de (re)afirmar a importância que as empresas alemãs têm em Portugal, tanto a nível de produto, de emprego, de exportações ou mesmo a nível de projecção externa.

De salientar ainda, que malgrado as presentes dificuldades da economia portuguesa, a esmagadora maioria das empresas alemãs mantém ainda uma visão positiva do nosso país e um bom grau de satisfação com a sua presença em Portugal.

Em termos de padrão de distribuição espacial, são naturalmente os territórios mais dinâmicos do país, correspondente às áreas metropolitanas de Lisboa

e Porto e às regiões directamente mais polarizadas por estas (Setúbal e Braga), que registam a presença do maior número de empresas alemãs.

## 5. Bibliografia

- Alves, Manuel Brandão (2002) "A formação dos sistemas urbanos", in Costa, J. Silva (coord.) *Compêndio de Economia Regional*, ADPR, Coimbra, pp. 123-157.
- CCILA (2008) *O inquérito: Empresas alemãs em Portugal – clima empresarial, factores de sucesso e recursos humanos*, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, Lisboa.
- CCILA (2010) *O inquérito: Empresas alemãs em Portugal – clima empresarial e factores de sucesso*, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, Lisboa.
- CCILA e Roland Berger (2013) *PORTUGALPLUS – Investimento e Exportação: excelência na execução como alavanca de crescimento no mercado alemão*, apresentação das primeiras conclusões do estudo ao Fórum para a Competitividade, Maio, Lisboa.
- Lopes, António Simões (2002) "O espaço económico", in Costa, J. Silva (coord.) *Compêndio de Economia Regional*, ADPR, Coimbra, pp. 35-59.
- Lúcio, José (2007) "Mudanças de final de século no padrão de distribuição das actividades económicas no Estado de São Paulo: o caso do "ABCD Paulista", in *Revista Geographia Ano IX - nº 17*, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, pp. 47-62.
- Marques, Bruno M. Pereira (2008) *Iniciativas Locais de Desenvolvimento: o caso dos Municípios de São Paulo e do ABCD*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Polèse, Mario (1998) *Economia Urbana e Regional*, APDR, Coimbra.

# ALEMANHA POR PORTUGAL

## ASPECTOS: NEXOS E CONEXOS – ( XVIII, XIX ) XX, XXI

Fernando Ribeiro

CHC-FCSH/UNL

### **Aspectos:** **Nexos** **A – XVIII-XIX**

*0. Eça de Queiroz: «conhecer a personalidade interna pelas exterioridades do corpo»<sup>[1]</sup>*

Eça de Queiroz, o escritor de verve pujante, não subestimava o valor da (sua) arte como catalisador das reformas de que corpo nacional, tanto em crise económico-financeira quanto política, carecia. Os seus contributos patentes em «As Farpas», «estudos de moral contemporânea» sob a forma de «notas apressadas» registram «apontamentos de costumes» como os relativos à mulher portuguesa, urbana, burguesa, lisboeta, objecto de educação refinada à inglesa podada para, em redoma, ficar privada do «pó da vida»<sup>[2]</sup>.

Eça de Queiroz critica, porque «só se critica aquilo que se respeita» (2004:412). Na verdade, no respeito pela mulher do seu país, está tão somente inserto o respeito pela sua nação cuja geração de 1893 pretende seja não só formada pelas suas mães – as meninas de 1872 – como pelos «livros, as ideias, as ciências, o espírito positivo, as revoluções» (2004:413). Bastaria atender à luz de modelos europeus; fosse a mulher portuguesa como a mulher inglesa que tanto reza como passeia (2004:414) «firme serena e prática (...) [com] a personalidade bem firmada, a coragem, os instintos positivos. », (2004:417) a fim de o seu espírito comungar

<sup>1</sup> Eça de Queiroz, *As Farpas*, Cascais, 2004, p. 415.

<sup>2</sup> Eça de Queiroz, *As Farpas*, Cascais, 2004, pp. 3, 427; 429. Principia em Março de 1872, data de publicação do 11º caderninho de capa alaranjada (M. F. Mónica, Introdução in E. Q., *op. cit.*, p. 1) de *As Farpas*, com o subtítulo «Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes», Eça de Queiroz com pouco mais de um quarto de século (27) de idade, tendo já participado nas Conferências do Casino em Maio de 1871 e à beira de ser nomeado cônsul em Cuba e poder viajar para os EUA, peremptório, assevera ensinar o realismo «a conhecer a personalidade interna pelas exterioridades do corpo» (id., *ibid.* p. 415).

«da invenção, da espontaneidade, da altiva liberdade» (2004:417); não ficasse atrás da mulher francesa, alemã, inglesa, com quem o próprio escritor se havia já deparado «nos mais ásperos países, nas ruínas e nos desertos, nas montanhas da Judeia, nos desfiladeiros do Mar Morto! (...) – de consciência altiva e de razão serena. (2004: 418-9); tomasse a mentira, atávica em Portugal, tal qual qualquer mãe inglesa, francesa ou alemã a tomava: como uma ofensa.<sup>[3]</sup>

Subjacente estará juízo de desagrado relativo ao seu Portugal por ver quanto na capital: «Lisboa a vida é lenta» cheia de «um frio senso prático» e de «preocupação exclusiva do útil» sem «ambições explosivas» nem «convulsões dos cérebros industriais». Para Eça de Queiroz não haveria dor maior que viver em capital tão «silenciosa de» dia quanto de noite, sem constatar pensamento, crítica, sofrimento ou luz abalando-lhe a imperturbabilidade da prudência, da «economia do medo» e sem lhe toldando de vez «o aspecto calmo e sinistro dos rostos idiotas» espelhado nas suas casas. Preferia fosse emulado exemplo das europeias Paris, Londres, New York, Berlim [que] suavam e trabalhavam, «em espírito»<sup>[4]</sup>.

1. Link: [língua de Portugal] «acresce ainda (...) é falada em muitas regiões de África, na Índia, na China, etc., ou seja, é como o francês na Europa.»<sup>[5]</sup>

Em *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal*, Kiel: in der neuen Academischen Buchhandlung, 3 Bände. (1801-04), Heinrich

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, pp. 412-3,, 417, 418-9, 421. A sua preocupação decorre naturalmente do valor que atribui à educação da mulher porque futura mãe e dona da casa, cuja importância deriva de penetrar profundamente com o seu temperamento, instintos e ideais no homem a ser (id., *ibid.*, p. 413). As *meninas solteiras* de Lisboa seriam de corpo flácido e frouxo inadaptado ao exercício, tão pálido quanto deprimentemente atreito à preguiça no sofá, na cadeira ou ao passinho miúdo circunscrito ao Chiado e suas fronteiras (id., *ibid.*, p. 414). Atacadas pela gula e pela *toilette* apenas «comem doce e alface» persistindo em acumular «sobre a cabeça um fardo, (...) que não deixa arejar o crânio» (id., *ibid.*, p. 415). Senhoras de curiosidade, não eram ensinadas a potenciar este instrumento de toda a acção de civilização, de ciência, indústria entre outros, permitindo até reduzirem-se à sua acção no seio da esfera familiar (id., *ibid.*, pp. 421-2) não exigindo aos colégios frequentados fosse a educação transporte da estéril literatura para «as sérias leituras da ciência» (id., *ibid.*, p. 425).

<sup>4</sup> Cf. Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras* – introdução Jaime Batalha Reis, Porto, Liv. Chardron, Lello&Irmão, 1928, pp. 105, 100, 103, 101.

<sup>5</sup> Heinrich Friedrich Link, *Notas de uma Viagem a Portugal e através de França e Espanha*, -tradução introdução e notas: F. Clara, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005, p. 296 [Heinrich Friedrich Link, *Bemerkungen auf e. Reise durch Frankreich, Spanien u. vorzügl. Portugal*, 3 Bde., Kiel: in der neuen Academischen Buchhandlungen 1801-1804].

Friedrich Link<sup>[6]</sup> também aprecia a mulher portuguesa que comunga dos «defeitos» [sic] das etnias do sul: «estatura demasiado baixa e uma tendência para uma figura forte e rude». A gentileza de Link revela-se ao apreciar-lhe a fisionomia, a «natureza viva e amável, olhos muito belos, cabelo invulgarmente comprido e forte, dentes muito brancos, um peito opulento e cheio, e pés extraordinariamente bonitos». Não esconde igualmente o apreço pela «gente do povo» cuja «verdadeira cortesia desinteressada» elogia, sem ignorar a «forma ignóbil como os estrangeiros se permitem tratar os habitantes», os quais se deixam contratar por aqueles como verdadeiros bandidos<sup>[7]</sup>.

Regista singular constatação – «a vida de um português é um pormenor insignificante», porquanto decorrente do modo como via as autoridades agirem a propósito de pequenos desastres por contraste face aos grandes, únicos estímulos para grandes reparações – pois sabe quão confrangedora a situação da nação na viragem para o XIX cujos «maus caminhos » obrigavam à utilização de «carroças

- 6 Heinrich Friedrich Link, doutor em Medicina e Ciências Naturais pela Universidade de Göttingen, (1789), professor em Rostock e também em Breslau, foi, em 1812, director do respectivo Jardim Botânico; nomeado Professor de Botânica na Universidade de Berlim, foi igualmente director do correspondente Jardim Botânico, gerindo acervo de 14 000 espécies (1843) e correspondente prestígio mundial. Dominando árabe e sânscrito, publicava poesia e sobre história da língua; sendo médico expedido não descurava o estudo das ciências naturais, química, física e também zoologia(mamíferos). Viajou pela Suécia (1823), Grécia(1833), Itália (1842, 1844, 1847) e Portugal(1797-8). [cf. *Deutsche Allgemeine Biographie* em ; <http://www.deutsche-biographie.de/sfz51682.html>]; recebeu do Duque de Mecklemburg autorização para acompanhar por dois anos (1797-1799) o Conde de Hoffmannsegg a Portugal (id., *ibid.*, p. XI), o «reino que, para nós alemães, por pouco não é o mais desconhecido de entre todos os países europeus» (id., *ibid.*, p. 293), a fim de estudar a flora portuguesa.
- 7 Id., *ibid.*, pp. 128; 127. Link compila igualmente elementos acerca de Lisboa, cujo «mau policiamento» destaca a par da sujidade abundante resultante da ausência de regulamentação e gestão urbanas por parte do Intendente de Polícia, o qual subestimando pedagogia esclarecedora de outros portugueses, permitia que a capital se colocasse «abaixo de Constantinopla» (id., *ibid.*, pp. 121-3). Denuncia também a inépcia do tipo português que, associada à genuína compaixão, também esmoler, alimenta a ousadia de malfeitores e mendigos da capital, para onde acorrem todo os «inúteis das províncias» na esperança de saírem-se bem como acontece com o caso peculiar dos galegos – aguadeiros e taberneiros de Lisboa (id., *ibid.*, pp124-5). Link observa ainda quanto a «nação inteira (...) adora uma série de cumprimentos» atestando o que a língua portuguesa falada pelo «vulgar homem do povo tem muito de bem educado e elegante» (id., *ibid.*, p. 127). E não descuro o louvor de «enorme e ousada obra de arte, os arcos do aqueduto»(1748), ou o modo como os doentes são bem cuidados e tratados no «hospital real de S. José»(1755-58) porque o considera «muito bom» e por seguramente achar quanto «os médicos portugueses são muito bons» (id., *ibid.*, p. 141) e as farmácias portuguesas merecerem «mais do que as críticas que alguns viajantes lhes fizeram sem uma análise cuidada.» (id., *ibid.*, pp. 141-2).

ruins» em nada contribuindo para uma melhoria da economia portuguesa; a qual, no seu entender bem poderia melhorar caso a «pesca fosse devida e convenientemente desenvolvida» para que a sardinha, abundante na costa portuguesa, continuasse não só como fonte e complemento de alimento popular básico como também enquanto matéria prima para fomentar indústria de óleo de peixe e assim afrontar o monopólio inglês do comércio do bacalhau seco e salgado em Portugal; a exportação e a redução de importações seriam igualmente potenciadas se com «dinamismo» a «pecuária (...) uma grande riqueza de Portugal» fosse acompanhada do desenvolvimento das indústrias de carne e de lacticínios tirando partido da diversificação dos mercados de exportação aplicável também à produção de frutícolas como as laranjas cuja «maior parte vai daqui para Inglaterra ou daqui é levada por navios ingleses e depois vendida noutros portos»<sup>[8]</sup>.

Enaltecendo o valor do «povo vulgar», e sem nunca menosprezar «a beleza nórdica», confessa vislumbrar o quanto a beleza sublime em Lisboa se alcançaria quando se juntasse «o fino pórtico nórdico (...) às vantagens de um clima meridional», a fim de conservar *mutatis mutandis* o que de poético na língua portuguesa tanto admira: «força e agilidade»<sup>[9]</sup> e cuja proficuidade última para a cultura alemã seria de assimilar, porquanto língua de Portugal «acresce ainda (...) é falada em muitas regiões de África, na Índia, na China, etc., ou seja, é como o francês na Europa. »

*2. Lichnowsky: (...) cujo remédio logo se descobriria se a capacidade de trabalho, o investimento na indústria visassem a concretização da auto-suficiência e se constituísse elite pacificadora da nação.*<sup>[10]</sup>

Em 1843, é publicado *Portugal: Erinnerungen aus dem Jahre: 1842*, da autoria de Felix von Lichnowsky. Relato de viagem efectuada em Portugal entre 24 de Junho e 5 de Agosto desse ano: Lichnowsky testemunha o deslumbramento por paisagens como as do vale do Mondego, da Serra de Sintra, dos vales do Minho ou da Mata do Buçaco (Lichnowsky 1843:317:385-7; 352-3) e como a desfrutada

<sup>8</sup> Link, *op. cit.*, pp. 144, 119-120, 113. Link nada acrescenta em defesa da aristocracia portuguesa cuja ausência de sentido de risco e de nobreza explicaria o respectivo «último degrau de entre a nobreza europeia» (id., *ibid.*, p. 128) apenas por nunca se ter sabido distanciar da «constante e opressiva proximidade inglesa» (id., *ibid.*, ). Falando «relutantemente de assuntos políticos» (id., *ibid.*,: 146), não deixa de denunciar dependência de respectivos Ministério de Portugal e Porto de Lisboa das autoridades inglesas (id., *ibid.*, pp. 145-6).

<sup>9</sup> Link, *op. cit.* p. 296.

<sup>10</sup> Felix von Lichnowsky, *Portugal. Erinnerungen aus dem Jahre 1842*, Mainz, Verlag von Victor Zabern, 1843, pp. 187-200; 90; 89-90.



em Lisboa à noite e à beira Tejo (id.: 70) ou em plena Serra da Arrábida com o seu Conventinho.<sup>[11]</sup>

Dois detalhes singelos:

- a) o coche real puxado por três parelhas de cavalos lusitanos é proficientemente conduzido pelas ruelas apertadas de Lisboa por cocheiro inglês;
- b) a remonta do exército que bem poderia deixar de importar cavalos britânicos para o seus serviços, devendo antes incorporar a criação nacional de Lusitanos,<sup>[12]</sup>

que, acrescentados à particularidade acerca do diplomata britânico – Lord Walden, comparado a um «pró-consul romano em território asiático ou africano» –, atestam a perspicácia de Lichnowsky ao associar as causas da crise financeira portuguesa de então à dependência comercial e política de Portugal face a Inglaterra.<sup>[13]</sup>

Denuncia a importância de criar:

- a – vias de comunicação terrestre pavimentadas em que Portugal era falho, pois apenas dispunha de uma no Litoral-Centro: Lisboa-Sintra – e de outra a Norte: Coimbra-Condeixa;
- b – vias férreas;
- c – vias fluviais: Tejo e Mondego;
- d – portos internacionais como os de Lisboa, Setúbal, Porto melhor apetrechados,

a fim de aperfeiçoar quer o comércio interno quer o comércio internacional e potenciar a exportação de produtos de excelência como o sal marinho, a cortiça, o azeite, a fruta, o vinho e outros manufacturados que haveria de procurar exportar, porque adutores de mais valias comerciais<sup>[14]</sup> para induzir o progresso no país cujo remédio logo se descobriria se a capacidade de trabalho, o investimento na indústria visassem a concretização da auto suficiência e se constituísse elite pacificadora da nação, caso o bom exemplo de Pombal se continuasse no ministério de Costa Cabral e se considerasse urgente dotar o ensino universitário

<sup>11</sup> Id., *ibid.* pp. 317; 385-7; 352-3; 70.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, pp. 181-2; 117.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, pp. 83-4; 87-8; 312-3.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, pp. 75; ; 392; 373; 240-3; 317; 253-5; 339-40; 336; 311; 254; 44. Nesta obra, o povo português continua sendo apresentado na sua indigência cultural, moral e económica sendo a capital particularmente descrita segundo os mesmos critérios, pois a imundície constante em nada abonaria a favor de Portugal (pp. 1843:160; 382; 187-200; 90; 67). O príncipe condena igualmente a aristocracia, apreciadora da paradigmática festa brava, na qual vê reflectidos uma aristocracia de luxo tão inutilmente garbosa quanto indigentemente preguiçoso o povo que dela dependeria; considera assim ambos parte de sociedade portuguesa representada ora nas Câmaras ora no teatro da ópera da capital cujos frequentadores seriam tão indignos quão falsos nos seus juízos quer políticos quer musicais (id., *ibid.*, pp. 67; 89; 90; 147:156-7).

conimbricense de áreas como o direito administrativo, a silvicultura ou a geologia. Louva por isso a obra do Palácio da Pena, a mando de D. Fernando II e sob o risco do arquitecto Barão de Eschwege – qual símbolo do futuro auspicioso que vislumbra para os dois reinos da Prússia e de Portugal:

Ein breiter Weg, teils gemauert, teils in den Fels gesprengt, führt in vielen Krümmungen über eine Zugbrücke zum äusseren Schloßtor, über dem die königlichen Wappen von Portugal und Sachsen in erhabener Arbeit so fest angebracht sind, daß wohl allen Stürmen auf diese luftigen Höhe widerstehen und durch Jahrhunderte vereint auf Land und Meer herabschauen werden. (Lichnowsky 1843 :276) [Um caminho largo, em parte murado em parte rasgado na rocha, conduz-nos por entre muitas curvas e através de ponte levadiça até às portas do palácio sobre as quais impendem as armas reais de Portugal e da Saxónia, executadas tão solidamente que não haverá nestes cumes ventosos borrasca a que não resistirão deveras enquanto unidas vigiarem ao longo dos séculos por terra e por mar. ]<sup>[15]</sup>

- <sup>15</sup> Id., *ibid.*, pp. 187-200; 90; 89-90; 238; 274-5; 276. Na verdade, não será a obra de Lichnowsky em apreço mero relato imparcial (id.: 81), pois a sua vinda a Portugal, tendo em vista o reatamento das relações diplomáticas da Prússia com Portugal prendia-se com a sua presença diplomática à abertura das cortes (id.: 162), tal como atesta o §10 constante do ofício nº23 de 11 de Maio de 1842[in Correspondência Diplomática –Legação de Portugal em Berlim-Caixa 1: 1842-44 – in Arquivo Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros Lisboa. ] fazendo parte do correio diplomático do Barão de Renduffe para o Duque da Terceira:«Por uma carta que o príncipe Felix Lichnowsky me escreveu do seu castello de Ratibor em Silésia na data de três do corrente, vejo que sua majestade está disposta a visitar Lisboa e suas imediações nos princípios de Junho, pedio-me carta de introdução que prontamente Lhe dei do mesmo modo que o encarregado de negócios d’Inglaterra para Lord Howard de Walden. (cf. ofício n.º 23 de 11 de Maio de 1842)». Admite ser a obra relato de viagem ou caderno de viajante, porque nunca deixou de Lhe interessar obter «perfil» o mais possível abrangente e verdadeiro da sociedade lisboeta coeva, acolhendo por isso agradado convite do Duque de Palmela – o qual considerava desempenhar o «papel principal ao leme do estado» (Lichnowsky, *op. cit.*, p. 141) – para assistir a corrida de touros em Alhandra (id., *ibid.*, p. 195). Não obstante, não se considera mero observador armado de pena na mão destinado a redigir manual de direito público, mas antes homem hábil a manusear o punhal no que respeitasse os assuntos régios:„(. . . ) ich schreibe kein staatsrechtliches Handbuch und kann in königlichen Fragen nur als Soldat mit dem Degen, nicht als Kritiker mit dem Feder auftreten.“(id., *ibid.*, p. 25) – [Não redijo um manual de direito público e em questões régias só posso apresentar-me como um homem de armas, não como um crítico de pena na mão. ] A sua visita coincide com o reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a Prússia (E. Strasen, A. Gândara, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Berlin: Instituto Ibero-Americano, 1944, p. 362) e com a pretensão de assistir à abertura das Cortes ( Lichnowsky, *op. cit.*, p. 162) de Portugal renascido em 1842 com a restauração da Carta devido ao reforço da autoridade régia por intervenção de Costa Cabral que, segundo Oliveira Martins, «já não carecia de chamar os soldados ingleses» porque «o trono ganhava raízes à medida que as do Setembrismo apodreciam» (Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*. Vol. II. Lisboa:Guimarães 1996, pp. 126-8), ainda que em termos financeiros o reino não fosse o mais atraente para o investimento estrangeiro (id., *ibid.*,: 136). A oportunidade da visita e

respectivo relato coincide afinal com a negociação do tratado comercial entre Portugal e a Grã Bretanha em Junho de 1842, o qual pela mão do Duque de Palmela em muito contribuiria para o desejado reconhecimento internacional de Portugal (M. Fátima Bonifácio, *D. Maria II*, Lisboa: Temas e Debates. Bonifácio 2007:178). De facto, as nações vitoriosas constituintes do Congresso de Viena (1815) nunca se deixaram de preocupar com os movimentos revolucionários quer em Itália quer na Península Ibérica com vista igualmente a escoar a sua produção industrial (V. SÁ, *Lisboa – No Liberalismo*, Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 13); nunca esteve longe dos seus horizontes debelar quer «veleidades liberais nascentes nesses territórios europeus» quer «ideias e prática revolucionárias francesas» (A. P. Manique, *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847)*. Lisboa: Livros Horizonte 1998, p.: 15). Inglaterra preocupava-se em manter a supremacia europeia e internacional (Manique 1998:15); não aceitando inicialmente quer os movimentos liberais portugueses durante Setembro de 1820 quer os sucessos de Janeiro a Março de 1820 que levaram à queda de Fernando VII de Espanha e respectiva restauração da Constituição de Cádiz (id., *ibid.* p. 23), a Inglaterra não interessava instabilizar quer os mercados ibéricos, fulcrais para a sua soberania económica e internacional, a qual contava com os mercados das colónias portuguesas e espanholas, quer o seu poderio sobre o Mar Mediterrâneo (id., *ibid.*, pp. 24; 20); contava por isso com a acção diplomática favorecendo casamentos com pares de ascendência germânica próximos da coroa inglesa, como aconteceu com D. Fernando II – sobrinho do rei da Bélgica e primo da rainha Vitória -, a fim de impedir a influência dos reinos do Norte europeu, não tão avançados industrial, económica e comercialmente (id., *ibid.*, pp. 25-6), para deste modo consolidar o Império Britânico. (id., *ibid.*, p. 31); bastava-lhe por isso assinar tratado de comércio com Portugal (1842), consolidar o livre-câmbio assente na preservação do seu estatuto de nação comercialmente mais favorecida que outras – como por exemplo a Prússia cujos portos do Mar Báltico bem gostariam de fazer comércio com Portugal continental e ultramarino (id., *ibid.*, p. 85). Portugal estaria por certo na mira da política comercial da Prússia, pois poderia contribuir para o crescimento económico e político da Alemanha, ao satisfazer, por exemplo, as suas necessidades em matérias-primas como o algodão. Por outro lado, também não desprezaria singrar para novos mercados, a fim de assim beneficiar do reconhecimento político internacional de que carecia. O barão de Renduffe, ministro Plenipotenciário de Portugal em Berlim, ao informar o Duque da Terceira por ofício – n.º 5, datado de 2 de Março de 1842, no seu 2.º § [*in* Correspondência Diplomática –Legação de Portugal em Berlim-Caixa 1: 1842-44 – in Arquivo Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros Lisboa. ] -, do interesse do Barão de Werther – Ministro dos Negócios Estrangeiros da Prússia – «sobre a feliz mudança de sistema» no reino de Portugal, atesta bem tais interesses mútuos. O papel determinante do reino da Prússia no seio da União Aduaneira (*Zollverein*) não era desconhecido de Portugal, igualmente motivado em comerciar com as nações do Báltico e, através destas, com as da Europa Central como deixa referido Renduffe no ( ofício n.º 8, §5 de 16 de Março ): «Há poucos dias chegou a esta capital o Duque Reinante de Nassau e V. Exª não ignora que os negócios provenientes da Liga das Alfândegas fazem com que estes Príncipes interessados concorram muitas vezes ao Centro desta Liga». Portugal estava por isso apostado em aperfeiçoar as relações bilaterais: «Tenho a declarar que a generalidade dos princípios de Direito marítimo e mercantil que este governo proclamou desde 1822 faz com que todos os portos da Prússia estejam abertos às embarcações procedendo de países

3. List: Portugal [pelo] Tratado de Methuen (1703), [pelo qual] ficava reduzido à condição de exportador de matérias-primas e importador de produtos manufacturados produzidos e comercializados por Inglaterra. <sup>[16]</sup>

E a Prússia valia seguramente, também para Portugal, como estado de grande prestígio em virtude por exemplo da sua organização militar, como refere Barão de Renduffe de Berlim para Lisboa em despacho diplomático de 1842<sup>[17]</sup>:

Porquanto dava seguramente corpo às enaltecidas *constância e regularidade* prussianas que por certo suscitariam o mais decidido acolhimento em Portugal.

<sup>[18]</sup>

Percebemos estar o fulcro de toda a questão no *poder*: sua aquisição e administração<sup>[19]</sup>. No caso vertente, o poder de Inglaterra, o qual crescia exponencialmente à época devido à gestão sábia da capacidade inglesa para produzir, proteger e negociar os bens que comercialmente transacionava entre continentes – assim o revela Friedrich List (1789-1846) – economista de renome internacional, conselheiro de vários governos europeus e incansável defensor do caminho de ferro

amigos, sem casta alguma de excepção odiosa. ( ofício 21, §3, 4 Maio, 1842) (...) A ordem ministerial de Berlim de 26 de Abril de 1838 declarou que à nossa bandeira se deveriam carregar direitos extraordinários e estes só, (...) e das causas gerais da decadência da nossa navegação no Báltico, de sobejo explicam a não aparição de embarcações portuguesas nos portos da Prússia. » (ofício 21 §5 de 4 de Maio, 1842). Porque taxas portuárias e tarifas aduaneiras mais baixas em tudo contribuiriam para promover as trocas comerciais e os ganhos advenientes para negociantes e respectivos estados.

<sup>16</sup> F. List, *Das nationale System der politischen Ökonomie*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2008, p. 139-143.

<sup>17</sup> “Tenho principiado alguns trabalhos sobre a organização militar deste reino, para o que já estou em contacto com pessoas que me podem dar os demais esclarecimentos e dados necessários – mas como convinha enviar a íntegra de algumas leis, assim como de instruções e de regulamentos cuja adopção se me afigura iminentemente útil (...)”, ofício nº 8, §7, 16 de Março 1842 [in Correspondência Diplomática –Legação de Portugal em Berlim-Caixa 1: 1842-44 – in *Arquivo Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa].

<sup>18</sup> «Como sobre os orçamentos que aqui se publicam anualmente nenhuma averiguação ou fiscalização haja ou possa haver porque o governo apresenta o quadro da receita que melhor lhe convém para justificar novos sacrifícios, caso estes se exijam, ou o alívio de alguns: é impossível por isso e pelo segredo que se guarda em todos os objectos governativos, ajuizar verdadeiramente até que ponto é sólida ou aparente a prosperidade financeira Prussa: os encargos são grandes, porém a ordem das suas operações denota que o sistema adoptado e que de longo tempo segue com constância se não conduziu já este país à regularidade que ele ostenta em breve o conduzirá lá quando o equilíbrio do mundo se não venha a transformar (...)» (Ofício nº15, §5, 13 Abril 1842).

<sup>19</sup> F. List, *op. cit.*, p. 130

– em obra intitulada *Das nationale System der politischen Ökonomie* e publicada em 1841. Como exemplo gritante deste facto F. List denuncia o caso de Portugal, o qual, em virtude da dependência em que se deixara ficar perante a Inglaterra, permitira a ruína da sua incipiente indústria ao assinar o Tratado de Methuen (1703), pelo qual ficava reduzido à condição de exportador de matérias-primas e importador de produtos manufacturados produzidos e comercializados por Inglaterra; tirando partido do seu estatuto de estado comercialmente privilegiado, a Inglaterra reencaminhava os metais preciosos vindos das colónias portuguesas para os mercados da Índia e da China onde os trocava por bens manufacturados a negociar posteriormente na Europa por matérias primas, favorecendo assim o brutal saldo negativo da balança comercial portuguesa<sup>[20]</sup>.

O poder de Inglaterra poderia então, segundo List, ser superado através do *comércio livre e da livre concorrência*, bem doseados no tempo e no espaço; o desenvolvimento nacional ficaria então garantido, como era disso exemplo o sucesso obtido nos Estados Livres da América do Norte, que tão bem haviam sabido quer confederar a sua indústria quer conjugar a produção agrícola com a actividade comercial adentro das práticas de livre comércio (id.: 376); List defende obviamente a união dos países ambiciosos como a Alemanha, a Holanda, a América do Norte, a fim de superarem em riqueza e poder a Inglaterra, a qual sempre soubera criar procura para os seus produtos ao torná-los indispensáveis a ponto de gerarem os esperados lucros (List 2008: 127-8; 131-2; 182; 378-80)<sup>[21]</sup>. E no caso de Portugal, aponta a respectiva adesão ao grupo dos que cultivassem o amor ao trabalho, à ordem, à eficiência económica e à moderação, insistência e perseverança na investigação e nos negócios, aspirando emular:

– cultura alemã empenhada no *equilíbrio europeu*, na resistência à *supremacia marítima e comercial inglesa* e na paz duradoura, porque

– União Livre entre poderes *menores e ambiciosos* continentais assim edificada, evitaria a guerra à medida que, através do comércio livre, se concorreria aos mercados emergentes da América do Sul e das Índias ocidentais e Ásia – territórios nos quais era importante promover a cultura europeia, transformando a antipatia inicial em simpatia, o conflito em harmonia, uma vez ser

– vantajoso privilegiar as importações e exportações recíprocas de e para novos mercados devendo para isso também lançar mão de acordos de patrocínio cultural, científico, humanitário, fomentando *inclusive* a política de emigração e povoamento sobretudo nos territórios da América Central e Sul.<sup>[22]</sup>

<sup>20</sup> F. List, *op. cit.*, pp. 139-43, 127-8; 131-2.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, pp. 376; 127-8; 131-2; 182; 378-80.

<sup>22</sup> Id., *ibid.*, pp. 155; 376-78; 386-7; 388-9; 390-1.

Constatamos a importância do fomento das relações bilaterais apoiadas em políticas culturais e sociais com vista a incentivar a *energia*,<sup>[23]</sup> conceito tão fulcral em List e de que Portugal tanto careceria – entusiasmo, concentração, não eram exactamente as características mais marcantes da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX -, a ponto de, com ponderação e autonomia, contribuir, logo em 1841 para a união pacífica e económica da Europa liberal.

#### 4. Eça de Queiroz: «Europa aparece-nos como uma sala de hospital»<sup>[24]</sup>

Na Inglaterra, porém, a ingente crise industrial, têxtil e metalúrgica, – sendo paradigma de toda a Europa -, seria, segundo Eça de Queiroz, causa da degenerescência, da sofreguidão em guerra comercial entre nações intervenientes no mercado, da utilização da propriedade agrícola em propriedade cinegética, fruto da promoção do livre comércio com nações especializadas no sector primário, das classes rurais em industriais.<sup>[25]</sup>

Não menos deixava a crise de estar patente além-Reno, porquanto de acordo com Eça, a «torre de incomensurável força», a Alemanha de Bismarck, estaria perdendo a sua «mocidade burguesa e agrícola para a Inglaterra e a América», de tal modo a competitividade da putativamente próspera indústria dependia da «pequenez dos salários» geradora da «decadência moral e física do operário», o qual espelhava, ainda por Eça de Queiroz, o quanto a «disciplina de quartel», «uniformizando o alemão no corpo e na alma», «diminui-lhe a individualidade moral, como lhe anula a coragem civil. » Asfixiada por impostos elevados, não sabendo como resistir à mesquinhez das profissões liberais, a burguesia alemã da inteligência perderia tanto mais em distinção e liberdade e genialidade quer literária quer filosófica quanto mais mergulhava na erudição e na arqueologia. Ao mesmo tempo, entrava em cena enquanto «grande Minerva» armada, porquanto

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, p. 392

<sup>24</sup> Eça de Queiroz,, «A Europa» in *Notas Contemporâneas* – fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil, s/d., p. 143.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, pp. 144-5; inevitável portanto a natural crise político-social, na qual seria patente o quanto a riqueza honesta havia cedido o lugar à especulação potenciadora do «amor ao luxo», do «gozo da ostentação», da rarefação do trabalho – não da força respectiva (id., *ibid.*, pp. 144-5). A crise europeia, ainda segundo Eça de Queiroz, reflectir-se-ia igualmente na ansiosa França em busca quer do enriquecimento veloz, à custa da lotaria em que a indústria se havia tornado, quer do «Krach» bolsista quinquenal, quer ainda do chorudo mercado imobiliário, os quais não favoreceriam a República cuja administração corrupta já não seria depositária da «haute honnêteté française» cada vez também mais cercada pela miséria, «cocottismo» e «ideologismo» fraticida de «plebe democratizada até ao fio» (id., *ibid.*, p. 145).

desse papel precisava a sua nação para se precaver quer do «urso moscovita» quer do «petulante galo francês» – a Alemanha, ainda que torre «compacta e maciça», apresentaria, para os entendidos da época, unidade «quebradiça», porque vulnerável ao «particularismo» condicionante.<sup>[26]</sup>

«A Europa», das nações, apresentar-se-ia, sob olhar lépido e proficiente coevo, «medonha»; no entanto para o escritor Eça de Queiroz, «crítico» ou «humanitário», nada de «pavoroso» se vislumbraria no horizonte. A Europa, nunca havendo deixado de viver pela crise, de que o «enfraquecimento da virtude, da moral, da religião, do patriotismo, da segurança pública» sempre haviam sido manifestação «natural» e «regular» – e, simultaneamente, preocupação cabal dos seus «homens cultos» -, não poderia eximir-se à natureza irreversível da própria vida, à ordem da própria natureza cuja força «não tem um fim» nem a determinação moral ou imoral, mas tão somente a guarda de ritmo binário, pela qual a «sucessiva acumulação do esforço, do trabalho, da virtude, do génio, da poesia, da coragem de cada geração que passa» fará a sociedade guindar-se para o progresso, a ser por sua vez ponderado «nesse século XX» – aguardado – pelas maiores divulgação e realização dos saber e justiça, respectivamente.<sup>[27]</sup>

Virtude e espírito, ainda para Eça, poderiam ser obnubilados em fase invernal da Europa da época, mas surgiriam resplandecentes em época vindoura e primaveril pelo florescimento de «liberdades e de noções» perfilhadas pela nova humanidade.

A sua fé na Europa radicaria sobremodo tanto na consciência do respectivo «caos horrível de contradições» como na presciência de «um novo mundo, o mundo da justiça social e económica», que a faria justamente superior aos Estados Unidos da América<sup>[28]</sup>, porque apostada em construir a «nova humanidade

<sup>26</sup> Id., *ibid.*, p. 147. E Portugal, sofrendo de «todas as enfermidades da Europa», acumulava ainda mal ingénito – de comum com a Grécia – pois não cuidava de evitar que a eloquência degenerasse em «loquacidade» e «verborreia» em vez de dirigir o barco a bom porto. (id., *ibid.*: 149)

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, pp. 149-50.

<sup>28</sup> À época em que Eça, o portentoso vaso americano aportado em Lisboa, escrevia sobre «Miantonomah»(1866) [*in*, Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras*, – Introdução de Jaime Batalha Reis, Porto, Livraria Chardron, de Lello e IrmãoLtd., 1928]a América do Norte significava precisamente «fé, heroísmo, indústria capital, força, matéria.» (id., *ibid.*, p.: 71), embora adulando o «deus Dollar», assolada por «febre quasi dolorosa do movimento industrial», mergulhada em «filosofia e moral egoísta e mercantil», de horizontes com tons do «útil e do económico», sem deixar de ser o posto entre Europa e a Ásia com acesso ao Atlântico e ao Pacífico (id., *ibid.*, pp. 75-6). Os Estados Unidos vingariam então como paradigma de «ideal liberal, democrático, e (...) ideal económico.» (id., *ibid.*, p.: 76). Mas também como

sobre o direito, a razão e a justiça»<sup>[29]</sup>; Alencar «proferirá» (1888) defesa do melhor governo segundo «democracia humanitária» guiada por génios vislumbrando quer a fraternia entre os povos quer os «Estados Unidos da Europa»<sup>[30]</sup> com o intuito de acordar país esquecido da perseverança liberal; também nesta obra o escritor visa sem metáforas ou metonímias o Portugal – qual belo jardim da Europa, nas palavras de Alencar a necessitar de reformas e que teria de deixar de importar tudo: «leis, ideias, filosofia, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas» como acusa agora Eça, porque também «há talentos, há saber» – agora nas palavras de Cohen<sup>[31]</sup>. Em vez de um Portugal em cuja capital da «pequenez» e do «caruncho» grassava o «apodrecimento moral», o «rebaixamento social» a «perda inteira do bom senso, desvio profundo do bom gosto, a sua pulhice e o seu calão, » Eça de Queiroz proclama nas palavras de Eça o quanto imperioso era recomençar “uma história nova, um outro Portugal, um Portugal sério e inteligente, forte e decente, estudando, pensando, fazendo civilização como outrora”, segundo o «génio português» iluminado por elite que lhe «dirigisse a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização, (...)» .<sup>[32]</sup>

## **B – XX-XXI**

1-Em 2010, a AICEP apresentava em relatório, as dez maiores empresas alemãs exportadoras em Portugal: os três primeiros lugares eram ocupados por Bosch Car Multimedia; Continental Mabor: indústria de Pneus e Continental Teves Portugal – sistemas de travagem. Em 5º, 6º, 7º e 10º lugares surgiam respectivamente: Gabor Portugal: indústria de calçado; Grohe Portugal-Componentes sanitários; Preh Portugal (componentes electrónicos para a indústria automóvel); Volkswagen Autoeuropa. Em finais 2012, segundo a AEP e a Coface Serviços de Portugal, a Volkswagen Autoeuropa com sede em Palmela – 1 646 milhões € de

exemplo funesto de «desuniformidades» entre «aristocracia financeira» e «democracia de proletários», porque nada fazia para pôr cobro ao «feudalismo industrial» (id., *ibid.*, p. 78). Para o jovem Eça o paradigma dos EU da América do Norte era simplesmente passível de ser enriquecido, com a mais valia europeia exemplo de fomento das «ciências históricas», por considerá-las a base profícua das «ciências sociais» (id.: 77). Não obstante, a nação americana jamais perderia a sua inata «força fecunda», havendo no essencial, demonstrado já ser capaz de, deixando positivismo de lado, lutar «por um princípio, pela justiça, (...) contra a escravatura, pela liberdade e pelo direito» (id. *ibid.* p. 80).

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, p. 77

<sup>30</sup> Eça de Queiroz, *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, p. 166.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, pp. 166, 178; 167; 109-110; 167.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, pp. 532; 68; 521.



volume de negócios empregando 3600 trabalhadores – ocupava o topo de uma pirâmide de 16 degraus; segue-se-lhe a Continental Mabor – indústria de pneus em Vila Nova de Famalicão – 597 milhões € de volume de vendas com 1533 trabalhadores; em terceiro lugar surge Bosch Car multimédia Portugal, Braga – 586€milhões gerados por 1832 trabalhadores; em quarto aparece Siemens, Amadora, – 491 milhões gerados por 1146 trabalhadores. A sucursal da Enercom em Portugal, Viana do Castelo, com 272 milhões € e 310 trabalhadores antecede Bosch termotecnologia de Aveiro com 240 milhões€ e 1093 trabalhadores – e a GrohePortugal – componentes sanitários em Albergaria-a-Velha com 132 milhões € e 826 trabalhadores. Preh, Schenker-transitários –, Coindu – componentes para automóveis –, Gabor – calçado – ou Schmitt-elevadores – J. F. P. F., J. R., M. C., V. A., «Os alemães são nossos amigos» *Expresso*, Lisboa, 10 Novembro 2012, cad. economia, p. 18 – são outros exemplos extraídos desta lista de excelência, que poderia ser complementada com os casos de Filkemp (1998), Mem Martins segundo J. F. Palma-Ferreira em «Estudo: o que fazemos bem: Rei da Linha de Pesca» – *Expresso*, Lisboa, 22 Junho 2013, cad. economia p. 23 – produção de poliéster e poliamida aplicada a vestuário e a artes de pesca respectivamente, ocupando o 26º lugar em 40 segundo estudo da consultora Augusto Mateus & Associados para o *Expresso* com o objectivo de realçar os quarenta produtos de excelência produzidos pela economia portuguesa – e de Brose (1984), Tondela, filial de multinacional alemã líder em mecatrónica aplicada aos sistemas de fechaduras para automóveis, sendo exportadora para Europa, EUA e China, segundo A. Ferreira em «Estudo: o que fazemos bem: É sempre a abrir» – *Expresso*, Lisboa, 6 Julho 2013 cad. economia p. 13 – ocupando o 28.º lugar em 40, segundo de acordo com o estudo da citada consultora.

Na verdade, entre as oitenta empresas mais exportadoras destacadas pela edição de *1000 Maiores Empresas – edição 2012*, *Expresso* (p. 58) deparamos com nove empresas alemãs: Autoeuropa (2.º), Continental-Mabor (9.º), Bosch termotecnologia (44.º), Grohe (60.º), Fisipe (63.º), Bosch Car Multimedia (64.º), Continental Teves (69.º), Enercon (70.º), Mahle (79.º). Somente Fisipe (24%) e Bosch termotecnologia (66%), Bosch multimedia (82%) Mabor (88%) sobressaem deste grupo por não exportarem 90 a 100% da sua produção portuguesa para a UE (id. p.58). Constatamos situarem-se as grandes empresas alemãs no sector electrónico, de máquinas e outras ocupando em vinte os três primeiros lugares: Autoeuropa (1.º), Bosch Car Multimedia (2.º), Siemens (3.º) – Enercom (9.º), Bosch termotecnologia (15.º). No sector Indústria Química: Continental Mabor (2.º) e Bayer (16.º). Também no sector Indústrias Têxteis, Vestuário e Couro: Fisipe (4.º) Gabor (10.º) (id. 52-23); no sector Comércio: Siva (10.º), Mercedes-Benz (17.º) (id., *ibid.*, p. 51).

Hoje em dia a Alemanha é o segundo maior parceiro comercial de Portugal, mantendo cerca de trezentas empresas contribuindo enormemente para o PIB português, J. F. P. F., *op. cit.* p. 18 *Expresso* 10 Novembro 2012 cad. economia. 18.

2 – O cluster automóvel proporciona justamente à produção portuguesa de moldes de aço para plásticos o lugar de excelência na UE; com efeito a Simoldes (1959), Oliveira de Azeméis, é o maior fornecedor mundial, e o maior produtor da EU para BMW, Volkswagen, Mercedes, Renault, Opel, Peugeot entre outras marcas segundo Conceição Antunes em «Estudo: o que fazemos bem: Campeões nos moldes» *Expresso*, Lisboa, 20 Abril 2013, cad. economia, p. 22, ocupando posição 16º num elenco de 40 produtos de excelência na indústria portuguesa, seguindo o mesmo estudo citado.

Não foi a única, pois a Karmann Ghia de Portugal (Vendas Novas), descendente de produtora de estofos para Autoeuropa é hoje em dia um dos produtores de estofos para as principais marcas europeias americanas e japonesas de automóveis e foi distinguida pela Recaro Aircraft Seatings na condição de um dos melhores fornecedores de estofos das principais companhias aéreas mundiais: Air France, Tap, Alitalia, Air China, Lufthansa, Quatar, Virgin Atlantic entre outras, segundo Filipa Tavares e J. F. Palma Ferreira, em «Estudo: o que fazemos bem: alfaiate de aviões» em *Expresso*, Lisboa, 25 Maio, 2013, cad. economia, p. 20, ocupando 23ª posição em elenco de 40 produtos de excelência na indústria portuguesa, seguindo estudo da referida consultora.

3-O desafio colocado pela economia de escala é perseguido por empresas portuguesas com forte capacidade exportadora por excelência; potencia os vários clusters, nos quais Portugal se vê reconhecido internacionalmente (vidro, têxtil, pasta de papel, cortiça, alimentação, indústria farmacêutica e química) devido à injeção de valor acrescentado conquistada; por isso destaca-se:

-Barbosa & Almeida – produtora de referência de embalagens de vidro para as grandes multinacionais como Coca-Cola, Pepsi, Nestlé, InBev-Budweiser, ou produtores de vinho franceses, espanhóis, portugueses e de cerveja de referência na UE detendo 20% da cota do mercado ibérico e exportando 62% da sua produção, para a qual contribuem duas fábricas suas na Polónia de acordo com Conceição Antunes «Estudo. o que fazemos bem: Vidro que vai longe» em *Expresso*, Lisboa, 4 Maio 2013, cad. economia, p. 27, propedêuticas ao acesso da B&A ao núcleo dos cinco melhores produtores europeus, ocupando posição 18ª de entre os 40 produtos de excelência na indústria portuguesa, seguindo o estudo da consultora Augusto Mateus e Associados para o *Expresso*.

-Mundotêxtil, responsável por 30% da quota de mercado de felpos na UE, exporta, a partir de Vizela onde se situa a maior fábrica do género em toda a EU, 98% da sua produção para França, Áustria, Holanda, Alemanha, Noruega, Reino

Unido, absorvendo os EUA 39% das suas vendas, que também se destinam a clientes da também gama alta e média alta: Japão, China e Coreia do Sul e América Latina; contudo esta empresa não deixa de, em consórcio com produtores de algodão e industriais de Moçambique e também com outros parceiros – Mundi-fios -, estender a produção de fio de algodão e felpos para a África Oriental com a Mozambique Cotton Manufacturers para fazer frente à concorrência asiática, esperando aumentar em 13% o crescimento das suas vendas, de acordo com Margarida Cardoso, em «Estudo: o que fazemos bem: um mundo de toalhas» em *Expresso*, Lisboa, 16 Março 2013, cad. economia, p. 30, ocupando posição 11ª em universo de 40 produtos de excelência na indústria portuguesa, atendendo ao estudo supra.

-Altri, detentora da Celbi, Celtejo e Caima, responde pela produção de 900 mil toneladas de pasta de papel em 2012, 90% das quais exporta para a UE e Ásia (30 mercados) sem igualmente deixar de inovar ao pretender aplicar a sua produção de pasta de papel à indústria têxtil na China, em A. Ferreira, «Estudo o que fazemos bem» o segredo está na pasta» *Expresso*, Lisboa, 2 Fevereiro 2013, cad. economia, p. 23, ocupando o 5º lugar em 40 no estudo da Augusto Mateus e Associados.

– Amorim Cork Composites desempenha no universo quer da Corticeira Amorim, «líder mundial na transformação de produtos de cortiça», quer dos 40 produtores eleitos pela Mateus e Associados, como 27º/40 mais relevante parceiro da economia nacional, papel de eleição ao exportar 90% da sua produção, a qual resulta de investigação e inovação dirigida à aplicação dos aglomerados de cortiça à indústria automóvel (juntas de motores, VW, BMW), construção civil ( construção antissísmica), calçado (moda e ortopedia), aeronáutica (Embraer) e aeroespacial (Nasa e AEE), Transportes ( Siemens -Metro de última geração de Varsóvia – linhas férreas), desporto equestre (ferraduras. França) na busca de ampliação do mercado pelo acréscimo de mais valor à matéria-prima nacional, em Margarida Cardoso, «Estudo: o que fazemos bem:cortiça em Hollywood», *Expresso*, Lisboa, 29 Junho, 2013 cad. economia, p. 35.

– Sugaldal, líder europeu de concentrado de tomate, não só faz de Portugal o quarto maior exportador mundial como o potenciador da investigação científica com vista a aumentar a produção portuguesa (95 t/ha) de tomate e a superar os valores ímpares conseguidos nas explorações californianas (110t/ha) segundo V. Andrade, «Estudo: O que fazemos bem:concentrados de tomate», *Expresso*, Lisboa, 23 Fev. 2013, cad. econom, p. 20, ocupando o 8º lugar em 40 de acordo com a Augusto Mateus e Associados.

– Bial, na área farmacêutica, após ter licenciado a 2ª patente de medicamento português; com «Opicapone» (contra a doença de Parkinson) continua quer o

trilho iniciado com «Zebenix» (no tratamento da epilepsia) quer a entrada em área ocupando 22% do mercado mundial, dedicando 50% do seu volume de vendas à exportação, segundo Ana Sofia Santos, «Bial à conquista do mercado japonês», *Expresso*, Lisboa, 20, Abril, 2013, cad. economia p. 16.

-Mistolin, indústria familiar de produtos de higiene e limpeza doméstica (60%) e industrial, consegue afectar 95% da sua produção ao seu portefólio de 280 referências, destinadas em 40% à exportação sobretudo para a África lusófona e francófona, Norte de África, Arábia Saudita – e, em perspectiva, China em Margarida Cardoso «Fábrica de detergentes quer entrar na China» em *Expresso*, Lisboa, 10 Novembro, 2012, cad. Economia, p. 26.

4-De mencionar também o desempenho na produção agro-pecuária recuperando linhas de planeamento estratégico traçadas nos anos setenta como aconteceu quer com o porto de Sines (cuja ligação à Europa estava já desenhada em direcção ao centro da Europa) quer com a barragem do Alqueva cuja projecto de exploração hidroeléctrica e de irrigação já estão a permitir a transformação do perfil da exploração agrícola alentejana adjacente de sequeiro para regadio potenciando a produção de cereais, de frutícolas e hortícolas, em Clara Ferreira Alves, «Henrique Granadeiro: “Sabemos tudo como reformar o Estado” *Expresso*, Lisboa, 23 Fevereiro, 2013, Revista, p. 38 que, associadas à indústria transformadora contribuirão para maior auto-suficiência alimentar de Portugal que em 2012 produzia 90% do azeite, 90, 6% da carne de galináceos, 108, 6% do leite, 103, 4% do arroz, 85% das hortofrutícolas, 86, 7% do pescado, 67, 8% da carne de suíno necessários ao consumo nacional e que seguramente saberá cativar as suas potencialidades para aumentar a sua produção de «commodities» nas quais é deficitário como o milho (34%) e outros cereais (25, 3%), Vítor Andrade, «Portugal está menos dependente do exterior para se alimentar» *Expresso*, Lisboa, 22 Junho 2013, cad. economia, p. 8. Comprova-se assim a contribuição dada pela PAC da UE, ( nestes últimos 25 anos segundo Capoulas Santos), para que Portugal pudesse reduzir o seu défice alimentar em 12, 5% visando o défice zero em 2020 e esforçando-se por ajudar a aumentar em 50% a produção alimentar mundial até 2050 de acordo com taxa de 65% de execução do Proder com vista ao aproveitamento total dos fundos europeus, segundo a actual Ministra da Agricultura de Portugal, V. Andrade, op. cit., p. 9.

5-Nas várias especialidades, a engenharia portuguesa recebe o reconhecimento internacional devido ao investimento, via recentes gerações, no nicho:

a- das telecomunicações portuguesas, enquadrado por exemplo no grupo PT Inovação – inventor de «o sistema pré-pago usado em 60% dos serviços móveis mundiais» – que contribui desde há vinte anos para que na UAveiro se venha desenvolvendo núcleo magnetizador de empresas como a Nokia Siemens, agora

vendida à Coriant que mantém os 85% de engenheiros portugueses no quadro dos seiscentos integrados, com o objectivo de torná-la, através da tecnologia de ponta em redes ópticas, em desenvolvimento no respectivo centro português de Investigação e Desenvolvimento, a líder mundial e das empresas detidas pelo grupo nos EUA, China e Alemanha, J. Ramos, «Redes ópticas da NokiaSiemens com novo dono», *Expresso*, Lisboa, 11 Maio 2013, cad. economia, p. 19. Foi justamente a PT Inovação quem, sob a liderança do CEO da PT, o português Zeinal Bava, acaba de aceder, ao lado de outros fabricantes mundiais de tecnologia de comunicações como Cisco, Tellabs, Ciena, Omnitron, Huawei, ou RAD Data Communications, à certificação da tecnologia presente na rede móvel 4G (100milMbs) de banda larga indispensável ao acesso à «cloud computing» e a serviços como ensino à distância e telemedicina: Carrier Etherneth2. 0, J. Ramos, «Aveiro outra vez na vanguarda» *Expresso*, Lisboa, 16 Fev. 2013, cad. economia, p. 15.

b-da aeronáutica; através do Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel no desenvolvimento do cálculo estrutural, testes e apoio à certificação de carenagem e portas do trem de aterragem e do leme de profundidade do avião cargueiro KC-390 a lançar em 2014 e de coprodução brasileira, argentina, chilena, colombiana, checa e portuguesa com vista a concorrer com o modelo americano Hércules C-130; importante assinalar a alavanca representada pela CEIIA, subcontratada de Empresa Engenharia Aeronáutica coordenadora do projecto KC-390, integrando consórcio, que estabeleceu joint-venture com a Embraer(Brasil), e fazendo com que a CEIIA-Brasil facture os mesmo 15 milhões que em Portugal ao desenvolver a fuselagem central da aeronave; assim potencia as capacidades da engenharia portuguesa ao fazê-la aceder a licenças para integrar projectos desta dimensão, levando quer à superação dos 60% de incorporação nacional quer ainda à projecção de empresas nacionais neste mercado internacional tão competitivo e conservador, Margarida Fiúza, «Engenharia portuguesa marca pontos no Brasil», *Expresso*, Lisboa, 13 Abril 2013, cad. economia, pp. 16-17.

Constata-se estar Portugal no trilho certo ao tentar manter o investimento em investigação com 1, 5% do PIB e com vista a atingir os 3% em 2020 fazendo jus ao trabalho de 50 000 investigadores (45%mulheres) nacionais e estrangeiros (7%) responsáveis por 165 patentes internacionais vantajosas para as empresas que as patrocinaram numa percentagem (50%) muito superior à de há trinta anos atrás (20%) segundo as palavras de Mariano Gago – anterior ministro para a Ciência e Ensino Superior, V. Azevedo, «Região centro pode dar um salto tecnológico», *Expresso*, Lisboa, 6 Abril 2013, 1.º caderno, p. 33.

6 – A explorar:

a – o saber integrar-se em fileira industrial, na qual as empresas acrescentem valor à escala global criando riqueza diferenciadora e deixando de funcionar

como contribuinte para o valor final de outros sem saber como estar presente no exterior, para implementar o círculo virtuoso da exportação favorecedora do nosso crescimento e não do crescimento de terceiros. Augusto Mateus, antigo ministro da economia, é peremptório: «Para podermos crescer mais e gerar mais emprego temos de investir mais no exterior.», Sónia Lourenço, J. Figueiredo «Prioridade aos países em crescimento», *Expresso*, Lisboa, 4 Maio 2013, cad. economia p. 16, promovendo a exportação para destinos fora da UE (75%: 2010, 71%:2012) porque em 2012 os destinos espanhol de 22, 5% e alemão de 12, 29% ou mesmo francês 11, 83% das exportações portuguesas terá de ser revisto em função de alternativas como a chinesa, angolana, indiana, mexicana ou russa em virtude do crescimento do PIB previsto para 2013: 8%, 6, 2%, 5, 7%, 3, 4%, 3, 4%, respectivamente, Sónia Lourenço e J. Figueiredo, «Prioridade aos países em crescimento», *Expresso*, Lisboa, 4 Maio 2013, cad, economia, p. 16.

A engenharia portuguesa continua a ser reconhecida internacionalmente, restando-lhe apenas saber organizar-se e competir sob a forma de «unidades de engenharia que forneçam serviços aos grandes conglomerados industriais como a Daimler» dispostos a tal por ser-lhe reconhecido, como o CEO Mercedes Portugal Carsten Oder declara ver, «enorme potencial nos engenheiros portugueses» em entrevista intitulada «Queremos engenheiros portugueses» a J. Palma-Ferreira, *Expresso*, Lisboa, 9 Fevereiro 2013, cad. economia, p. 24, tal qual em 9 Maio 2013, C. Melo Ribeiro CEO Siemens-Portugal em conferência intitulada «Siemens-Espírito Pioneiro: Contribuição para o desempenho da economia portuguesa», FCSH-UNL, 9 Maio, 2013.

b – a visão estratégica, como o fez, Américo Amorim cujo querer o tem levado a continuar a lição dos antecessores e acaba de investir nas refinarias de Sines e Porto para que a Galp Energia – de capitais maioritariamente portugueses – venha a produzir tanto petróleo, quanto o que refina hoje, dentro de sete anos e exporte ca. de 7 mil milhões € acumulando com a produção de gás; os seus negócios estão há quase meio século espalhados também pela Europa de Leste, América Latina e do Norte, China, Angola, Brasil, Moçambique, Médio Oriente e Países Árabes (ca. 38 países) fruto da sua percepção da crise apenas enquanto sintoma de mudança de rumo da economia mundial, à qual só convirá:

- plano estratégico competente baseado no crescimento económico para combater a pobreza,

- controlar os custos e aumento de privilégios em função da criação de riqueza conseguida,

- para continuar defendendo tanto a democracia como condição de vida quanto a contenção como condição dos gastos, entrevista a A. Amorim por J. P. Ferreira, J. Vieira Pereira, *Expresso*, Lisboa 20 Abril 2013, cad. economia, p. 9-11.

Importa por isso Portugal aumente a actual percentagem de empresas exportadoras: 8,6% ; grandes (0,3%), pequenas (11,9%) e médias(1,8%), Sónia Lourenço, J. Figueiredo «Prioridades aos países em crescimento, *Expresso*, Lisboa, 4 de Maio de 2013, cad. economia, p. 17, invertendo a tendência verificada na primeira década do XXI e assinalada pelo World Economic Outlook-FMI, segundo a qual a economia portuguesa se encontra entre as mais lentas da Europa a par de outras como as espanhola e italiana, porque justamente só com crescimento económico poderá conseguir que em 2030 a dívida pública estabilize em 60% do PIB à medida que conseguir aumentar gradualmente o seu *rating* e conquistar a confiança dos investidores, », João Silvestre, «O mundo uniu-se para nos tramar», *Expresso*, Lisboa, 20 de Abril de 2013, cad. economia, p. 8.

7 – Interessará atentar em «Opinião» de José Manuel Fernandes, presidente da Frezite Group (Ferramentas de Corte, Trofa, fundada em 1978), para quem, em «Alemanha é referência empresarial diferenciadora», este país aposta na forte contribuição das PME e sua política exportadora à luz da influência destas na pujança económica de um país exímio na interpretação eficaz da actual globalização e cujos gestores e empresários não descuram a competição entre as empresas que lideram nem «o poder inovador em produtos e processos, em competências com tradição, pesquisa e análise de concorrentes potenciais e complementares e na formação profissional dual». J. M. Fernandes sublinha atenção germânica dada à interacção entre tecnologia, qualidade, prestígio e vendas não em função da quantidade, mas da especificidade tomada como indispensável à diferenciação face à concorrência. O investimento empresarial em engenharia de produtos e processos, definição de objectivos específicos a par da «engenharia» diplomático-cultural assente na proximidade do cliente e sua cultura também ajudarão a explicar não só o retorno económico imediato como mediato através da prática de «empresas pulmão» que funcionam [por exemplo nos novos países da Europa de Leste] «como uma espécie de amortecedor das empresa-mãe na própria Alemanha», *Expresso*, Lisboa, 11 Maio 2013, cad. economia. p. 32.

8 – Bastará emular o modelo alemão? O crescimento económico alemão, Nicolau Santos «Algum dia seremos alemães?», *Expresso*, Lisboa, 17 Novembro, 2012, cad. economia, p. 5, assente também no baixar dos custos de produção internos através de acordos empresariais ou da concertação social e no aumento das exportações, tem sido a prática dos últimos quinze anos ao longo dos quais também soube assimilar os custos da unificação pois o seu crescimento económico entre 1995 e 2005 não foi assinalável, Rui Ramos «A Europa sem dono», *Expresso*, Lisboa, 23 Março 2013, 1.º caderno, p. 33 – embora sob um clima de crescimento, de euro em desvalorização, de financiamento sem restrições como refere N. Santos *op. cit.* p. 5. O paradigma alemão seria emulável para Portugal se a perda de competitividade

da economia portuguesa não se reflectisse em «crescimento medíocre de 0,7% na década de 2000», atestando assim a incapacidade para exportar produtos de alto valor acrescentado, já que é excelente a produtividade de gestores, técnicos e trabalhadores portugueses de empresas alemãs em Portugal (id., *ibid.*).

Procurar simplesmente modelo ajustável ao futuro; ajudaria se como A. Mateus assevera nos encontros Deutsche Bank-Expresso – «Olhar o Futuro», perdermos «medo da competitividade, porque destrói emprego», Adriano Nobre, «A solução para Portugal está na sociedade civil», *Expresso*, Lisboa, 6 Abril 2013, 1º caderno p. 28, não sem antes ter denunciado a ausência de «coragem política e técnica para montar essas soluções» contra a crise agudizada pela austeridade asfíxiadora de resultados futuros esperados para Portugal (id., *ibid.*). Para o historiador Rui Ramos, o modelo alemão, que inclui igualmente «Estado de direito, onde governo central pode pouco, e uma economia social de mercado, onde o bem estar depende da produtividade» – Ramos, *op. cit.*, 33 – poderia ser incorporado por Portugal que, também para o presidente da Sibs, Vítor Bento, necessitaria de «sociedade civil forte», in A. Nobre, *op. cit.*, p. 29. Soares dos Santos, A. Mateus e B. Meyrelles também advogam ser possível potenciar as capacidades nacionais, sejam adoptadas nas próximas décadas: «cultura de mérito, criação de *think tanks*, novas culturas de trabalho, investimento, poupança, responsabilidade» conglomerando «austeridade inteligente», segundo A. Mateus. O próprio presidente do Deutsche Bank-Portugal, B. Meyrelles, é peremptório: sendo o seu país «bem visto lá fora é um país com muito potencial», carece «mudar de modelo de governação», uma vez que o fracasso de Portugal enquanto país europeu não agradaria à Alemanha, porquanto em contexto de globalização, isolado «ninguém seria relevante» – agora para V. Bento – no confronto com os EUA e a China, confronto no qual, segundo Meyrelles, «os germânicos querem liderar a Europa» in A. Nobre, *op. cit.*, p. 29.

Será afinal necessário «importarmos também da Alemanha políticos, juizes, gestores, sindicalistas e outras profissões que garantam o bom funcionamento das instituições?» pergunta-nos N. Santos, *op. cit.*, p. 5.

Algo mais estará iminente, quando a Alemanha «não sente poder para disciplinar a Europa do Sul, caso a livrasse da pressão dos mercados, nem capacidade para sustentar os previsíveis desmandos mediterrânicos, caso aceitasse a mutualização das dívidas. (...) em 2012 exportou mais para o Reino Unido do que para Itália, mais para a Suíça do que para Espanha, mais para Singapura do que para Portugal, mais para Taiwan do que para a Grécia, Ramos *op. cit.* p. 33.<sup>[33]</sup>

<sup>33</sup> Contudo justamente devido ao decréscimo económico no seio da UE e ao crescimento exponencial de países emergentes como os BRICs, a UE e os EUA, como produtores de um terço



do comércio e de metade da riqueza mundiais, acarinham o incremento da «maior zona de comércio livre do mundo» capaz de gerar crescimentos de 0,5% e 0,4% do PIB da EU e EUA respectivamente, também com o objectivo de quer combater o desemprego e desmantelar a instabilidade social e política adjacentes quer obviar à conquista de influência dos «Emergentes» sobre os Ocidentais, por via da compra da dívida soberana destes, reforçando deste modo a globalização face aos «grandes blocos económicos regionais -N. Santos «Uma nova ordem económica mundial» in *Expresso*, Lisboa, 16 Fevereiro 2013, cad. economia, p. 5.

A Portugal, apesar dos manifestos défice orçamental 6,4% do PIB, 41% do PIB de receitas públicas, 47,4% do PIB de despesa pública e de 123,6% de dívida pública verificados em 2012 pelo Instituto de Direito Económico e Fiscal (IDEFF) e da expectativa de continuar pelo quarto ano consecutivo em recessão, – Nicolau Santos «O Pós-Troika é manifestamente exagerado» em *Expresso*, Lisboa, 25 Maio 2013, cad. economia, p. 5 –, restaria, em ponderação, fomentar o investimento europeu de longo prazo tipo alemão estimulador de tecnologia nacional e empresas-satélite, como o verificado também com o brasileiro potenciador do cluster aeronáutico português ou mesmo chinês já em actividade no centro de I&D da REN, – N. Santos «Investimento: Nem todo é igual» em *Expresso*, Lisboa, 2 Março 2013, cad. economia, p. 5 –, persistindo assim na zona € e contrariando o pessimismo só vislumbrando desemprego, empobrecimento e incapacidade para superar os 2% de PIB em produção industrial como denuncia J. Ferreira do Amaral citado por N. Santos em «Ficar ou sair do Euro, eis a questão decisiva», *Expresso*, Lisboa, 29 Março 2013 cad. economia, p. 5.

A Portugal interessaria negociar fundos de Bruxelas previstos no «novo quadro comunitário para incentivar o investimento e tentar a reindustrialização do país», a par da negociação da extensão do prazo de pagamento dos empréstimos e da angariação de solidariedades a Sul da Europa com vista a responder à austeridade cega vindo do Norte, – N. Santos «E sem sair do Euro, há alternativa?» em *Expresso*, Lisboa, 6 Abril 2013 cad. economia, p. 5 –, corroborando política de expansão orçamental e responsabilidade solidária a Norte sem recusar austeridade moderada a Sul, para que extensões das maturidades dos empréstimos não os transformem em perdão da dívida e se desvirtue o entendimento político na UE tendente para política económica comunitária como defende Wolfgang Munchau editor e colonista de «Financial Times» e fundador do «Financial Times –Deutschland» em entrevista a J. N. Rodrigues «Portugal vai precisar de um segundo resgate» in *Expresso*, Lisboa, 20 Abril 2013 economia, p. 9.

Ao Sul deficitário competiria levar a Alemanha a promover tanto a austeridade excêntrica quanto a liderança na cooperação não apenas para acalmar os investidores, mas sobretudo para não provocar a estagnação da democracia, sejam as eleições ganhas ou não pela Chanceler Merkel, assim adverte Peter Temin, professor emérito de MIT, Cambridge, Boston, em entrevista a Jorge N. Rodrigues, *Expresso*, Lisboa, 6 Abril, 2013 cad. economia, p. 10 – preocupado com este «fim do século americano» assinalado pela presente crise; Kenneth Rogoff professor de Harvard-EUA avisa igualmente, em entrevista a Jorge N. Rodrigues, acerca da estagnação de crescimento na Europa causadora de recessão continuada, não do crescimento esperado, mas simultaneamente do perigoso «estado de excepção dos desenvolvidos»; Rogoff defende política de «repressão financeira», i. e. «juros mais baixos (...), Garantias implícitas dadas pelo BCE (...)» entre outras medidas em *Expresso*, Lisboa, 16 Março 2013 cad. economia, p. 21, com a ponderação dos que reconhecem que as econo-

## II

### Aspectos: Conexos

1-Na verdade, a Europa tem vindo a pugnar pela preservação dos seus cerca de 500 milhões de habitantes organizados num dos maiores blocos comerciais do mundo, que defende os direitos laborais e de cidadania dos seus concidadãos sob forma de sistema democrático politicamente organizado.

Todavia este bloco político-comercial tem-se confrontado ultimamente de forma mais global com a crise e suas facetas: política, económico-financeira e social à medida que as liberdades e o bem-estar conquistados depois da II Guerra Mundial têm provocado o confronto entre o tempo presente – o futuro sonhado das gerações que lutaram pelo milagre económico e de bem-estar agora exausto para muitos – e o tempo futuro de bem-estar imprevisível para as gerações emergentes esperando aceder à sua quota-parte de contribuição para os direitos, liberdades e garantias transmitidos com que cresceram e cuja difícil manutenção se acentua tanto mais quanto outros parceiros irrompem pelo mercado via porta financeira, científica, comercial aumentando competitividade e concorrência nem sempre segundo regras claras e universalmente reconhecidas. A crise da Europa cifrada em termos de défice, dívidas soberanas e estratégias técnicas para a sua resolução segundo concerto comunitário, levá-la-á a tomar consciência quer do momento de mudança em que se encontra quer do grau de solidariedade a perseguir para não perder a coesão entre povos credores e devedores, favorecidos e desfavorecidos em função do tipo de modelo de sobrevivência, pelo qual pretende optar para realizar a paz económica-social-política no seu seio<sup>[34]</sup>.

mias de uns são bem cobiçado em momentos históricos, nos quais a História de alguns se presta ajustadamente ao que aconteceu a Portugal:

1 – fundos comunitários tentadores,

2 – desincentivação do fortalecimento de capitais próprios

3 – crédito bancário a taxas tentadoras para aquisição de bens mobiliários, imobiliários e outros

4 – PAC de tutoria dirigida, – em N. Santos «Fartos do discurso da culpabilização», *Expresso*; Lisboa, 19 Janeiro 2013, cad. economia, p. 5.

Da Grécia dos «clientelismo, falta de transparência e dos recursos mal investidos», advirá lição europeia por George Papandreou, entrevistado por L. Meireles, sintetizando magistralmente: «A Europa está a mudar (...). Para sobreviver, tem de ser apropriada pelos povos ... e aprender a ouvi-los.» em *Expresso*, Lisboa, 9 Fevereiro 2013, 1ºcad. p. 43.

<sup>34</sup> Cf. U. Beck, *A Europa Alemã – De Maquiavel a Merkiavel: Estratégias de Poder na Crise do Euro*, Lisboa: Edições70, 2013, pp. 56; 62-4.

A Europa confronta-se com os fundamentos da modernidade conquistada pelo modelo económico perseguido e seus efeitos secundários emergem antes sob forma de «catástrofe» iminente; procura definição de novas formas de relacionamento entre países abastados e necessitados, para os quais o vínculo federativo poderia ser uma alternativa a ponderar desde que qualquer ajuda solidária não reenvie o auxiliado para o estatuto de protectorado provocando disfunção democrática quer neste, quer no estado protector, quer na própria confederação europeia.<sup>[35]</sup>

A Europa sabe afinal da ameaça global e quem a provoca, sem que lhe seja permitido estabelecer delimitação física – por esta ser de impossível definição, tão impossível quão fácil, no passado, se estabeleciam física e geograficamente as fronteiras entre povos inimigos ou estratos sociais antagónicos. Porém hoje em dia, a crise também aproxima os povos, sobretudo europeus justamente por o estigma da guerra ter sido banido do espaço material ainda que se tenha transferido para lugar imaterial, de evidência porém manifesta. A estreita interdependência entre nações torna tão catastrófica a cisão que toda a forma jurídica atenta minuciosamente cuidada pelo juízo internacional pouco pode fazer. Qualquer medida pragmática arrisca-se a acelerar a consequência: fracção tão fraticida quanto cautelosa que assim provoca pelas mesmas razões, o contrapeso compensatório: a Europa comunitária aguarda em paciência a percepção unânime desta consequência evidente para todos, da qual emergirá opção superadora. Se a guerra funcionou como estímulo de acção superadora do desconcerto comunitário – como aconteceu no passado – hoje em dia a globalização potenciada pela queda dos regímenes totalitários a Leste e sua abertura aos modelos económicos ocidentais constitui esse estímulo para acção superadora da crise europeia. As nações europeias, habituadas à função da guerra como reagente para a coesão do estado nacional colocam-se hoje perante o dilema acerca da oportunidade de nascimento de estado comunitário, porquanto de difícil definição o inimigo que lhes provoca a ruptura sócio-económica. Antes que o colapso catastrófico se abata, encontra-se a Europa, interpretando a crise, em demanda de forma de união em cujo seio a ordem social e política não se subsuma em estados nacionais fraticidas, mas fraternos, no seio dos quais os pilares: razão, direito e estado valham para o oceano temporal: XXI e para o espacial: transcontinental e além universo constitucional nacional<sup>[36]</sup>. Resultará a crise, que perpassa por toda a Europa, da vigilância constante praticada pela robusta economia, a alemã, ou da inatenção das hoje em dia mais frágeis economias restantes? Resultará o temor

<sup>35</sup> Cf. U. Beck, *op. cit.*, pp. 58; 64.

<sup>36</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 57-8; 54.

havido à economia alemã de si própria ou das meras circunstâncias de que os seus líderes souberam tirar partido?

A solução alemã havendo radicado na observância da austeridade no seio das suas comunidades germânicas e em particular na aplicação de tal postura autóctone às do seu Leste, é naturalmente tida, sobremodo pelas elites europeias, como a solução eficaz em termos regionais, nacionais e comunitários, pois o rigor implicado justifica a ajuda pedida, a cooperação oferecida, o vínculo de interdependência vital à coesão comunitária e necessário à transnacionalidade sonhada dentro e fora da UE. <sup>[37]</sup>

Porém, os riscos tangentes à memória e propedêuticos ao vislumbre de desenhos hegemónico-imperiais originam a prudência, mais do que na concessão dos créditos, ou no pagamento destes e seus juros, na definição das maturidades dos empréstimos – qual forma historicamente corroborada de reconhecer a longevidade quer à palavra quer à disputa – para fazer respeitar os valores respectivos – não os benefícios imediatos já que os mediatos jamais sairão desvelados em tempo útil. Obviam assim as nações de segunda, carentes de ajuda alemã ou comunitária, ao equilíbrio financeiro exigido por iminente o esmagamento e domínio pelo dinheiro alemão e as de primeira, as protectoras, ao perdão subreptício e tácito por prolongamento do pagamento da dívida<sup>[38]</sup>.

A Europa sente afinal ser necessária a solidariedade. Denunciam-na os carentes desta exigência austera, procurando para si mais investimento magnetizador da oferta de vontade e obra prospectivas. Exigem em troca os abastados o compromisso constitucional que garanta a coesão comunitária, promovendo, em espaço nacional, a recuperação de consciência política nacional confirmante de liderança com política interna social-democrática e neo-liberal externa. <sup>[39]</sup> Pobres devedores, a Sul, acusam fracassos da austeridade; prestamistas ricos, a Norte, proclamam virtudes da cooperação escamoteando controlo e domínio indispensáveis a sobrevivência futura em comunidade. <sup>[40]</sup>

A virtude do Norte corre o *risco* de tornar-se vício, a Sul; o vício do Sul poderá converter-se em virtude, a Norte. A solução estará na União ou seja, na união de valores que em latitudes diversas poderão ter valor profícuo diferente do original.

A condição trágica vivida pela UE hoje não irá cambar em catástrofe amanhã, pois o risco identificado comporta a compreensão da alternativa futura. Porquanto

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, pp. 68; 74-5.

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, pp. 73; 71.

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, pp. 69; 74.

<sup>40</sup> Id., *ibid.*, pp. 77-8.

a austeridade aplicada pela Alemanha aquando da sua unificação, cujos resultados auspiciosos se constatam, não se poderá aplicar, automaticamente, à restante comunidade europeia tão só por as condições da economia global serem diversas. Também por dificilmente se aceitar à Alemanha estatuto de mestre-escola de solução universalista reconhecidamente válida. A Europa, de desígnios originalmente económico-políticos, terá servido a união dos povos europeus pela paz, democracia, liberdade e capitalismo e para que tal continue a acontecer após a unificação germânica, outro modo de encarar os anteriormente tomados como inimigos e agora apenas parceiros e vizinhos terá de ocorrer.<sup>[41]</sup>

Desde que no «Outro» seja respeitada a alteridade enriquecedora da diferença a UE poderá beneficiar da potenciação de orçamentos, constituições e tratados europeus, impostos únicos sobre empresas, fortunas ou empórios transnacionais<sup>[42]</sup> (Beck:104-6) não apenas por interesses calculados para manter a defesa perante acometidas extraeuropeias. Mas tão só por respeitar os desígnios do seus cidadãos<sup>[43]</sup> (Beck; 91-3) que beneficiam da promoção do encontro cosmopolita em espaço comunitário e transcomunitário abertos à compreensão filantrópica, internacionalista: nem paternalista nem hegemónica.

A Europa terá de converter-se ao princípio elementar da «nova» soberania reconhecida aos cidadãos, mais do que às instituições como forma de activar a modernidade em globalização.<sup>[44]</sup>

Trata-se simplesmente de, tomado o cidadão na sua vertente moderna e cosmopolita, reconhecer-lhe a mais-valia própria da sua época inerente à solidariedade imposta pelas condições da globalização. O risco de indigência ameaçador de número de cidadãos europeus cada vez maior, acaba por oferecer a solução: consolidação de consciência transnacional capaz de fortalecer uma cidadania activa transcomunitária que garanta UE da equidade e não da iniquidade social, do equilíbrio e não do desequilíbrio orçamental, na qual a equidade acabe afinal, em reconciliação e não irreconciliação política, decisão sensata, não precipitada.<sup>[45]</sup>

<sup>41</sup> Id. *ibid.*, pp. 81; 86.

<sup>42</sup> Id., *ibid.*, pp. 104-6.

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, pp. 91-3.

<sup>44</sup> Id., *ibid.*, pp. 43; 57. Poder-se-á aceder a explicitação destes princípios – Europa «cosmopolita» e «dos cidadãos» através de conferência, seguida de debate, proferida por U. Beck em *London School of Economics* intitulada «German Europe: are there alternatives?» e cujo podcast está disponível em: <http://www.lse.ac.uk/newsAndMedia/videoAndAudio/channels/publicLecturesAndEvents/player.aspx?id=1854>.

<sup>45</sup> Id., *ibid.*, pp. 75; 88-9.

A urgência de uma união política-orçamental em interdependência, segundo a qual os estados mais poderosos negociariam com os menos poderosos em igualdade de circunstâncias nascerá naturalmente. Porque consequente à interacção entre cidadão e estado: a lição deste quase decénio e meio do XXI. A crítica e manifestação «marginal» aos canais institucionais criados, assumindo-se veículos de canais transnacionais, será o garante dos povos e suas culturas perante a transferência de soberanias nacionais, porque a cultura «regional» será o garante do interesse cosmopolita, por muito que as transacções comerciais sejam central e fiscalmente sancionadas. Finanças e fisco terão administração institucionalmente centrada, permanecendo a embaixada cultural, científica ou técnica de velocidade mais reduzida que aquela na «região» mais ajustada aos resultados visados e assim promovendo o entendimento harmónico com o «Outro», seja este interior ou exterior à Europa.

E Portugal contribuirá mais fortemente para o momento, pelo qual a Europa passa. O seu préstimo como país ciente da sua história e respectivo valor denuncia a vontade em «se inscrever»<sup>[46]</sup> à medida que vai perdendo a sobrançeria «neoriquista», recuperando coragem e auto-confiança necessárias para criar mais investigação científica, e respectiva aplicação ao mercado nacional, supranacional e transeuropeu, com ganhos para o PIB nacional e futuramente europeu como tem acontecido desde a entrada na CEE<sup>[47]</sup>. A irresponsabilidade, o incumprimento da lei, a desmotivação, a ausência de compromisso vividos nos últimos decénios<sup>[48]</sup> geraram em Portugal maior eficiência e necessidade de afirmação além Europa.<sup>[49]</sup>

<sup>46</sup> J. Gil, *Portugal Hoje, O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2005, pp. 43, 55.

<sup>47</sup> Não só, por exemplo, o grupo Pestana na área hoteleira, também o Grupo Sonae – Sonae Sierra – detém investimentos na Alemanha; em breve serão três os Centros Comerciais – o de Solingen, juntar-se-á aos de Berlim, e Weiterstadt – propriedade de Sonae Sierra na Alemanha, onde esta participada gere ainda outros cinco perfazendo 10% do volume de negócios – *Expresso*, Lisboa, 3 Julho 2013, cad. economia p. 27.

<sup>48</sup> J. Gil, *op. cit.*, p. 79; 43.

<sup>49</sup> As exigências colocadas pela Europa levam a comunidade portuguesa a recuperar o trilho seguido pelas raízes, por decénios apenas em letargia, e que agora se energizam – vindas das mais longínquas distâncias, desde Timor, Índia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé – em função de ONG's, *joint-ventures*, intercâmbio académico-científico responsáveis por exemplo pelo diálogo entre comunidades ultramarinas e continentais economicamente vantajoso para as partes. A Europa sabe ter em Portugal um pólo avançado no diálogo com estas comunidades acerca do modo de melhor potenciar os seus recursos com mais ganhos para os nacionais e quanto os investimentos destes em Portugal poderão contribuir para o rejuvenescimento da Europa infértil embora técnica e cientificamente ansiosa por disponibilizar os seus saberes. A língua portuguesa continua sendo um território profícuo, através do qual a Europa pretende transcender-se, pelo Brasil, para os

Sobretudo se com a humildade líder na cooperação -, a mesma de que a Europa precisa relembrar-se quanto necessitou da periferia para exportar o que produzia com sucesso (com a mão-de-obra importada de ) para os países da periferia – se lembrar, como a Alemanha, de quanto deve igualmente considerar a sua «capacidade de ajuda» para com os estados da periferia como algo de «indispensável» à «superação da crise» sem padrões nem modelos exclusivamente germânicos, mas com «empatia» e «solidariedade», segundo o antigo chanceler H. Schmidt.<sup>[50]</sup>

2 – A Europa passa hoje em dia por momentos de crise.

Assim se compreende a necessidade de em dois anos se chegar a um acordo de comércio livre entre a EU e os EUA aproveitando a maior zona de comércio livre do mundo cujas vantagens poderão ser exponenciais se abolidas barreiras alfandegárias, regulamentações técnico-burocráticas para produtos agrícolas, industriais e serviços sob o mesmo perfil técnico-científico ao longo das negociações da Parceria Transatlântica de Investimento e Comércio (Transatlantic Trade and Investment Partnership) já iniciadas e sustentadas por estudos visando ultrapassar a crise económica vivida pelos dois lados do Atlântico criando assim emprego e investimento já que «(...) EU is the biggest market in the world. It is the largest importer of manufactured goods and services, it has the largest stock of investments abroad and it is the world's largest host of investments by foreign firms. The EU is the biggest investor in the US (in 2011), the second largest destination for US exports of goods (in 2012) and biggest market for US exports of services (in 2010).»<sup>[51]</sup>

Importará fazer com que as conjecturas de J. Stiglitz em «Pensamento não convencional» em *Expresso*, Lisboa, 13 Julho 2013 cad. economia p. 24 – não se verifiquem e os benefícios não aconteçam apenas em termos de grandes empresas de ambos os blocos. A ordem de grandeza e tipo de produtos envolvidos assim como o estímulo ao proteccionismo gerável poderá toldar as ideais vantagens para trabalhadores da UE e USA quer em termos pecuniários quer em termos de oportunidade de trabalho, segurança e protecção do meio ambiente por exemplo.

recursos dessas regiões sob gestão em língua portuguesa. Mas também sabe estarem esgotados os modelos exportados pelo velho continente, porquanto é gigantesco o número dos que aguardam pelo usufruto de direitos universais de que estiveram privados durante as guerras pela sua soberania e manutenção desta.

<sup>50</sup> Cf 0. 29'11"; 0. 34' 50"; 0. 46' 35'; 0. 47'. 25"do discurso: «Deutschland in Europa und mit Europa» -proferido em 2011 ao congresso do SPD consultado em 21 Julho 2013 em: <http://www.youtube.com/watch?v=3cINsHRoUBI&feature=related>.

<sup>51</sup> Cf. Transatlantic Trade and Investment Patnership, 28 Jun'13, in <http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/questions-and-answers/>

Por isso o respeito pelos direitos edificados, – os quais se pretende sejam emulados para que linha e tempo de partida sejam tão universalmente aceites quanto os aplausos devidos à chegada a vencedor incontestável –, terá de ter presente a mais valia da harmonia a construir a partir da paz que, das profundas da «diversidade linguística, cultural e social», será trazida com a rede d'«a formação científica» feita «por um certo tipo de aristocracia intelectual» dedicada à ciência e ao estudo de todo o instrumento observando a mais correcta interpretação, desde que isenta de qualquer «mania», e se iluminada por aplicação prático-utilitário da teoria-especulação – faces da moeda –: «génio da Europa», como vem demonstrando Steiner.<sup>[52]</sup>

A Europa só tem de preservar este seu património genético, pois sem a sua manifestação o dilúvio da trivialização da materialidade hodierna em ascensão impor-se-ia tão inexoravelmente que ele próprio acabaria por defender o «humanismo secular» apenas como forma de putativo respeito inusitado pelas sabedoria e imaginação criadora apenas circunscritas a elite de missão. Resta-lhe continuar a merecer o apreço de Europeus do XXI cuja «alma humana» não poderá deixar de empolgar para que não perca a esperança de, porque a Europa

<sup>52</sup> Cf. G. Steiner, *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 2007, pp. 49; 45. Sublinhamos afinal a natureza deste apreço pela diversidade nascida na e celebrada pela Europa, na qual tudo o que existe tem «escala humana» como afirma G. Steiner (p. 28), quando distingue a Europa de outros continentes como o Americano ou o Australiano pela simples singularidade de qualquer distância, em virtude da respectiva escala humana, poder ser vencida – como o demonstra a História – a pé (id.: 28). Aventa razão – determinante: o tempo – e necessária e suficiente idiosincrasia respectiva: «o tempo histórico humano» (id. *ibid.*). No Continente, a história fez-se a pé – em viagem; o pensamento desenvolveu-se passeando – ou viajando; nada de inabrangível existiria na Europa que não tivesse pé, caminho ou ponte humanos e respectiva inscrição para a posteridade. Em outros continentes, não se estaria seguro quanto ao facto de a paisagem de vastidão, ainda hoje oferecida, ter sido espaço de inscrição humana entregue à posteridade. A escala da Europa será medida por unidades-de-humanidade não objectiva e exclusivamente do gabarito-tipo descritivo-analítico, mas, a par deste, do gabarito-tipo imaginativo-sintético; também será este último, por radicar intrinsecamente no espírito do homem europeu dedicado naturalmente à «vida reflectida» (id., *ibid.*, p. 39), que o espaço originalmente inóspito e vasto passou a ser modulado no respeito pelas matizes condicionantes quer físico-geográficas quer psíquico-geográficas a que a matemática e as artes vieram trazer e oferecer o rigor e o aprofundamento da sensibilidade, respectivamente (id. pp. 38-9). A este propósito atentar no manifesto assinado entre outros por J. Delors, U. Beck, H. Schmidt, A. Giddens, Javier Solana, R. von Weizsäcker intitulado «We are Europa», – 3 Maio 2012 – [consultado Julho 2012] no qual se declara a necessidade de «democratizar» a Europa em função da sua reconstrução assente em sociedade civil europeia em conjugação com a visão das gerações mais jovens e com vista à solução política das questões hodiernas mais quentes – consultável em <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/may/03/bottom-up-europe>.



sempre soube respeitar o ritmo natural da natureza, levar a sua alma ao encontro de futuro plausível<sup>[53]</sup>.

O modelo agora consignado, em 2004, por Steiner: o do respeito pela «vida reflectida» que conduziria à fundação dos «Estados Unidos da Europa», para E. Queiroz, a erigir de modo a que « (...) dependa menos de um banco central e dos subsídios à agricultura, do investimento em tecnologia ou das taxas alfandegárias comuns (...)», reencontra-se com aquele defendido por Eça jornalista, no qual o respeito pelas ciências históricas, e base das sociais, é fundação essencial diferenciadora dos modelos: europeu e americano.<sup>[54]</sup>

E assim como Eça de Queiroz, em «A Europa em Resumo», destaca «a Europa a parte mais interessante do mundo» por nela se criar com originalidade em virtude de fazer uso da sua imaginação, também século mais tarde H. G. Gadamer confia à arte, à economia, à religião, às Humanidades, diríamos, a missão de influir sobre a realidade como forma de promover quer a condição de europeu quer a coexistência em humanidade da futura humanidade. Tal como Eça de Queiroz, Gadamer sabe e é preceptivo quanto ao valor das Humanidades – ciências

<sup>53</sup> Terá razão Eça de Queiroz ao enaltecer o modelo de mulher outro-europeu e ao admoestar para o segredo por desvendar em Portugal quando repara no «pormenor» -mulher portuguesa p. ex. – a que temos acesso sempre que observamos o diferente-presente, pois permite tirar partido deste ensejo para aprofundar o respeito devido ao presente-de-consolidação para o futuro. Sendo este mesmo para a paz e para o futuro do paradigma transcontinental, só aproveitará a todos se puder «a Europa Ocidental (...) ter o privilégio imperativo de produzir, de pôr em prática, um humanismo secular» (Steiner *op. cit.* p. 52) – pelo qual sempre se tem distinguido igualmente.

<sup>54</sup> G. Steiner, *op. cit.*, p. 48. Eça comungaria do mesmo modelo-émulo de paradigma federalista americano que Steiner não renega desde que o respeito pela diferença potencie a atendida revalorização da Europa tal como Link, quando, no mais humilde europeu de 1799, respeita a diversidade constatada no extremo Oeste-europeu sem deixar de observar como potenciar a cultura autóctone de Portugal. Sendo o estado de «crise (...) a condição regular da Europa», como afirma Eça de Queiroz em 1888 no supracitado artigo intitulado «A Europa» (p. 149), compreender-se-á que defenda uma atitude crítica presbita e naturalmente moderna, porque – como aconselha H. -G. Gadamer em *Herança e Futuro da Europa*, Lisboa, Edições 70, 1998, p. 10, pondere-se o presente em função do futuro –, sublinhando a vantagem do modelo implementado nos Estados Unidos: «lá, está o lado democrático, e sobretudo a grande questão, o ideal económico.» (E. Queiroz, *Prosas Bárbaras*, Porto, 1928, p. 76). A clareza da postura: clara, ao manter a atitude crítica e simultaneamente utilitária e, porque, vindo de um homem de Letras, Humanidades, será ainda mais digna de registo, porquanto reitera a perspectiva de avisados viajantes estrangeiros cujas notas não apenas atestam o «mal» de Portugal como sobremodo o sentido de tal crítica: reformar a realidade, partindo da observação da experiência.

do espírito – para consolidar a consciência histórica de acordo com o vínculo permitido pela via do conhecimento da realidade<sup>[55]</sup>.

Eça de Queiroz sabia da existência de talentos em Portugal, tal como Link e Lichnowsky nas respectivas épocas<sup>[56]</sup>. Afinal todos reiteram o valor da potenciação das elites para promover a generosidade da cultura, território e nação portugueses – quase que subentendidamente aceitando o soberano valor da tolerância<sup>[57]</sup>, ou insistindo nas reservas a atender aquando de unificações pela erosão de diferenças. Atestam entendimento hodierno, pois, segundo Gadamer, caso a Europa queira sobreviver, pelo e para além Atlântico, não poderá desdenhar inscrever a sua cultura autóctone e assim contribuir para o reequilíbrio global, porque lhe será vital usar a cultura como contrapeso às audácia e exactidão rigorosa das ciências exactas; as Humanidades, as ciências humanas, multiplicando memórias capazes de contribuir para a reinterpretção do real sob os desígnios da humildade<sup>[58]</sup>, avivariam o quanto o desejo nasce da expectativa, pairando sempre sobre realidade única para aqueles espaço e tempo.

## Bibliografia:

### Primária:

Eça de Queiroz, *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004.

Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas* – fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Cascais, Principia, 2004.

Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras* – introdução Jaime Batalha Reis, Porto, Liv. Chardron, Lello & Irmão, 1928.

<sup>55</sup> E. Queiroz, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, s/d., p. 28; Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras*, Porto, 1928, p. 181; H. -G. Gadamer, *Herança e Futuro da Europa*, Lisboa, Edições 70, 1998, pp. 47; 35.

<sup>56</sup> Ainda sob a perspectiva de H. -G. Gadamer em *Herança e Futuro da Europa* (p. 48) compreendemos como já o pensamento de dois viajantes oriundos de cortes da Prússia apresentavam toda a sua modernidade, ao promoverem o intercâmbio comercial, quiçá também político, defendendo uma Europa, na qual a competição não excluiria o respeito pela especificidade e o intercâmbio entre culturas com vista ao equilíbrio global. Evidente não se tratar exclusivamente de Portugal e da Prússia, mas de (partes de) uma Europa, não encerrada em si mesma. Porquanto a vantagem pela diferença valeria e vale sempre como arma para superar crise enunciada ; assim também H. -G. Gadamer, quando enuncia e caracteriza a crise já não como sendo europeia, mas tão somente global, a qual apenas dentro do respeito pelo pluralismo poderia ser ultrapassada (id., *ibid.*, ).

<sup>57</sup> G. Steiner, *op. cit.*, p. 47.

<sup>58</sup> H. -G. Gadamer, *op. cit.*, pp. 46, 47, 11, 20-1.

- Lichnowsky, F. v. *Portugal. Erinnerungen aus dem Jahre 1842*, Mainz, Verlag von Victor Zabern, 1843.
- Link, Heinrich Friedrich, *Notas de uma Viagem a Portugal e através de França e Espanha*, tradução introdução e notas: F. Clara, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005.
- List, F., *Das nationale System der politischen Ökonomie*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2008.

### **Artigos em Periódicos:semanário *Expresso***

- 1000 Maiores Empresas – edição 2012, Expresso, s/d*
- Alves, Clara Ferreira, «Henrique Granadeiro: "Sabemos tudo como reformar o Estado" *Expresso*, Lisboa, 23 Fevereiro, 2013, Revista, p. 38
- Andrade, V., «Estudo: O que fazemos bem: concentrados de tomate», *Expresso*, Lisboa, 23 Fevereiro, 2013, Lisboa, cad. economia, p. 20.
- Andrade, Vítor, «Portugal está menos dependente do exterior para se alimentar» *Expresso*, Lisboa, 22Junho2013, cad. economia, p. 8.
- Antunes, Conceição, «Estudo:o que fazemos bem: Campeões nos moldes» *Expresso, Lisboa*, 20 Abril 2013, cad. economia, p. 22.
- Antunes, Conceição«Estudo. o que fazemos bem: Vidro que vai longe» em *Expresso, Lisboa*, 4 Maio 2013, cad. economia, p. 27.
- Azevedo, V. «Região Centro pode dar um salto tecnológico», *Expresso*, Lisboa, 6 Abril 2013, 1ºcaderno, p. 33.
- Cardoso, Margarida, «Estudo:o que fazemos bem: um mundo de toalhas», *Expresso*, Lisboa, 16 Março2013, cad. economia, p. 30.
- Cardoso, Margarida, «Estudo: o que fazemos bem:cortiça em Hollywood», *Expresso*, Lisboa, 29 Junho2013 cad. economia, p. 35.
- Cardoso, Margarida, «Fábrica de detergentes quer entrar na China» *Expresso*, Lisboa,, 10 Novembro 2012, cad. economia, p. 26.
- Fernandes, J. M., «Alemanha é referência empresarial diferenciadora», *Expresso, Lisboa*, 11 Maio2013, cad. economia. p. 32.
- Ferreira, A., «Estudo:oque fazemos bem: É sempre a abrir» – *Express*, Lisboa, 6 Julho 2013, cad. economia, p. 13.
- Ferreira, A., «Estudo: o que fazemos bem: o segredo está na pasta» *Expresso*, Lisboa 2 Fevereiro2013, cad. economia, p. 23.
- Fiúza, Margarida, «Engenharia portuguesa marca pontos no Brasil», *Expresso*, Lisboa, 13 Abril2013, cad. economia, pp. 16-17.
- Lourenço, S. «Prioridade aos países em crescimento», *Expresso*, Lisboa, 4 Maio2013, cad. economia, pp. 16-17.
- Meireles, L., Entrevista a George Papandreou, *Expresso*, Lisboa, 9 Fevereiro 2013, 1ºcad., p. 43.

- Nobre, Adriano, «A solução para Portugal está na sociedade civil», *Expresso*, Lisboa, 6 Abril 2013, 1ºcaderno, pp. 28-29.
- Palma-Ferreira J., «Os alemães são nossos amigos», *Expresso*, Lisboa, 10Novembro2012, cad. economia, p. 18.
- Palma-Ferreira, J. Entrevista a CEO-Mercedes-Benz-Portugal:«Queremos engenheiros portugueses», – *Expresso*, Lisboa 9 Fevereiro 2013, cad. economia, p. 24.
- Palma-Ferreira, J., «Estudo:o que fazemos bem:Rei da Linha de Pesca» -*Expresso*, Lisboa, 22Junho2013, cad. economia p. 23.
- Palma-Ferreira, J. P. Ferreira, J. Vieira Pereira, Entrevista a Américo Amorim, *Expresso*, Lisboa, 20 Abril 2013, cad. economia, pp. 9-11.
- Ramos, J. «Aveiro outra vez na vanguarda» *Expresso*, Lisboa, 16 Fevereiro 2013, cad. economia, p. 15
- Ramos, J., «Redes ópticas da NokiaSiemens com novo dono», *Expresso*, Lisboa, 11 Maio 2013, cad. economia, p. 19.
- Ramos, Rui, «A Europa sem dono», *Expresso*, Lisboa, 23 Março 20113, 1ºcaderno, p. 33.
- Rodrigues, J. N., Entrevista a K. Rogoff, *Expresso*, Lisboa, 16 Março 2013, cad. economia, p. 21.
- Rodrigues, J. N., Entrevista a P. Temin,, *Expresso*, Lisboa, 6 Abril, 2013 cad. economia, p. 10.
- Rodrigues, J. N., Entrevista a W. Munchau,, «Portugal vai precisar de um segundo resgate», *Expresso*, Lisboa, 20 Abril 2013 economia, p. 9.
- Santos Ana Sofia, «Bial à conquista do mercado japonês», *Expresso*, Lisboa, 20 Abril 2013, cad. economia, p. 16.
- Santos, Nicolau, «Algum dia seremos alemães?» *Expresso*, Lisboa, 17Novembro, 2012, cad. economia, p. 5.
- Santos, N. «Fartos do discurso da culpabilização», *Expresso*, Lisboa, 19 Janeiro 2013, cad. economia, p. 5.
- Santos, N. «Uma nova ordem económica mundial», *Expresso*, Lisboa, 16 Fevereiro 2013, cad. economia, p. 5.
- Santos, N., «Investimento: Nem todo é igual» em *Expresso*, Lisboa, 2 Março 2013, cad. economia, p. 5.
- Santos, N. «Ficar ou sair do Euro, eis a questão decisiva», *Expresso*, Lisboa, 29 Março 2013, cad. economia, p. 5.
- Santos, N., «E sem sair do Euro, há alternativa? em *Expresso*, Lisboa, 6 Abril 2013, cad. economia, p. 5.
- Santos, N. «O Pós-Troika é manifestamente exagerado» em *Expresso*, Lisboa, 25 Maio 2013, cad. economia, p. 5.
- Silvestre, J. «O mundo uniu-se para nos tramar», *Expresso*, Lisboa 20 Abril 2013, cad. economia, p. 8.
- Stiglitz, J., «Pensamento não convencional» em *Expresso*, Lisboa, 13 Julho 2013 cad. economia p. 24.

Tavares, Filipa, e J. F. Palma Ferreira, em «Estudo: o que fazemos bem: alfaiate de aviões» em *Expresso*, Lisboa, 25 Maio, 2013, cad. economia, p. 20.

### **Secundária:**

- Beck, U. *A Europa Alemã –De Maquiavel a Merkiavel: Estratégias de Poder na Crise do Euro*, Lisboa, Edições70, 2013,
- Bonifácio, M. F., *D. Maria II*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.
- Gadamer, H. -G., *Herança e Futuro da Europa*, Lisboa, Edições 70, 1998.
- Gil, J., *Portugal Hoje, O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2005.
- Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*. Vol. II, Lisboa, Guimarães 1996.
- Manique, A. P., *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847)*. Lisboa: Livros Horizonte 1998.
- SÁ, V., *Lisboa – No Liberalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992
- Steiner, G., *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 2007.
- Strasen, E., A. Gândara, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Berlin, Instituto Ibero-Americano, 1944.

### **Manuscritos:**

Arquivo Histórico-Diplomático MNE

Correspondência Diplomática –Legação de Portugal em Berlim

Caixa 1: 1842-44 – in Arquivo Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros Lisboa.

Conferências:

Melo Ribeiro, C., CEO Siemens-Portugal: «Siemens-Espírito Pioneiro: Contribuição para o desempenho da economia portuguesa», FCSH-UNL, 9Maio, 2013.

### **Sites consultados:**

<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/may/03/bottom-up-europe>.

<http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/questions-and-answers/>

<http://www.youtube.com/watch?v=3cINsHROUBI&feature=related>

<http://www.lse.ac.uk/newsAndMedia/videoAndAudio/channels/publicLecturesAndEvents/player.aspx?id=1854>

<http://www.deutsche-biographie.de/sfz51682.html>



## BIOGRAPHICAL NOTES

### ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA



Professor Emeritus at the Technical University of Lisbon, formerly Director and President of the Scientific Board of the Higher Institute of Political and Social Sciences of the Technical University of Lisbon, Doctorate in Law from Complutense University, Madrid, Professor at the Catholic University of Portugal, the Higher Naval Institute of War, Lisbon, the Catholic University of Rio de Janeiro. Doctor *Honoris Causa* at Beira Interior University, the Open University, the Universities of Manaus, São Paulo, Bahia, Brasília and Rio de Janeiro in Brazil and the University of São Vicente in Cape Verde.

#### **MAIN PUBLISHED WORKS:**

International Relations Theory, 2005

Political Science, 2003

Building Europe, 2004

Title of paper: The Strategic Concept of European Unity

## ANA MÓNICA FONSECA



Is a Postdoctoral researcher at the Centre for the Study of Contemporary History (CEHC) at ISCTE-University Institute Lisbon (ISCTE-IUL) and a Guest Assistant Professor in the History Department also at ISCTE-IUL. Since 2006 she has been a researcher at the Nova University of Lisbon's Portuguese Institute for International Relations (IPRI-UNL). Her PhD dissertation in Contemporary History (ISCTE-IUL, 2011), entitled "É Preciso Regar os Cravos! A Social-Democracia Alemã e a transição portuguesa para a Democracia (1974-1976)", received an Honorable Mention from the Victor de Sá Award for Contemporary History 2012 and an Honorable Mention from the Mario Soares Foundation Award-EDP 2012. Her master's thesis was awarded the Mário Soares Foundation Prize (2006) and was published in 2007: "A força das armas: O apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958–1968)" (Lisbon: MNE-ID, 2007). Ana Mónica Fonseca's main research areas are Southern Europe democratic transitions, Portuguese-German relations during the Cold War, transatlantic relations, German History, democracy promotion and transnational history. She has published in several national and international academic journals (*Journal of European Integration History*, *Portuguese Journal of Social Sciences*, *Relações Internacionais*) and contributed to various edited volumes.

Title of paper: Federal Republic of Germany and Portugal formal application to join the EEC.



## JOSÉ MANUEL FÉLIX RIBEIRO



Holds a PhD in International Relations from Nova University of Lisbon (2012) and a five-year degree in Economics from the Technical University of Lisbon - Institute of Economics and Financial Studies (1971). He has a particular interest in International Politics and Economics, and War Studies. He was Senior Adviser to the Department of Foresight, Planning and International Relations (2006-2011) and Deputy Director of the Department of Foresight and Planning – Ministry of Planning and later Ministry of Environment, Spatial Planning and Regional Development (1995-2006), responsible for the International Information and Foresight Unit.

### MAIN PUBLISHED WORKS:

“USA, Globalization and the Pacific 1979-2009” (2012) *to be published*

“Portugal - An energy strategy for the 21st century” (co-authored), National Defence Institute (2012)

“Systems Analysis and Foresight – a brief introduction”, Department of Foresight and Planning, (2007)

“Economic Globalisation and Geopolitical Fragmentation – the World Towards 2020”, Department of Foresight and Planning (2005)

“Prosperity and Innovation in the USA regions” (co-authored)

“The Future of Europe in a Turbulent World” (co-authored), Department of Foresight and Planning (2005)

“The European Union and its Future(s) - A Foresight Study” (co-authored), Department of Foresight and Planning (2002)

“Portugal 2015 – An overview of internationalisation dynamics”, Department of Foresight and Planning (2002)

“Three Scenarios for the Portuguese Economy”, Department of Foresight and Planning (1998)

“Portugal in the European Space – Horizon 2010 - A Foresight Study” (co-authored), Department of Foresight and Planning (1995)

Title of paper: German Investment in Portugal – Past and Future.

## JOSÉ LÚCIO



Holds a PhD in Economics and Societies from Nova University of Lisbon, Portugal. His main scientific interests include Poverty, Social Exclusion, and City and Local Development. He is a researcher at e-GEO – Geography and Regional Planning Research Centre, Nova University of Lisbon and he is a Visiting Scholar in the Center for Sustainable Urban Development - Earth Institute, Columbia University, New York. He is an Assistant Professor at the Faculty of Social Sciences and Humanities, Nova University of Lisbon.

### RECENT PUBLISHED WORK:

Lúcio, José (2007) *Mudanças de final de século no padrão de distribuição das actividades económicas no Estado de São Paulo: o caso do "ABCD Paulista"* in *Revista Geographia* nº 17, Vol. 9, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (20 páginas) (available at <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/214>)

Title of paper: Territorial Patterns of German Investment in Portugal and its connections with Economy, Culture and Geography

## BRUNO PEREIRA MARQUES



Holds a BA (2002) in Geography and Regional Planning (FCSH/UNL), a PgDip (2004) in Advanced Studies in Latin America (U. Complutense de Madrid), a PgDip (2004) in Development Geography (FCSH/UNL), an MA (2008) in Territory Management (FCSH/UNL) and an MA (2012) in Metropolization, Strategic Planning and Sustainability (FCSH/UNL & U. Atlântica). He is now a PhD candidate in Urban Studies, a joint program between FCSH/UNL & ISCTE-IUL. He is a Researcher at e-GEO Geography and Regional Planning Research Centre (FCSH/UNL) and a geographer at Palmela Town Hall (Strategic Planning Bureau).

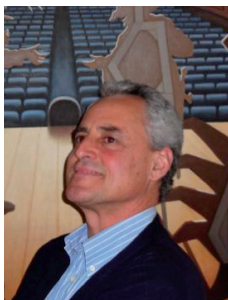
### RECENT PUBLISHED WORKS:

Marques, B.P. (2012) *Territorial Strategic Planning as a support instrument for Regional and Local Development: a comparative analysis between Lisbon and Barcelona metropolitan areas - a first approach*, Masters Project, Nova University of Lisbon and Atlântica University (available at <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8685/1/M-MPES-BMPMarques.pdf>)

Marques, B.P. (2008) *Iniciativas locais de desenvolvimento: o caso dos municípios de São Paulo e do ABCD*, Masters Dissertation, Nova University of Lisbon (available at [http://run.unl.pt/bitstream/10362/4438/1/M-GT\\_Iniciat\\_Locais\\_Desenv\\_BMPMarques.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/4438/1/M-GT_Iniciat_Locais_Desenv_BMPMarques.pdf))

Title of paper: Territorial Patterns of German Investment in Portugal and its connections with Economy, Culture and Geography

## FERNANDO RIBEIRO



BA in English-German Studies, U Lisbon (1981), DAAD Scholarship holder at University of Osnabrück (1982-1983), MA in Modern German Literature (1988), U Nova de Lisboa, PhD in Modern German Literature, U Nova de Lisboa. Researcher at CHC-FCSH-UNL since 2009. Lecturer of 17<sup>th</sup>, 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Century German Literature and Culture at FCSH-UNL since 1984. He teaches, researches, translates and publishes on German-speaking authors such as Lessing, Hesse, Kafka, Zweig and Jung, and also studies the main features of German Culture reflected in the works of Portuguese writers such as Almeida Garrett, H. O'Neill, A. de Castro Osório and Fernando Pessoa.

### SOME RECENT ARTICLES:

F. Ribeiro, "Com.Pessoa(s) & República(s).pt." in *Representações da República*, L. M. V. Bernardo et al., Lisboa, V. N. Famalicão, Húmus, 2013, pp. 800-824 [ISBN:978-989-755-006-5].

F. Ribeiro, "La Femme, le Conte de Féés, la 1<sup>ère</sup> République au Portugal: Ana de Castro Osório", in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, nº 28, II série, Lisboa, 2011, pp. 257-264 [ISSN 0870-4546].

F. Ribeiro, „Von der Idee: Kultur“ in *Kulturbau-Aufräumen, Ausräumen, Einräumen*, Peter Hanenberg, Isabel Capelo Gil et al. (Hrsg.), F/M, Berlin, Bruxelles, N.Y., Oxford, Wien, Peter Lang, 2010, pp.185-198 [ISBN 978-3-631-61069-5].

F. Ribeiro, "A Carta de Stefan Zweig – Da voz outra ou como do velho se faz novo", in *Faces de Eva*, 2009, 21, Lisboa, pp.79-98 [ISSN 0874-6885].





# Índice

- 5 **Introdução**
- 13 **Introduction**
- 23 **O CONCEITO ESTRATÉGICO DA UNIDADE EUROPEIA**  
Adriano Moreira
- 31 **A ALEMANHA FEDERAL E O PEDIDO DE ADEÇÃO DE PORTUGAL À CEE**  
Ana Mónica Fonseca
- 53 **O INVESTIMENTO DA ALEMANHA EM PORTUGAL – PASSADO E FUTURO**  
José Félix Ribeiro
- 69 **ASPECTOS LOCATIVOS DO INVESTIMENTO ALEMÃO EM PORTUGAL**  
José Lúcio  
Bruno Pereira Marques
- 85 **ALEMANHA POR PORTUGAL. ASPECTOS: NEXOS E CONEXOS – ( XVIII,XIX ) XX,XXI**  
Fernando Ribeiro
- 119 **BIOGRAPHICAL NOTES**

## cadernos de cultura • 5 [2ª série]

A presente obra oferece um conjunto de reflexões, oriundas de vários campos do saber, sobre as relações entre Portugal e a Alemanha na época contemporânea. Ainda que nela se procure valorizar os aspectos relativos à interacção vantajosa entre os dois países, não deixa de suscitar as atenções para a questão premente da crise vivida no seio da Europa, que estes dois estados sempre integraram, e de salientar as diferenças culturais que constituem a riqueza da identidade europeia.

ISBN 978-989-755-025-6



9 789897 550256

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

**hómus**

**chc**